



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 135 - TERÇA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 145ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 941, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores solicitando que a Hora do Expediente da Sessão de hoje, 29 de agosto, seja dedicado à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia – Lei nº 6.683/79. Tendo usado da palavra os Srs. Senadores Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Heráclito Fortes, Paulo Paim, Ramez Tebet e Sibá Machado. 29192

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

– Nº 213, de 2005 (nº 539/2005, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005. 29202

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 5 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic). 29202

1.2.4 – Leitura de proposta de Emenda à Constituição

Nº 42, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera o inciso I do art. 109, e inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo

ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho. 29204

1.2.5 – Parecer

Nº 1.542, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (nº 1.094/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997. 29212

1.2.6 – Leitura de projeto de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 39, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$6.500.000,00 (seis milhões, quinhentos mil reais), para os fins que especifica. 29213

1.2.7 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 415/2005, de 23 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 3.987, de 2000 (nº 112/03, no Senado Federal), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola, sancionado e convertido na Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. 29218

1.2.8 – Ofício do Presidente do Conselho de Comunicação Social

Nº 76/2005, de 23 do corrente, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, Estudo do Conselho de Comunicação Social, nº 2, de 2005, para conhecimento e ciência da posição atual sobre a matéria no âmbito do Órgão Auxiliar do Congresso Nacional. 29218

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 942, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando à Ministra de Estado da Casa Civil as informações que menciona. 29218

Nº 943, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifeste sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86,

de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial.....	29219	PT, Tarso Genro, de desistir de sua candidatura à presidência do Partido dos Trabalhadores, propondo que o Deputado José Dirceu também desista da sua.....	29240
1.2.10 – Discursos do Expediente		SENADOR JOSÉ JORGE – Aprovação dos requerimentos de informação sobre os gastos com cartões de crédito corporativo pelo governo federal, em especial pela Presidência da República. Desistência do presidente interino do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, à eleição para a presidência do PT.....	29241
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Propostas que tratam da reforma em tramitação no Congresso Nacional, para redução dos custos de campanha.....	29219	SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Análise sobre relatório da ONU acerca das desigualdades no mundo, salientando que a globalização ainda não foi capaz de distribuir riqueza e conhecimento ao diversos povos da Terra.....	29242
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre o PLS 62, de 2005, em tramitação no Senado Federal, que trata da gestão das florestas públicas.....	29221	SENADOR MARCO MACIEL – Lançamento, na Câmara dos Deputados, do livro de autoria do Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira, contando depoimento prestado ao jornalista Tarcísio Holanda, intitulado “O Congresso em Meio Século”.....	29244
SENADOR PAULO PAIM – Em defesa de recursos para a educação pré-escolar.....	29222	1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALVARO DIAS – Requerimento à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, solicitando prestações de contas referentes às despesas efetuadas através dos Cartões Corporativos da Presidência da República. Lamenta postura do Presidente da República diante das provas de corrupção em seu governo.....	29224	SENADOR VALMIR AMARAL – Considerações sobre o modelo brasileiro de política habitacional.....	29245
SENADOR JOSÉ AGRIPINO , como Líder – Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo federal e os gastos suspeitos efetuados nos cartões corporativos da Presidência da República.....	29226	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário ao artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S. Paulo , de 24 de agosto corrente, com o título “Silêncio fúnebre”.....	29246
SENADOR NEY SUASSUNA , como Líder – Protesta contra o aumento de energia elétrica no nordeste.....	29228	SENADOR REGINALDO DUARTE – Considerações sobre o artigo intitulado “Plagiando Vicente Celestino”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 19 de agosto em curso.....	29248
SENADOR RAMEZ TEBET – Considerações sobre a crise política e denúncias de corrupção no governo federal.....	29229	SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo “Conspiração”, de autoria da articulista Eliane Catanhêde, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 23 de agosto próximo passado.....	29248
SENADORA HELOÍSA HELENA – Preocupações em relação aos procedimentos investigatórios instalados na Casa – as CPMI – que podem resultar em uma grande “operação abafa”.....	29232	SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Adivinhe quem vem para o jantar?”, de autoria da articulista Eliane Catanhêde, publicado no jornal Folha de S. Paulo , de 12 de agosto corrente.....	29250
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Concordância com o discurso proferido pela Senadora Heloísa Helena, aditando que, em conversas com o povo, tem recebido manifestações no mesmo sentido. Comentários à matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo , do último domingo, com o título “PPP demora para sair do papel”.....	29234	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentário sobre o artigo “Lula Trial by Fire”, de autoria de Mac Margolis, publicado na revista Newsweek , edição de 8 de agosto.....	29251
SENADOR AELTON FREITAS , como Líder – Relato sobre a aprovação da Lei de Biossegurança, e apelo ao Governo Federal no sentido de que agilize a sua regulamentação em razão de sua importância.....	29236	1.2.12 – Comunicação da Presidência	
SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre o veto presidencial apostado à matéria que trata da reposição salarial de 15% concedida aos servidores do Legislativo Federal, manifestando seu posicionamento pela derrubada do citado veto.....	29237	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	29260
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexões acerca da decisão do presidente interino do			

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 145ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Aelton Freitas, Ramez Tebet,
Mozarildo Cavalcanti e João Batista Motta*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

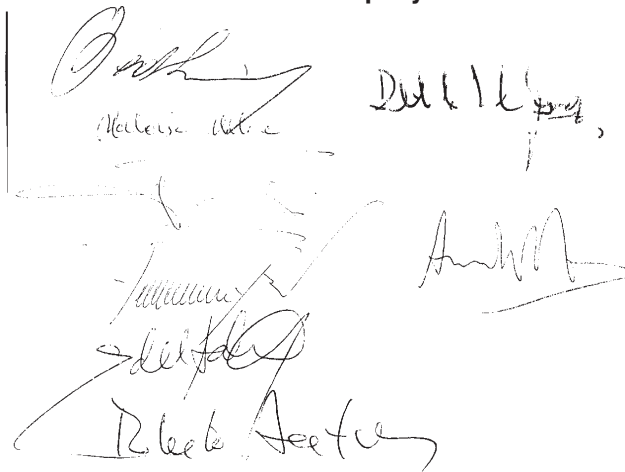
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 941, DE 2005

Requeiro, nos termos dos artigos 159 e 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de agosto de 2005 seja dedicado à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia – Lei nº 6.683/79, que serão completados no dia 28-8-2005.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2005. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos, e aos Senadores que assim o desejarem, para a comemoração dos 26 anos da Lei nº

6.683, de 1979 – Lei da Anistia, completados na data de ontem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª poderia autorizar a abertura da porta?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Já está liberada a entrada das pessoas na galeria.

De acordo com o Regimento Interno, só podemos abrir as galerias após o início das sessões. Nossas galerias só comportam 80 pessoas. Será impossível termos presente os 400 convidados ao mesmo tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a porta não está aberta. Peça para abrir a porta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Poderemos aguardar um pouco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por que não abrem a porta, Presidente?

Eu não falarei enquanto não abrirem a porta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Aguardaremos. V. Exª fará uso da palavra quando os convidados estiverem presentes.

Solicito aos responsáveis pela abertura da porta que providenciem a sua liberação para que as pessoas possam adentrar as galerias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos destinando a Hora do Expediente da sessão ordinária de hoje à comemoração dos 26 anos da Lei de Anistia, Lei nº 6.683, de 1979, cujo aniversário foi no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, permita-me interrompê-lo. Foi liberada a entrada dos convidados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há espaço, a tribuna de honra pode ser usada. São pessoas que vieram do Brasil inteiro para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – São 400 pessoas que só aceitam entrar juntas, mas há espaço para apenas 80 pessoas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou pedir a gentileza, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, de solicitar que entrem até a capacidade adequada e que os demais possam descer, apenas por um breve tempo.

Essas pessoas vieram de longe, são anistiados que, por muitos anos, lutaram para que pudesse haver o direito à anistia.

Os senhores que estão entrando, por favor, digam a seus companheiros para fazerem o mesmo, para que comecemos a sessão. A Presidência vai autorizar que os demais entrem onde houver lugar, como a tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Desde que estejam trajados de acordo com o Regimento Interno, poderão ocupar a tribuna de honra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Certo.

Os que estiveram trajados com terno e gravata podem entrar aqui ou na tribuna de honra. Seria importante que os senhores fossem lá em cima e dissessem para logo entrarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Senador, V. Ex^a poderá aguardar o momento exato que achar adequado, pela presença dos convidados que, com muita honra, estão visitando esta Casa.

Também pedimos a compreensão dos convidados, visto que o número de assentos que temos não é suficiente para as 400 pessoas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito bem.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que vêm das mais diversas regiões do Brasil ao Senado Federal para a celebração do 26º Aniversário da Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979, neste momento em que o País enfrenta uma crise.

Se hoje o objeto político consiste em investigar e desbaratar supostos esquemas espúrios de apropriação do bem público, ontem a questão residia em resgatar condições mínimas de respeito à convivência republicana, à participação democrática, ao respeito aos direitos humanos. Contudo, em ambas as situações, trata-se de aplicar antídotos institucionais inescapáveis à boa saúde de um corpo político.

Não por acaso, a anistia que permitiu aos presos políticos que deixassem a prisão e a centenas de exilados, muitos dos quais aqui presentes, o retorno ao

Brasil coincidia, à época, com o aceno institucional rumo a experiências políticas mais livres e democráticas, dentro de um contexto de insuportável intransigência militar. A terrível Lei de Segurança Nacional, que via um inimigo em cada esquina, vigorava implacavelmente contra a liberdade do povo, reprimindo qualquer gesto de discordância, crítica ou protesto, sem contar a proibição de eleições para os cargos executivos. Aos olhos de hoje, com o vigor da democracia plena, parece um verdadeiro absurdo a opressão que o povo brasileiro viveu no período da ditadura, que durou 21 anos, de 1964 a 1985.

Em verdade, só voltamos a ter eleições livres e diretas em 1989.

Sr. Presidente, foi em 1979, quando a ditadura militar previa o desabamento institucional que se avizinhava no horizonte, que surgiram novas lideranças no espectro político brasileiro, no meio das quais o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva se destacava de maneira incontestável. Ao lado de Lula, inúmeros outros companheiros que resistiam ao regime militar merecem ser igualmente lembrados, pois contribuíram de maneira excepcional para a retomada da vida democrática do País.

Em 1979, depois de amargar quinze anos de longo jejum participativo, onde também ocorreram prisões arbitrárias, tortura e mesmo a morte e desaparecimento de quem se insurgiu contra o sistema autoritário, a sociedade brasileira pressionou os militares por um relaxamento imediato do regime, revogando os dispositivos autoritários contra os exilados e os presos políticos. Falava-se em “distensão”. Diante de uma economia nacional estagnada e colhida em cheio pela crise internacional do petróleo, após um “milagre econômico” que era apenas fumaça, as autoridades do regime de exceção, cederam às pressões sociais, em troca de maior fôlego na tolerância econômica. Mesmo assim, em seguida tivemos o início da inflação no Brasil, de tão triste memória.

Mas, em vez de a anistia ser um processo amplo, geral e irrestrito, como aconteceu com outros países que saíram de regimes autoritários para a democracia, decidiu-se no Brasil pelo modo lento e gradual de abertura política. Naquele instante, a aclamação pela anistia virou mote obrigatório para o restabelecimento do Estado de direito, pelo resgate da liberdade política, pela restituição do espaço democrático. Mais do que na hora, o retorno dos exilados e a abertura das prisões significava a disposição dos militares em enfrentar uma transição menos turbulenta de volta ao regime democrático – que ainda levou mais seis anos para acontecer.

Sem dúvida, os movimentos sindicalistas que sacudiram o Pis em 1978 despertaram a Nação para o esgotamento da Ditadura. A incapacidade administrativa dos militares no gerenciamento da crise econômica desencadeou um processo de conscientização social das classes trabalhadoras por melhores condições de vida. Além da reorganização das associações sindicais de inúmeras categorias – coisa também proibida pela ditadura, mas feita por gente com coragem de romper as regras injustas –, novos modelos de socialização proporcionaram experiências coletivas inéditas, reunindo cidadãos de classes distintas em torno de ideais comuns.

Na verdade, o arrocho financeiro a que estava submetida nossa frágil agenda de investimentos inviabilizou, àquela altura, não somente a permanência de um discurso autoritário, mas sobretudo a continuidade de uma prática de poder repressiva e criminosa. Ao então Presidente da República, General João Figueiredo, não restou outra alternativa senão acenar à população insatisfeita com um gesto de distensão política, autorizando o reingresso dos exilados ao País e abrindo as portas das cadeias, a partir da Lei nº 6.683, de 1979.

E, hoje, em nome de todos os que padeceram nas mãos da ditadura, muitos dos quais se encontram aqui presentes e vindos dos mais diversos Estados da União, é bom recordar a imagem do inesquecível Miguel Arraes, falecido recentemente, quando do seu desembarque em terras brasileiras, depois de 13 anos de exílio na Argélia. Embora fatigado, envelhecido por tanto tempo de saudade, seu rosto era de uma alegria imensa, cheio de esperança e de inesgotável energia para recomeçar a luta pela democracia.

A imagem de Arraes traduzia, sim, o espírito geral na convicção de que o futuro nos reservava dias melhores, mais justos e mais livres. Tantos outros puderam também chegar, como Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Fernando Gabeira e muitos inclusive dos que aqui estão presentes. Em parte, a história das duas últimas décadas tem demonstrado que tal visão profética veio por fim a ser concretizada. No entanto, não podemos deixar de registrar que, segundo os Grupos Tortura Nunca Mais e outras entidades defensoras de direitos humanos, a anistia brasileira se caracterizou, no contexto latino-americano, como aquela mais atrasada, a mais retrógrada.

Isso se verifica facilmente à luz da incompreensível permanência de arquivos ainda indecifráveis da ditadura militar. Na visão de tantos democratas, é quase impossível acreditar que, após 26 anos, o fechamento dos arquivos sequer autoriza uma análise

criteriosa dos crimes cometidos em nome da convenção “segurança do regime”.

Nessa linha, o caro amigo, renomado professor e advogado, Fábio Konder Comparato, argumenta que, sob o aspecto estritamente constitucional, “nunca houve nenhuma conexão interpretativa que permitisse estender, por exemplo, a anistia aos torturadores e assassinos”. E isso, de fato, tem-se consumado por aqui, contrariando as normas previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário desde 1992. (Palmas.)

Por outro lado, Sr. Presidente, que cumpre admitir que o Governo do Presidente Lula deu seguimento aos processos de indenização. Entre militantes e militares, somam-se nada menos que 40 mil brasileiros em busca do reconhecimento à reabilitação política e à indenização. À luz de uma análise lenta e metódica, as autoridades prometem atender a todos os casos até o ano que vem, 2006.

Nada mais apropriado para a ocasião em que comemoramos os 26 anos da Lei da Anistia que saudar todos aqueles cuja trajetória política, de uma maneira ou outra, contribuiu e ainda contribui para uma justa e breve consumação do processo de anistia e indenização no Brasil. De resto, que a experiência da Anistia de 1979 sirva de inspiração ética à vida pública brasileira contemporânea, naquilo que excedeu em solidariedade, união e verdade na história política brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Membros deste extraordinário movimento que foi a Anistia, ainda há poucos dias, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou os procedimentos do Presidente Juscelino Kubitschek, afirmando que seguirá o seu exemplo de ter muita paciência, paciência e paciência.

Meu caro Gilson Menezes, ex-Prefeito de Diadema, que, aqui ao lado do Senador João Capiberibe, constitui uma das pessoas que estavam, em 1979, junto ao Presidente Lula, a Djalma Bom, a Manoel Anísio e a tantos outros que compartilharam dessa batalha que hoje aqui recordamos, o Presidente Lula disse que vai seguir o exemplo de Juscelino de ter muita paciência...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Peço um aparte no momento mais adequado da sua fala.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Paulo Paim. Permita-me só fazer esta observação sobre a reflexão recente do Presidente Lula. Vamos recordar algumas qualidades de Juscelino Kubitschek, entre elas a de ser extremamente democrático e generoso.

E por que vou falar de JK no momento em que relembremos a Lei de Anistia? Ele tinha enorme disposição de dialogar com o povo, com a imprensa, com

todos os segmentos da população e com os Congressistas. Com frequência – os senhores e as senhoras se lembram dos anos de Juscelino Kubitschek; muitos aqui eram jovens nos anos 50, mas têm presente o que era o seu jeito de ser –, ele dava entrevistas coletivas à imprensa, respondendo a todo tipo de pergunta e a tudo, com bom humor.

Seu espírito democrático pode ser caracterizado por um episódio marcante, Presidente Papaléo Paes, recordado, há poucos dias, pelo jornalista Fernando Mitre, da Rede Bandeirantes de Televisão. Certo dia, o Presidente Juscelino Kubitschek atravessou enorme manifestação de estudantes da UNE, que o estavam vaiando; ao chegar ao final, pegou o microfone e disse: “Feliz é o país em que os estudantes podem vaiar o Presidente da República”. E, com esse gesto, com essas palavras, todos os estudantes o aplaudiram. (Palmas.)

Juscelino Kubitschek é sempre lembrado por ter enfrentado duas tentativas dos militares para derrubá-lo. Oficiais rebeldes da Aeronáutica levaram aviões para Jacareacanga, em 1956, e para Aragarças, em 1959, e, antes de deixar a Presidência, Juscelino Kubitschek resolveu anistiá-los, mostrando o seu espírito conciliatório. (Palmas.)

O Presidente Lula, em seu último pronunciamento, assegurou:

A verdade prevalecerá e o povo brasileiro vai saber o que está acontecendo no Brasil, o que está por trás do que está acontecendo no Brasil, quem são os ocultos ou não, porque os públicos nós já sabemos, e vai saber, concretamente, quem praticou ou não corrupção neste País.

Há hoje um vivo debate na sociedade, já que por toda parte se comenta em que medida houve conhecimento e responsabilidade do Presidente sobre os episódios que vieram à tona nos últimos 100 dias.

O Presidente Lula também afirmou:

Estaremos muito mais vigilantes do que estivemos em qualquer outro momento. E cada um dos meus companheiros sabe que pode ser o meu melhor amigo, dentro ou fora do PT, dentro ou fora do governo, mas, se cometer alguma coisa de equívoco de conduta, com a mesma grandeza com que eu o convidei para vir ao governo, eu o convido para deixar o governo e, depois, ele responderá onde tiver que responder.

A esta altura dos acontecimentos, depois de ter tido oportunidade de conversar com pessoas envolvidas, de alguma forma, nos eventos que são objeto

de apurações, muitos avaliam que será muito positivo que o próprio Presidente Lula dê sua contribuição e transmita à Nação toda a verdade que conheceu e que sabe. Saberá Sua Excelência a forma de proceder, e o espírito democrático de Juscelino poderá certamente inspirá-lo.

Aproveito a presença dos senhores e senhoras, que participaram desse movimento de anistia e de todas as batalhas, por exemplo, nos anos 70, pela anistia, e, nos anos 80, pela democracia – e todos aqui certamente participaram das manifestações pelas Diretas Já, em 1983 e 1984 –, para lembrar que, quando finalmente conseguimos eleger um Presidente da República, em 1989, o primeiro Presidente acabou realizando atos como aqueles que foram objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou PC Farias. Como consequência, ele teve de renunciar e depois teve seus direitos políticos cassados por oito anos, o que, em grande parte, decorre da grande campanha por ética na política. E tantos aqui estiveram presentes, possivelmente alguns de rosto pintado, nas ruas, na campanha por ética na política.

Agora estamos vivendo essa situação, mas felizmente é preciso ressaltar: não estamos com...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, vou falar mais uma frase e conceder um aparte ao Senador Paulo Paim. Mas é importante ressaltar: não estamos aqui com a ameaça de golpe militar. Felizmente, as instituições – as do Poder Executivo, como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, e também o Ministério Público e o Congresso Nacional, com suas Comissões Parlamentares de Inquérito, seja a dos Bingo, seja dos Correios ou a do Mensalão – estão funcionando plenamente, com vigor. O Senador Heráclito Fortes tem, a toda hora, sido testemunha da necessidade de apurarmos os fatos até o fim. Repito: felizmente, as instituições democráticas brasileiras previstas na Constituinte de 1988 estão funcionando, e vamos conseguir resolver os problemas brasileiros da forma mais democrática possível.

Senador Paulo Paim, tem a palavra V. Ex^a, com muita honra. (Palmas.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, primeiro cumprimento V. Ex^a, que é o autor desta sessão de homenagem aos 26 anos da Lei de Anistia. Registro, com alegria, que, aqui no plenário – sob a Presidência do Senador Papaléo Paes –, os Senadores Heráclito Fortes e João Capiberibe também prestam sua homenagem. Para mim, Senador,

é muito bom ver aqui homens e mulheres, muitos de cabelos brancos, que viajaram de todo o Brasil para virem a esta sessão tão importante, em um momento tão difícil do nosso País. A presença de vocês aqui, tenho certeza absoluta, é na linha do combate à corrupção, mas também na defesa do processo democrático, porque esse é intocável. (Palmas.) Tenho a certeza de que os senhores, aqui, demonstram essa posição. Senador Eduardo Suplicy, eu disse que faria um aparte muito rápido e que V. Ex^a fala pelo nosso Partido, fala como autor do requerimento da sessão de homenagem. Mas recebi aqui de um desses companheiros o seguinte recado, que, como ele não pode falar, vou ler em nome dele. Assumo toda a responsabilidade. Sou parceiro de V. Ex^a a encaminhar o pedido. Diz ele: “Senador Paulo Paim, em 1999, conseguimos uma audiência com o Presidente FHC, em sessão semelhante a esta. Hoje, estamos procurando, por todos os meios, sermos recebidos pelo Presidente Lula. Pedimos que V. Ex^a interceda”. Peço a V. Ex^a, peço ao Presidente Papaléo Paes, peço aos Senadores João Capiberibe e Heráclito Fortes que, juntos, façamos uma homenagem ao nosso povo, à nossa gente, a esses lutadores e a essas lutadoras, a esses guerreiros. Se estamos hoje no Senado da República – estou no meu primeiro mandato aqui, mas tenho quatro mandatos como Deputado Federal, e muitos de vocês também me conhecem – e se esta Casa está aberta, esse mérito não é nosso, esse mérito é de vocês. (Palmas.) Por isso, palmas a vocês, que simbolizam a luta de todo o povo brasileiro! É com alegria enorme que estou aqui e faço este aparte. Presidente Lula, se estiver nos assistindo neste momento, via TV Senado, aceite o apelo, não dos Senadores, mas desses lutadores, homens e mulheres que são os baluartes do processo democrático neste País. Vou dizer uma frase, para encerrar, que não é minha, a frase foi construída pelo povo: Ditadura, ditadura, ditadura, nunca mais! Viva a liberdade! Viva a democracia! Vivam os anistiados do nosso País! Um abraço a todos! (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– São minhas também as palavras de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, quero comunicar aos senhores convidados que o Regimento da Casa não permite manifestações. Fomos tolerantes, são manifestações justas, mas, peço que, de agora em diante, passemos a cumprir, rigorosamente, o Regimento da Casa. Peço a compreensão de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Quero agradecer a presença do Deputado Jacques

Dornelles, que foi meu colega, de 1983 a 1987, no Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim, será muito importante que o Presidente Lula possa atender, de pronto, a solicitação. Inclusive, vejo aqui pelo menos quatro de seus colegas de diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, que Sua Excelência presidia: Manoel Anísio, Gilson Menezes, Gilberto Cunha e Juracy Magalhães.

De pronto, ao terminar a minha fala, atendendo os pedidos das senhoras e dos senhores, ligarei ao Gilberto Carvalho, secretário pessoal do Presidente Lula, encaminhando a solicitação que agora acaba de fazer o Senador Paulo Paim em nome de todos, para que o Presidente, na medida do possível, possa dispensar alguns minutos às senhoras e aos senhores.

Fiz uma sugestão ao Presidente Lula, na linha do que eu estava aqui lhes transmitindo: quem sabe possa Sua Excelência, no momento que considerar adequado, mas, em breve, fazer uma visita ao Congresso Nacional, dialogando previamente com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso, e com o Deputado Severino Cavalcanti, para espontaneamente dialogar com Deputados e Senadores, inclusive podendo ouvir os líderes dos partidos, as suas questões e observações, e depois ainda manifestar-se! Dessa forma, estará contribuindo para aquilo que Sua Excelência mesmo diz querer: a apuração completa da verdade.

Que outro movimento mais bonito há do que a apuração completa da verdade, para sabermos a história verdadeira do Brasil, de tudo aquilo que se passou nos anos 60 e 70, o sofrimento das famílias daqueles que estiveram perseguidos, presos e às vezes até torturados?

É importante que o povo brasileiro e suas famílias possam saber inteiramente isso, porque o desvendar da verdade será o grande instrumento transformador para que o Brasil venha a se tornar, efetivamente, uma Nação plenamente democrática, justa e civilizada.

Portanto, parabéns a todos os que participaram do movimento pela Anistia! Sejam bem-vindos! Espero que consigam êxito no diálogo com o Presidente Lula, que, sei, é muito respeitado e querido por todos aqui presentes.

Agradeço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A Presidência lembra às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores que a presente sessão destina-se à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia nº 6.683, de 1979, completados ontem, dia 28 de agosto.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe.

S. Ex^a terá até dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados para esta sessão solene, meu caro Senador Eduardo Suplicy, quero juntar-me às homenagens prestadas a esses 26 anos de história do nosso País.

Pessoalmente, fiquei reflexivo enquanto o Senador Eduardo Suplicy se dirigia aos presentes, homens e mulheres que viram essas duas ou três décadas passarem.

Abraçamos os que voltaram depois de um longo exílio e presenciamos um novo êxodo do povo brasileiro. Reconquistamos o direito ao retorno, à volta ao nosso País, à convivência com partidos políticos, à construção desses partidos, à reconstrução das organizações da sociedade civil, como os sindicatos e as organizações estudantis. Acompanhamos de perto muitos de nós se tornarem agentes públicos, eleitos pelo voto democrático do cidadão, mas também presenciamos uma nova partida de exilados brasileiros, que são os exilados econômicos do nosso País.

Conquistamos o direito à democracia, mas não conquistamos o direito à inclusão econômica que garantisse a nossa permanência no nosso País. São milhões de brasileiros que hoje vagam pelo mundo afora em busca de uma oportunidade econômica, uma oportunidade de sobrevivência.

Em um País com a dimensão do Brasil, com as riquezas e a população do Brasil, não se poderia permitir esse novo êxodo, esse novo exílio, que é o econômico.

Há 26 anos, eu e a minha companheira, a atual Deputada Janete Capiberibe, estávamos, no dia de hoje, comemorando a Lei de Anistia. Vivíamos em Maputo, Moçambique, três anos após a independência do povo moçambicano do jugo colonial português, onde dávamos uma contribuição para a construção de um novo país independente. E estávamos orgulhosos de poder ajudar na reconstrução daquele país depois de séculos de dominação colonial, mas estávamos ansiosos pela volta.

E a Anistia, conquistada pela luta dos que ficaram no País, dos que aqui permaneceram e se mobilizaram, obtinha a primeira vitória e queria permitir o nosso retorno ao Brasil. A nossa primeira atitude, no final de 1979, foi a vinda da minha companheira e de meus três filhos. No entanto, a Anistia não nos dava a garantia total de liberdade plena, e a minha companheira foi presa, com meus três filhos, no Rio de Janeiro. Levamos dez dias para conseguir sua liberdade, depois de presa no Rio e transferida para Brasília. Ainda persistia a intolerân-

cia da ditadura, mesmo com a Anistia, que beneficiava os dois lados: aqueles que haviam sido perseguidos e encarcerados e também os torturadores. Ainda assim, a volta ainda era arriscada.

Mesmo assim, voltamos ao nosso País, porque ansiávamos pelo retorno e pela retomada da nossa luta aqui. Retornamos ao Brasil para trabalhar, em Pernambuco, com uma figura hoje saudosa entre nós e que nos faz muita falta: Miguel Arraes. (Palmas.)

Lá, retomamos todos os nossos anseios e, juntos, iniciamos e apoiamos a campanha pela primeira greve dos canaviais depois da ditadura militar. Arraes, apoiando a greve; e nós, tratando de mobilizar e contribuir para que as lutas fossem retomadas.

Hoje, lamentamos a ausência de Arraes, Presidente do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, mas também lamentamos a ausência daqueles que tombaram no caminho, que são tantos, e que não estão hoje aqui para comemorar esta data importante para a história do País, para tantos de nós que estamos aqui e, particularmente, muito importante para mim, para minha companheira e para os meus filhos. A partir da Anistia, tivemos a oportunidade de retornar à nossa Pátria, o grande desejo que nos acalentou ao longo de dez anos de exílio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, permita-me um aparte para uma breve questão de ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, ainda há trinta pessoas que estão junto à porta, querendo muito ouvir pelo menos o final das palavras do Senador João Capiberibe. Agradeço se, ao menos, puderem ficar de pé. São pessoas que vieram de longe. Não vão estragar as dependências do Senado. Manter-se-ão em ordem e não serão ameaça à segurança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Não é questão de segurança relacionada a tumulto. No entanto, fui comunicado que o peso que suporta a galeria é limitado. Mas, se as pessoas estiverem trajadas adequadamente, de acordo com o Regimento, poderão ficar de pé ali atrás. Não há problema.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É preciso orientar para que desçam. Eu os receberei aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Peço a compreensão dos senhores e das senhoras. Temos vontade de fazer, mas temos de obedecer ao Regimento da Casa.

Senador Eduardo Suplicy, se estiverem de acordo com o Regimento, as pessoas podem se fazer presentes. (Palmas.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

São tantas as pessoas que lutaram. O movimento pela Anistia foi fundamental para o nosso retorno. Se fosse citar nomes, certamente, seria traído pela memória. No entanto, vou citar um nome que – creio – resume aquela luta importante, para a qual foi composto um hino: a música “O Bêbado e a Equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco, que fazia referência a Betinho, irmão de Henfil, que vagava pelo mundo. E também houve uma figura importantíssima do movimento pela Anistia, cujo nome penso poder citar numa referência a todos os que lutaram para que pudéssemos voltar ao nosso País. Refiro-me a Therezinha Zerbini. (Palmas.)

Caro Presidente, ela era esposa de um general e ousou encabeçar essa luta por ser uma mulher, e ainda eram muito tênues os espaços de liberdade no nosso País. Daí, foi uma avalanche. Organizaram-se os comitês pela Anistia em todo o País e, pela pressão e urgência da sociedade, finalmente veio a lei.

Finalizo, Sr. Presidente – meu tempo está-se esgotando –, dizendo que se faz necessária uma luta por uma nova anistia, porque é doloroso ver brasileiros tombarem na tentativa de ingressar nos Estados Unidos; ver milhares de brasileiros presos, exilados econômicos que não encontram alternativa no seu País, neste imenso e generoso País, tentarem a sorte – e a sorte às vezes lhes trai – e terminarem presos e deportados. Este País não merece essa situação. Precisamos lutar por essa nova anistia, pela inclusão econômica de todos os brasileiros, para que possamos, daqui a alguns anos, comemorar a volta de todos, como estamos comemorando esses 26 anos de uma lei que permitiu nossa reunião neste momento, homens e mulheres já de cabeças brancas, para comemorar o direito de viver politicamente na sua comunidade de origem, no país em que todos nós nascemos.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Obrigado, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, pela Liderança do PFL. (Palmas.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento e parabenizo os anistiados do Brasil por terem sobrevivido até este dia de hoje, quando se comemoram os 26 anos da Anistia. Antes, sobreviveram à

tortura, à incerteza, à dor e sobreviveram à caminhada das comemorações dessa data até hoje.

Abraço os torturados que tiveram o corpo dilacerado, abraço aqueles cujos familiares perderam a vida e abraço os que foram torturados das mais diversas formas possíveis: os músicos que tiveram a música proibida, os poetas que tiveram de guardar suas linhas, enfim, todos aqueles que tiveram a inteligência e o valor cultural cerceados por uma violenta forma de tortura, que é a proibição de exhibir o pensamento.

Sou de uma geração, Senador Eduardo Suplicy, que não teve sequer direito de escolher partido, porque os partidos do meu tempo foram escolhidos por ato institucional.

Felizes aqueles que, com determinação, conseguiram sobreviver todo esse tempo sem perder a esperança, vendo os jornais substituírem os artigos pelos poemas de Camões ou pelas receitas de bolo, vendo Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil saírem da Pátria para dar curso à sua inesgotável inspiração.

Somos também, Senador Eduardo Suplicy, da geração dos que aqui ficaram e começaram a acompanhar os primeiros raios de luz que mostraram um horizonte, dando-nos a possibilidade de retomar o caminho da liberdade.

O Brasil todo deu uma grande lição de amadurecimento ao mundo. Brasileiros de todos os matizes se uniram numa marcha que percorreu o Brasil e mostraram que era chegada a hora de promover uma abertura e o reencontro do País com a democracia. Felizmente, esse trajeto se deu sem sangue, no diálogo e na compreensão, apesar da renúncia de muitos. Muitos que renunciaram, principalmente à dor pelos entes queridos que perderam, estão aqui depois de vinte e seis anos, mostraram ao mundo que se podia, neste Brasil gigantesco, voltar a conviver com a democracia.

O Senador Suplicy e o Senador Capiberibe aqui contaram às dificuldades que enfrentaram, dificuldades que conhecemos: a dificuldade do retorno, a readaptação. Quantos tiveram problemas, inclusive os que estavam fora, para readaptar seus filhos, readaptar suas famílias, filhos que saíram daqui ainda bebês, crianças, e que voltaram com 14, com 15 anos.

O extraordinário, Senador Suplicy, Senador Paim, é esta tarde podermos estar aqui com este plenário repleto de pessoas idosas, calejadas, sofridas, mas que não perderam a esperança. Daí por que acho que todos nós temos que fazer um esforço, Senador Suplicy, inclusive em relação ao Orçamento que começa a ser votado agora. (Palmas) Precisamos criar mecanismos para acabar com as pendências dos anistiados, para que eles possam receber aquilo que perderam na es-

trada da vida e ainda possam usufruir do que lhes resta – muitos já têm idade avançada. A burocracia que alguns têm enfrentado para desembaraçar os seus processos não se justifica: ou é anistia ou não é anistia, não pode ser anistia para uns e não para outros. (Palmas) Não defendo as anistias milionárias. Defendo as anistias que foram julgadas necessárias, daqueles que perderam o melhor dos seus dias, o melhor da sua juventude recebendo punições sem terem culpa.

V. Ex^a se destaca nesta sessão por ter vivido o processo de reabertura, por ter percorrido os caminhos sindicais. Agora, tem que se juntar a eles como homem de absoluta confiança do Governo e tem de se juntar a nós da oposição, porque essa é uma causa que não tem ideologia, ela tem dor. Um dos poucos reparos que ainda se pode fazer é dar aos anistiados condições de dar aos filhos o conforto que não tiveram.

Quero, portanto, homenagear todos os que estão aqui nesta tarde na certeza de que, com toda a dor e com todas as perdas – não é o meu caso, mas sou solidário a essa causa –, valeu a pena. O pacto feito por todos os brasileiros pela “ditadura nunca mais” prevalecerá enquanto tivermos força. Ditadura e impunidade, impunidade dos que torturam e impunidade dos que roubam: não podemos mais conviver com isso no País. (Palmas) Não é possível que, num caso ou no outro, inocentes paguem pelos culpados. Portanto, se há duas coisas com as quais nós, brasileiros, pelos exemplos que tivemos no passado, não podemos mais conviver de maneira alguma é com impunidade nos dois casos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Papaléo Paes, eu me senti contemplado no aparte que fiz ao Senador Suplicy, mas o Sr. Avelino lost, cassado também, me procurou e disse: “Paim, já que a gente não pode falar, você poderia ler este documento? Vai ser rápido, não vai levar cinco minutos”.

Atendendo ao pedido dos anistiados, vou ler este pequeno documento. Não serão necessários mais do que cinco minutos.

Amarga Espera – Atingidos em 1964, esperamos lutando.

1978 – Começa a formação do Comitê Brasileiro da Anistia – CBA. RJ. Gen. Bevilacqua... A esposa do Gen. Zerbini, Terezinha Zerbini, inicia o Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo. Nos Estados, Terezinha recebe

apoio. No Rio Grande do Sul, Mila Cauduro e outras senhoras apóiam o movimento com participação decidida de Dona Iná Assis Brasil – aqui presente – (Palmas.), esposa do Gen. Assis Brasil. Hoje ela está aqui conosco para dizer: É imperioso cumprir a Lei nº 10.559 antes que os atingidos estejam todos nos cemitérios. (Palmas) (Na Aeronáutica 54% dos atingidos já faleceram.) A luta:

Aqui, ela lista alguns pontos:

1978 – O Presidente Jimmy Carter visita o Brasil e recebe documento sobre violação de direitos humanos – tortura e assassinatos (Zuzu Angel?);

Em Salvador, foi decidida a realização do I Congresso pela Anistia.

Greve dos metalúrgicos do ABC;

Revogação do AI-5

Eleição do General Figueiredo;

Juiz Márcio José de Moraes dá ganho de causa à família Herzog – SP;

10-12-78, Dia dos Direitos Humanos – Ato Público da Comissão Brasileira de Anistia, em São Paulo;

1979 – No Morumbi – faixa pela Anistia Ampla e Geral. Greve dos metalúrgicos do ABC. (...) Greve de fome em São Paulo. [Peço uma salva de palmas] ao Senador Teotônio Vilela, que inicia a visita a presos políticos [em todo o País] (Palmas). Em São Bernardo do Campo, manifestação pela anistia. Encontro Nacional de Estudantes em Salvador, Bahia, dá apoio à anistia ampla e geral. Congresso Internacional de Anistia no Brasil, realizado em Roma, de 28 a 30 de junho. A Delegação Oficial dos Movimentos de Anistia foi composta pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, da Comissão Executiva do CBA-SP, e de Helena Grecco, do núcleo mineiro.

(...) Já estamos em 2005. A luta é permanente. Temos a Lei nº 10.559/2002, que sofreu e sofre repetidos obstáculos – parece perseguição – na aplicação. Estamos à espera. **Amarga espera. Até quando?**

E repito: Até quando? Até quando?

Vivas a todos vocês! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, todos nós nos revezamos na Presidência do Senado da República, presidindo sessões; todavia, V. Ex^a vai inscrever nos anais da sua biografia, de um grande Senador da República que é, que teve a felicidade de presidir a sessão comemorativa dos 26 anos de anistia neste País.

Por que faço essa referência a V. Ex^a? Porque, em 2002, presidi o Congresso Nacional e recebi o apelo angustiado das famílias que aqui se encontram, das famílias que tombaram, dos homens que lutaram pela redemocratização do País, para que pudessem ter uma recompensa, que não é a desejada, porque há coisas que passam pelo mundo e não voltam, que passam pela terra e não voltam, mas que permanecem em nossa memória e tocam fundo o nosso coração.

Quero dizer a V. Ex^a, que hoje preside esta sessão, que há Senadores aqui presentes que lutaram mais do que eu, como Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Heráclito Fortes, mas sinto uma grande emoção – sinto mesmo –, porque, por coincidência, com certeza, pois a luta foi de muitos, não foi minha, o destino me colocou na cadeira onde está V. Ex^a, colocou-me na condição de Presidente do Senado e do Congresso Nacional, e a lei aqui citada por todos, a Lei nº 10.559(*), de 13 de novembro de 2002, Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs anistiados e familiares dos mesmos, tem uma assinatura. É a assinatura de quem já tem dez anos no Senado da República, representando um Estado do Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul, tão pequenininho.

A minha maior relíquia é ter assinado essa medida provisória, depois transformada em lei. Se tivesse que escolher uma das leis que assinei, eu a escolheria, porque ela representa justiça e solidariedade a tantos quantos tombaram, a tantos quantos foram exilados, a tantos quantos perderam a vida, a tantos quantos foram torturados moral e materialmente. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quis o destino que eu chegasse nesta hora, neste momento a este Senado tão repleto, ocupando as pessoas os lugares dos Senadores – lugares que são deles –, com as galerias repletas. O meu avião chegou no horário, e eu tive a sorte de vir abraçá-los e dizer-lhes que os senhores e os seus familiares são responsáveis, sim.

Falam-se nos grandes líderes, como Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e tantos outros que batalharam pela redemocratização do País, pela volta ao Estado de direito, pela liberdade, pela solidariedade e pela fraternidade – esses três itens fazem parte da cultura e da alma do povo brasileiro. Contudo, os verdadeiros líderes, aqueles anônimos,

que lutaram, batalharam e também foram voz, alguns deles, apenas alguns tiveram uma recompensa – e não sei se recompensa financeira paga alguma coisa –, enquanto outros, como disse o Senador Paulo Paim – e ouvi também o Senador Heráclito Fortes e uma parte do discurso do Senador Eduardo Suplicy –, um grande número de homens e de mulheres que lutaram, ainda não tiveram essa justa recompensa! (Palmas.)

É preciso que continuemos a luta! Leis, este País tem muitas. É preciso que sejam cumpridas!

Tenho de ressaltar um fato aqui, Sr. Presidente, porque eu não precisava vir aqui. Só estou falando que assinei a lei, porque recebi do Sr. José Wilson da Silva, capitão R1, do Rio Grande do Sul – do seu Estado, Senador Paulo Paim –, cartão dizendo que ele tem a maior consideração para com este sul-mato-grossense, por ter sido eu o impulsionador e o promulgador dessa lei hoje festejada, mas que ainda precisa ser cumprida. Diz ele: “houve exploração distorcida, que repudiamos, mas sabemos que contamos com V. Ex^a sempre”. Essa palavra “sempre” está me marcando, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Vamos falar com o Presidente da República, vamos ao Ministério da Justiça dizer que os processos não podem ficar na poeira dos arquivos e das prateleiras! Não processos dessa envergadura e dessa grandeza! (Palmas.) E os requerimentos que lá estão têm de andar, tem de haver justiça, já tarda, mas tem de haver justiça, que pegue-nos a tempo de melhorar a vida de cada um de nós, vida que muitos perderam, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

De minha parte, a alegria por estar ocupando a Presidência do Senado quando essa lei foi assinada. Não vejo aqui contrerrâneos meus, de Mato Grosso do Sul, mas, em 2002, quando percorri o meu Estado, como Presidente do Congresso Nacional, reuni-me com anistiados e consegui fazer com que o processo de alguns deles andasse.

Há tempos que não recebo nenhuma reivindicação, mas faço, agora, de público, um apelo às autoridades federais, principalmente ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos, para que nos ouçam. Vamos cumprir essa lei imediatamente!

Sr. Presidente, ganhei o dia, ganhei a semana. Apus a minha assinatura em muitas leis, evidentemente, cumprindo obrigação, mas, neste caso, tem uma contribuição humilde, de um Senador que não sofreu os embates da ditadura, como muitos aqui sofreram. Não tenho a cicatriz dos anistiados. Nunca estive no exílio. Mas tive a cicatriz do meu coração de ter visto a Pátria mergulhada tantos anos sem poder expressar aquilo que está na alma do povo brasileiro, a expres-

são da liberdade, da solidariedade, da fraternidade e da justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. representantes de uma página virada na história do Brasil, ouvi atentamente o aparte do Senador Paulo Paim, o que me motivou vir à tribuna.

Creio que sou um dos mais novos aqui no Senado e passei distante do período mais difícil da história do Brasil, mas tenho duas histórias que gostaria de contar aqui para os senhores.

Em 1969, eu tinha 11 anos de idade e trabalhava numa loja no centro da cidade de Teresina. Era uma sexta-feira, trabalhamos até mais tarde e, por volta das 20 horas, quando saía da loja para ir para casa, na esquina da praça Rio Branco, um veículo Veraneio da Polícia Federal, em alta velocidade, entrou na rua pela contramão e as quatro portas se abriram de uma vez. Naquele momento, um rapaz vinha na minha direção, como se viesse me encontrar e passaríamos um pelo outro, com as mãos nos bolsos, olhando uma loja, as vitrines das Casas Pernambucanas, e, de repente, quatro policiais pularam em cima dele, fecharam-no de uma vez e jogaram-no dentro daquele carro, fecharam a porta e saíram.

Levei muitos anos para entender o que era aquilo. Eu não sabia o que era aquilo. Fiquei admirado. Eu pensava que tinham pego um ladrão. Seria um ladrão? Puxa, parabéns à Polícia. Fiquei feliz. Fui para a casa e contei para a mamãe: “Hoje, eu vi prenderem um ladrão na minha frente.”

Recentemente, conversando com o Professor Pedro Sobrinho, da Universidade do Rio Grande do Norte, que trabalhou na Universidade do Acre, ele contou uma história que achei interessante. Ele contava, por meio de parábola, que um cachorro russo, gordo e robusto, foi passear na Europa. Chegou a Paris, e passeando pelas ruas, viu um cachorro francês virando uma lata de lixo. Olhou para aquilo e se espantou. Aproximou-se do cachorro e perguntou: “Você virando uma lata de lixo?!” E a resposta foi: “Pois é o que me sobra para comer e poder viver.” E o cachorro russo, então, disse: “Ah, então, em Moscou é muito bom. Lá tenho casa, boa comida, muitas coisas e por isso estou muito forte.” E o cachorro francês perguntou: “Então, o que você veio fazer em Paris?” E a resposta: “Eu vim latir.” (Palmas.)

Essa história é de Pedro Sobrinho, não quero chamar ninguém de cachorro, pelo amor de Deus!

A vinda dos senhores aqui hoje provocam em mim perguntas do tipo: “Como é que vamos poder devolver o espaço político que os senhores perderam naquela época? Como se pode devolver a saúde daqueles que foram mutilados? Como vamos devolver a alegria dos que perderam ou mesmo a esperança daqueles que estão entediados até hoje?” Por recompensa financeira?! Essa é uma pergunta ferina, porque quando se iniciou o debate sobre o assunto, senti em muitos lugares que as pessoas diziam que havia chegado a hora de alguns faturarem um dinheiro novo. E fico me perguntando: “Quanto vale, matematicamente, essa recompensa? Vale mil reais? Um milhão de reais? Quanto vale?”

Essa questão do espaço político vem desde o Estado Novo. Os livros que li contam que Luiz Carlos Prestes, depois da Anistia de 1946, resiste ao PCB da época e se candidata por dois Partidos, tendo sido eleito por um como Senador e por outro como Deputado Federal. Um ano e meio depois, estava cassado novamente. E como fazer no caso dele, que não está nem mais aqui?!

Aqueles que perderam com a entrada de Eurico Gaspar Dutra no Governo, e depois a partir de 1964, tantos que não estão mais aqui para contar essas histórias. Lembro-me bem de Maria Lúcia Petit, a primeira guerrilheira morta no Araguaia, que, baleada, caiu e tentou fazer um último gesto de heroísmo, simulou que queria contar algo, mas a voz não saía. O Capitão encostou o ouvido para ouvir e ela deu um tiro na testa dele.

Como ficam essas histórias para serem contadas? Aí o debate do financeiro compensador não pode vir. Posso também fazer uma outra pergunta: queremos revanchismo? Não. Mas isso pode ser, então, o último sinal que o Estado brasileiro vai dar como encerramento dessa história. (Palmas.)

Não queremos aqui levantar nada do passado. Não nos interessa desencavar essas coisas que já não servem mais para nós. Basta que todos tenhamos a consciência de propagar uma história que não deve mais ser vivida. Agora, ela precisa ser contada, porque não vamos também virar de costas para a história do nosso Brasil.

Vide o caso Pinochet, um cidadão daquela idade, o que vão fazer com ele? Eu também acho que chega um momento na história da vida das pessoas que, por tudo que já fizeram, por tudo que já passaram, não cabe mais qualquer tipo de condenação. Acho que a condenação à história por si só a fará.

Falo a vocês como alguém que não viveu isso, que apenas muito recentemente acompanhou. Conheci uma pessoa que ficou com pavor de recintos fechados – ia citar o nome dele, mas acabei me esquecendo –; outra que teve problemas de coluna e está praticamente de cadeira de rodas, por tanto que apanhou em cima das costas e nos rins; outra que viu seu filho ser torturado na sua frente; outra que teve que assistir a esposa ser torturada; e tantas outras histórias que ouvi das pessoas que viveram, o que me motivou vir até aqui.

Registro, portanto, que a lei aprovada por esta Casa e assinada pelo Senador Ramez Tebet, no meu entendimento, vem sendo aplicada ainda timidamente, representa apenas um gesto simbólico do Estado brasileiro de uma espécie de pedido de perdão ou de desculpas para aqueles que tiveram também o direito de sonhar e pensar diferente dos que estavam no poder.

Parabéns a todos vocês. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, estando cumprida a finalidade do Requerimento nº 941, do corrente ano, o processo vai ao Arquivo.

Está encerrada a parte da sessão destinada à comemoração dos 26 de anos da Lei de Anistia. (Palmas.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, estão solicitando que todos se dirijam ao auditório Nereu Ramos. O aviso está dado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas informar ao Senador Paulo Paim que seria importante que uma comissão formada por todos os que participaram do movimento pela Anistia comparecesse à sala de imprensa para ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 213, de 2005 (nº 539/2005, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB –

MS) – A Mensagem nº 213, do corrente ano, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2005

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 5 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º.

“Art.6º.....

§ 7º A taxa de juros cobrada sobre os empréstimos, financiamentos e operações de

arrendamento mercantil de que tratam o caput deste artigo, incluindo todos os acréscimos que incidam sobre o valor financiado, inclusive taxas de abertura de crédito, não poderá exceder em 5 (cinco) pontos percentuais ao ano o valor da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) ou da taxa que vier a substituí-la.

§ 8º Excluem-se dos acréscimos incidentes sobre o valor financiado, para efeitos do § 7º, os acréscimos tributários, os juros de mora e os custos associados à recuperação de crédito. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Justificação

O crédito consignado em folha foi uma das grandes inovações do mercado de crédito brasileiro nos últimos anos. Por autorizar expressamente esse tipo de desconto, o crédito consignado reduziu drasticamente o risco de inadimplência, o que permitiu a queda das taxas de juros cobradas. Com a redução dos juros e o aumento da garantia, o volume de crédito consignado cresceu exponencialmente entre setembro de 2004 e julho de 2005. Considerando dados relativos aos aposentados, o volume de empréstimos passou de R\$612 milhões para R\$7,8 bilhões. Os juros cobrados são também menores em junho de 2005, pois, enquanto pessoas físicas pagavam taxas que, em média, atingiam 65% ao ano (a.a.), os aposentados que tomavam empréstimos com consignação em folha poderiam pagar taxas próximas à metade daquele valor.

Reconhecemos, portanto, o enorme avanço no mercado de crédito obtido com a aprovação da Lei nº 10.820, de 2003, que autorizou o crédito com desconto em folha. É necessário, entretanto, aprimorar esse instrumento, ainda que os devedores, nessa modalidade de empréstimo, paguem taxas bem inferiores às demais praticadas pelo mercado. Os juros cobrados ainda são injustificadamente elevados, já que ficam na ordem de 30% a.a., nos bancos que cobram as menores taxas. Em princípio, o mercado se ajustaria, oferecendo taxas mais justas e compatíveis com o risco envolvido. É notório, entretanto, que o sistema financeiro brasileiro está longe de apresentar uma estrutura concorrencial. Portanto, sem intervenção direta das instituições

regulatórias, não há porque esperar que a taxa de juros, que nada mais é do que o preço cobrado pelos empréstimos e financiamentos bancários, atinja patamares justos. Caberia, então, ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil (BACEN), órgãos formulador e executor da política monetária, impor limites às taxas de juros cobradas. Na ausência de ação desses órgãos, cabe ao Parlamento disciplinar o mercado de crédito, coibindo os abusos praticados.

Trata-se, obviamente, de uma exploração dos aposentados. Isso porque, por ter autorizado o desconto em folha, o risco de crédito dessas operações é praticamente nulo. Não se justifica, portanto, que os bancos cobrem dos aposentados, taxas muito superiores àquelas cobradas do Governo, que, em última análise, é quem garante tanto o pagamento dos juros da dívida pública, quanto o pagamento das aposentadorias. O risco de inadimplência, em um e outro caso é o mesmo, de forma que a taxa cobrada também deveria ser.

Para cobrir custos administrativos e algum risco de crédito remanescente, certamente de pequena monta, proponho, por meio deste projeto, que a taxa de juros cobrada seja limitada a cinco pontos percentuais acima da taxa básica da economia, a chamada taxa Selic, que indexa a maior parte da dívida pública interna. Como mecanismo de reforço da aplicação da lei, tivemos o cuidado de, no texto proposto, deixar claro que o limite inclui todos os acréscimos cobrados a título de despesas administrativas e taxas de abertura de crédito. Para se ter uma idéia de como isso faz diferença, ao incluir a taxa de abertura de crédito, por exemplo, a taxa de juros efetivamente paga chega a aumentar em até dez pontos percentuais. Também julgamos importante excluir, do teto fixado para a taxa de juros, os acréscimos de natureza tributária e os gastos para recuperação de crédito, o que certamente inibe vício de inconstitucionalidade.

Por fim, o projeto prevê que as normas entrarão em vigor 45 dias após a data da publicação, tempo suficiente para que os agentes financeiros se adaptem à nova legislação.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio de meus nobres e ilustres colegas para a aprovação da matéria proposta.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2005. – Senador Paulo Paim.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada Pela Lei nº 10.953, de 2004).

§ 1º Para os fins do **caput**, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:

I – as formalidades para habilitação das instituições e sociedades referidas no art. 1º;

II – os benefícios elegíveis, em função de sua natureza e forma de pagamento;

III – as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta lei;

IV – os prazos para o início dos descontos autorizados e para o repasse das prestações às instituições consignatárias;

V – o valor dos encargos a serem cobrados para ressarcimento dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações; e

VI – as demais normas que se fizerem necessárias.

§ 2º Em qualquer circunstância, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no **caput** deste artigo restringe-se à: (Redação dada Pela Lei nº 10.953, de 2004).

I – retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto, não cabendo à autarquia

responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado; e

II – manutenção dos pagamentos do titular do benefício na mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

§ 3º É vedado ao titular de benefício que realizar qualquer das operações referidas nesta lei solicitar a alteração da instituição financeira pagadora, enquanto houver saldo devedor em amortização. (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004).

§ 4º É facultada a transferência da consignação do empréstimo, financiamento ou arrendamento firmado pelo empregado na vigência do seu contrato de trabalho quando de sua aposentadoria, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos benefícios. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004).

§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido no § 5º deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta lei. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004).

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que colaborem com a Mesa, porque estamos reiniciando os trabalhos da Casa.

O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2005**

Altera o inciso I do art. 109, e inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 109, I da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 109.
.....

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes exceto as de falência, as que visem o recebimento de prestações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

..... (NR)”

Art. 2º O art. 114, VI e § 2º, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114.
.....

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidentes de trabalho, nos casos de dolo ou culpa do empregador, na forma do art. 7º, XXVIII. (NR)”

§ 2º Os dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União (NR).

I – A recusa à negociação coletiva ou à arbitragem será sempre presumida, dispensando-se qualquer comprovação, devendo a Justiça do Trabalho processar imediatamente o pedido de dissídio coletivo de natureza coletiva, ou de natureza jurídica.

II – Frustrada a primeira tentativa de conciliação, a Justiça do Trabalho poderá, por decisão monocrática ou colegiada, decidir sobre o pedido de medida liminar ou antecipação de tutela formulado pelas partes.

III – Não será admitida a suspensão liminar ou cautelar de sentença normativa.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não obstante a dicção cristalina do art. 114, VI, da Constituição da República em vigor (“Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho”), além da Súmula do STF nº 736 (“Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores”), que parecem não deixar dúvidas quanto à competência da Justiça do Trabalho no caso das ações de indenização por dano moral geral, sem excetuar a hipótese de ações de indenização por acidentes de trabalho, ainda assim os tribunais superiores dissentem sobre o assunto.

Disso são exemplos, de um lado, o STF e o STJ, que têm pendido recentemente, após algumas vacilações, pela competência residual da Justiça Comum Estadual em todas as causas originadas de acidentes de trabalho, com fulcro numa interpretação aferradamente gramatical, nada sistemática e muito menos teleológica do art. 109, I, da CF, infelizmente deixado intacto pela Reforma do Judiciário, cujo texto é o seguinte:

“Art. 109 Aos juizes federais competem processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

.....”

De outro lado, o TST tem entendido como da competência da Justiça Especializada do Trabalho as causas que, embora oriundas de acidentes de trabalho, não sejam tipicamente acidentárias, isto é, não tenha no pólo passivo a autarquia previdenciária e, portanto, nada tenham a ver, do ponto de vista exegético de sua competência, com o mencionado art. 109 da Carta Magna, que, como é evidente, trata tão-somente de questões onde seja interessada a União e suas entidades descentralizadas.

Assim o que parece simples converteu-se numa acirrada batalha hermenêutica acerca de um conflito de jurisdição mercê de uma interpretação literal e limitada sobre o sentido e alcance da expressão “as <causas> de acidente de trabalho”, se abrangente de todas as causas que atinem a dano físico ao trabalhador em

virtude de relação laboral ou se apenas daquelas em que a União tenha interesse, hipótese que entendemos ser a óbvia **ratio legis** do preceito constitucional.

Apenas, a título de exemplificação e ilustração reproduzimos ementas de decisões num e noutro sentido:

1) **COMPETÊNCIA:** Justiça comum: ação de indenização fundada em acidente de trabalho, ainda quando movida contra o empregador. 1. É da jurisprudência do STF que, em geral, compete à Justiça do Trabalho conhecer de ação indenizatória por danos decorrentes da relação de emprego, não importando deva à controvérsia ser dirimida à luz do direito comum e não do Direito do Trabalho. 2. Da regra geral são de excluir-se, porém, por força do art. 109, I da Constituição, as ações fundadas em acidente de trabalho, sejam as movidas contra a autarquia seguradora, sejam as propostas contra o empregador.”

STF, 1ª T., RE 403.832-MG, rel. Min. Sepúlveda Pertence. DJ 12-3-2004.

2) **TRIBUNAL:** TST **DECISÃO:** 6-8-2003
PROC: RR NUM: 764530 **ANO:** 2001
REGIÃO: 03

RECURSO DE REVISTA
TURMA: 4
ÓRGÃO JULGADOR – QUARTA TURMA

RELATOR
MINISTRO IVES GANDRA MARTINS FILHO

EMENTA

ACIDENTE DE TRABALHO – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO FÍSICO – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Sendo distintas a ação acidentária ajuizada contra o INSS (CF, art. 109, I, § 3º) e a ação indenizatória decorrente de acidente de trabalho (CF, art. 7º, XXVIII), e considerando que o empregado somente poderia, em tese, sofrer acidente de trabalho no exercício da sua profissão, ou seja, estando vinculado contratualmente a um empregador, não há como se afastar a competência material desta Especializada para julgar ação de indenização por dano físico, nomeadamente porque é pacífica a competência material para julgar ação de reparação por dano moral. São danos ontologicamente idênticos, porquanto derivam da mesma matriz – relação de trabalho.

Daí a inafastabilidade da competência desta Especializada.

Precedentes do TST.

Revista não conhecida,

Assim, para pôr cobro a uma estéril polêmica entre nossos Tribunais Superiores, cuja única vítima e prejudicado maior será sempre o trabalhador acidentado, pela demora no deslinde dos feitos de seu interesse motivados por tais conflitos de competência, é que tentamos dar aos dispositivos constitucionais em disputa a redação mais clara possível e mais afeita à intenção do Constituinte Derivado da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que, sem dúvida, foi o de ampliar ao espectro de atribuições da Justiça do Trabalho em benefício do trabalhador brasileiro.

Também outro ponto da presente Proposta de Emenda Constitucional merece especial atenção de todos os membros do Congresso Nacional. Falamos da competência da Justiça do Trabalho em conciliar e julgar os dissídios coletivos de trabalho.

Na verdade, a alteração do art. 114 da Constituição Federal implementada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, foi aprovada sem uma profunda discussão sobre o seu mérito.

O disposto no § 2º do art. 114 da Constituição Federal não condiz com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, inscrito no art. 5º, inciso XXXV, e já é alvo de ação direta de inconstitucionalidade – ADI nº 3392-1, de autoria da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais – CNPL, tendo como relator o eminente Ministro Cezar Peluso.

Portanto, não se trata de uma iniciativa legislativa isolada ou individual, mas de proposta que pretende alterar a eficácia de dispositivo constitucional de duvidosa compatibilidade com os direitos e garantias fundamentais proclamadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

A regra anteriormente prevista, no ordenamento constitucional, parece-nos mais compatível com a rejeição da Reforma Sindical proposta pelo próprio Poder Executivo que segue na linha da alteração inserida no artigo 114 § 2º da CF pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Inverteram-se as prioridades e, antes mesmo da discussão sobre os novos critérios de legitimidade e representatividade das entidades sindicais, resolveu-se suprimir o acesso à Justiça do Trabalho por parte dos sindicatos obreiros, especialmente aqueles que não possuem a mesma capacidade de mobilização de entidades sindicais como as do ABC Paulista. Restabelecer esta competência nos parece mais justo e equilibrada.

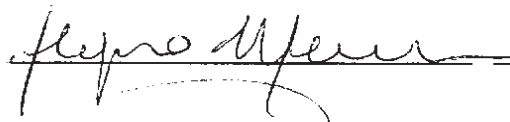
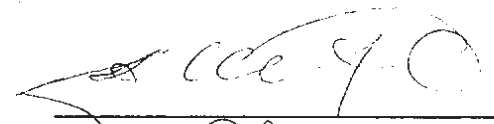
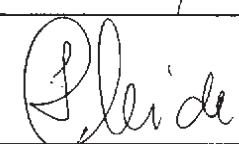
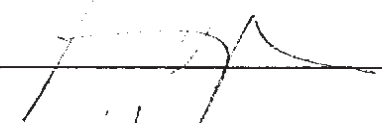
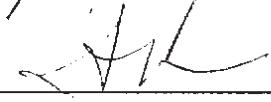

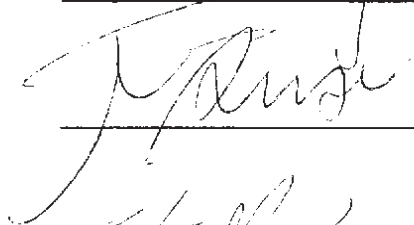
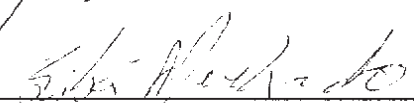

Por esta razão, solicito aos nobres Pares que aprovem a presente Proposta de Emenda Constitucional, para que possamos restabelecer o melhor sistema de solução de controvérsias trabalhistas no Brasil.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2005.
– Senador **Paulo Paim**.

PEC que modifica o inciso I do art. 109 e inciso VI, § 2º do artigo 114 da Constituição Federal para disciplinar a competência da Justiça do Trabalho para conciliar acidente de trabalho e conciliar e julgar dissídio coletivo.

ASSINATURA

SENADOR

	
(-RPP) 3	Luiz Sarney
	GA RIB, DE, A. J. de A.
	Fátima Cleide
	JOSÉ AZEITEIRO
	GERALDO MAGALHÃES JR.
	EDUARDO AZEREDO
	Aécio Neves
	
	Antônio Carlos

PEC que modifica o inciso I do art. 109 e inciso VI, § 2º do artigo 114 da Constituição Federal para disciplinar a competência da Justiça do Trabalho para conciliar acidente de trabalho e conciliar e julgar dissídio coletivo.

ASSINATURA

SENADOR

[Handwritten signatures of several senators]

[Handwritten signature]

HELOISA HELENA

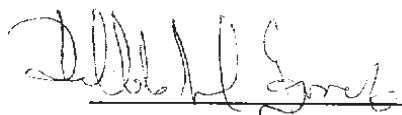
[Handwritten signature] SEN JEFFERSON PERES

[Handwritten signature] TASSO FERREIRA

PEC que modifica o inciso I do art. 109 e inciso VI, § 2º do artigo 114 da Constituição Federal para disciplinar a competência da Justiça do Trabalho para conciliar acidente de trabalho e conciliar e julgar dissídio coletivo.

ASSINATURA

SENADOR



Delcídio



Luiz Antonio



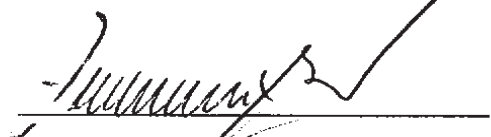
Maria Lucia

Ana Julia Carepa
ius de paup.

ANA JULIA CAREPA

Maria (F)

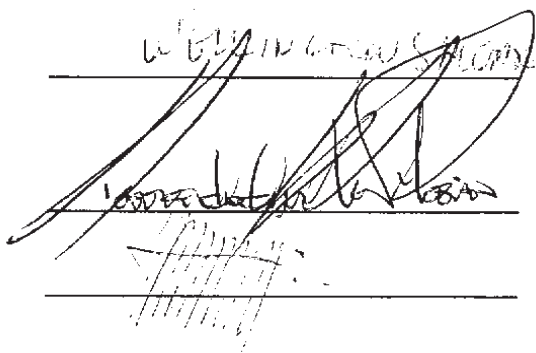
Christouan.



FERNANDO BEZERRA



Fernando



Valdira Raupp

*LEGISLAÇÃO CITADA*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 46, de 2004)

IV – os mandados de segurança, **habeas corpus** e **habeas data**, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2004)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 1038, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 6º da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SÚMULA 736

COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.

Data de Aprovação: Sessão Plenária de 26-11-2003
Fonte de Publicação: **DJ** de 9-12-2003, p. 2; **DJ** de 10-12-2003, p. 3; **DJ** de 11-12-2003, p. 3.

Referência Legislativa: Constituição Federal de 1988, art. 114.

Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, art. 643.

Precedentes: CJ 6959

Publicações: **DJ** de 22-2-1991

RTJ 134/96

RE 206220

Publicações: **DJ** de 17-9-1999

RTJ 171/330

Pet. 2260

Publicações: **DJ** de 10-3-2002

RTJ 181/553

RE 213015

Publicação: **DJ** de 24-5-2002

Indexação

COMPETÊNCIA, JUSTIÇA DO TRABALHO, JULGAMENTO, AÇÃO, CAUSA DE PEDIR, INOBSERVÂNCIA, NORMA TRABALHISTA, SEGURANÇA, HIGIENE, SAÚDE, TRABALHADOR.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.392

ORIGEM: DF RELATOR: MIN. CEZAR PELUSO

REDATOR PARA ACÓRDÃO: -

REQTE.(S): CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS – CNPL

ADV (A/S). AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA E OUTRO (A/S)

REQDO.(A/S): CONGRESSO NACIONAL

ANDAMENTOS

DATA	ANDAMENTO	OBSERVAÇÃO
23/05/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
23/05/2005	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA COM PARECER PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO
01/03/2005	VISTA AO PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA	
01/03/2005	JUNTADA	PG Nº 17370/05 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE-CNTS, REQUERENDO SEU INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE BEM COMO A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
28/02/2005	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, COM DEFESA (PG Nº 18535/05)
24/02/2005	PETIÇÃO	PG Nº 17370/05 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE-CNTS, REQUERENDO SEU INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE BEM COMO A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
10/02/2005	VISTA AO ADVOGADO-GERAL DA UNIAO	
10/02/2005	JUNTADA	DO PG Nº 10795/05 DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, PRESTANDO INFORMAÇÕES.
10/02/2005	INFORMACOES RECEBIDAS, OFICIO NRO.:	126/P PG Nº 10795/05, DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL.
02/02/2005	PUBLICACAO, DJ:	DESPACHO DE 21/01/05 DO MIN. PRESIDENTE
01/02/2005	DISTRIBUIDO POR PREVENCAO	ADI 3367 - MIN. CEZAR PELUSO
25/01/2005	PEDIDO DE INFORMACOES	126/P AO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL. NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
24/01/2005	REMESSA DOS AUTOS	À SEÇÃO CARTORÁRIA.
21/01/2005	DESPACHO ORDINATORIO	DO MINISTRO PRESIDENTE "À SECRETARIA PARA DAR CUMPRIMENTO AO RITO DO ART. 12 DA LEI 9868/99."
20/01/2005	CONCLUSOS AO PRESIDENTE	(ART. 13, VIII DO RISTF)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.542, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (1.094/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

Relator *ad hoc* Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Encaminhado por meio da Mensagem nº 1.792, de 27 de novembro de 2000, o presente Projeto foi aprovado, previamente, na Câmara dos Deputados, onde tramitou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela Comissão de Agricultura e Política Rural e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da exposição de motivos que acompanha o Projeto, formulada pelo Ministério de Relações Exteriores, cumpre destacar o seguinte:

A Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais tem por objetivo a prevenção da introdução e disseminação nos países-membros de organismos nocivos aos vegetais e produtos vegetais, por intermédio da cooperação internacional e mediante a adoção de medidas legislativas, técnicas e administrativas. As Organizações Regionais de Proteção dos Vegetais (ORPV) que atuam sob a égide da mencionada Convenção são reconhecidas no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS/WTO) como referência para a adoção de disciplinas ligadas à sanidade vegetal em todo o mundo, ao lado do Escritório Internacional de Epizotias (OIE, na sigla em francês), em matéria de saúde animal, e da Comissão do Codex Ali-

mentarius, no que se refere à inocuidade dos alimentos. A Convenção data originalmente de 1951, tendo, por força dos avanços científicos e do desenvolvimento da cooperação internacional, sido revista e atualizada pela FAO, em trabalho concluído em novembro de 1997.

II – Análise

Trata-se de Acordo-Quadro formulado no plano multilateral, sob a égide da Conferência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, FAO, um dos mais tradicionais e importantes organismos internacionais das Nações Unidas, com sede em Roma. Portador de ambicioso objetivo, pretende o tratado em apreço estabelecer normas harmonizadoras no que concerne aspectos relevantes de segurança alimentar, mormente no setor fitossanitário, evitando doenças que afetam a agricultura e o bem-estar dos povos.

Significativamente oportuna em momento de integração de economias e de grande fluxo internacional de **commodities**, manifestos vetores de transmissão de doenças entre países e continentes, a norma internacional proposta atende à necessidade premente da comunidade internacional, que, ao receber alguns benefícios da globalização, também se vê exposta aos imensos riscos trazidos pelo comércio desenfreado e caudatário do lucro fácil e imediato.

Versada em 23 artigos, a Convenção expõe em seu preâmbulo a importância da cooperação internacional para controlar e prevenir as pragas de plantas e produtos vegetais, bem como sua disseminação extrafronteiras, enfatizando a urgência de medidas coordenadoras tomadas para tais fins, adotadas sempre em espectro multilateral.

Destaca-se, ainda, a harmonização terminológica enfatizada pelo texto convencional, em seu art. 2º, o que permite um concerto no que tange a maior diálogo entre os países, voltados aos objetivos colimados pela proposta. Também, não com menos importância, há que se destacar o art. 5º, que busca conduta comum dos países signatários para a certificação fitossanitária, sem a qual será difícil prevenir internacionalmente a transmissão de doenças vegetais. Para tal fim, prevê-se, inclusive, em anexo, modelos de certificação fitossanitária a bem da maior segurança coletiva, que permitirá, em última instância, o aumento do comércio internacional, com a limitação de barreiras não tarifárias de natureza técnica, mas, em verdade, apenas medidas protecionistas e imitadoras do livre comércio. Cumpre destacar que o Brasil tem interesses muito manifestos no maior fluxo internacional de **commodities**, tendo sido vítima reiterada de políticas protecionistas dissimuladas como medidas fitossanitárias unilaterais.

III – Voto

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Rober-**

MENSAGEM Nº 543

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$6.500.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 24 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 128/9005 – MP

Brasília, 8 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a V. Ex^a para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério dos Transportes – MT, crédito especial no valor de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

2. A solicitação visa à inclusão de programações na Lei Orçamentária Anual para adequar o orçamento vigente daquele Órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade Orçamentária/Ação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Cancelamento
Ministério dos Transportes		
Ministério dos Transportes (Administração direta)	4.500.000	4.500.000
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Adequação de Acesso Rodoviário ao Cais de Capuaba	4.500.000	
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Dragagem de Aprofundamento do Canal de Navegação, Bacia de Evolução e Berços dos Terminais Públicos no Porto de Barra do Riacho (ES)		4.500.000
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	2.000.000	2.000.000
Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió	2.000.000	
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió		2.000.000
Total	6.500.000	6.500.000

3. O atendimento do pleito possibilitará, no âmbito da Administração direta, a execução das obras de ampliação da capacidade da via de acesso rodoviário ao cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo, com vistas à melhoria das condições de fluidez e segurança do tráfego dessa localidade.

4. Em relação ao Dnit, a solicitação decorre da incorporação, pelo Congresso Nacional, quando da fase do Autógrafo, do termo “Participação da União no Capital” na descrição da programação originalmente proposta no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005 – PLOA-2005, o que não coaduna com a forma de execução, pois trata-se de investimento direto da União. Nesse sentido, o atendimento à solicitação possibilitará a construção de cais de múltiplo uso, visando ao aprimoramento das condições operacionais do porto de Maceió.

5. A solicitação será atendida com recursos oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao próprio órgão e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº

4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada, e que o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas da espécie, objeto dos créditos abertos e reabertos, aos limites estabelecidos no referido decreto.

7. Ressalto, ainda, que segundo o Ministério dos Transportes, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos nas suas execuções, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

8. Informo que o presente crédito não contempla programação condicionada à aprovação de alteração do Plano Plurianual 2004/2007, uma vez que a inclusão para o presente exercício poderá ocorrer, segundo art. 5º, § 13, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, por intermédio da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, importante salientar que a continuidade da execução das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, a partir do exercício de 2006 deverão estar condicionadas à aprovação de alteração do Plano Plurianual 2004/2007, conforme evidencia o art. 5º, § 14, da referida lei.

9. Nessas condições, submeto à consideração de V. Ex^a o anexo projeto de lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

Aviso nº 883 – C. Civil

Brasília, 24 de agosto de 2005

Assunto: Projeto de lei

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$6.500.000,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso 1 do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças ju-

diciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 5.379, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005. e dá outras providências.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.**

.....
Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de

Lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos § 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada Pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia

31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no caput, ressalvado o disposto nos §º 11, 12 e 13 deste Artigo (Redação dada Pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;

III – identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

§ 6º Considera-se alteração de programa:

I adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.044. de 2004)

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.044 de 2004)

III – alteração do título, do produto e da unidade de medida; (Redação dada pela Lei nº 11.044. de 2004)

IV – alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Redação dada Pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005 o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos. Desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º desta Lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no caput incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 12. As inclusões de ações orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, quando decorrentes de fusões e desmembramentos de atividades do mesmo programa, hipótese em que deverá ser apresentado, a partir de 2006, o alinhamento da série histórica dessas alterações e os respectivos atributos, bem como as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 13. Excepcionalmente, para os exercícios de 2004 e 2005, tanto a inclusão de que trata o inciso II quanto a alteração de que trata o inciso IV, ambos do § 62 deste artigo, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais. (Incluído pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 14. A continuidade da execução, a partir do exercício de 2006, das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, quando se tratar de ações plurianuais, fica condicionada a alteração deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações dos indicadores e índices dos programas deste Plano. (Incluído nela Lei nº 11.044, de 2004)

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas Pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de

2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 3-9 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 11-9 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 16-9 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 26-9 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional;

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 415/05

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os

devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 3.987, de 2000 (nº 112/03, no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre o ensino da língua espanhola”.

Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2003 e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Ofício CCS nº 76/2005

Brasília, 23 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

O Conselho de Comunicação Social, cumprindo suas atribuições estabelecidas pelo art. 224 da Constituição Federal e, de modo específico, pelo art. 2º, alínea **b**, da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, desde sua primeira composição empreende esforços para contribuir nos debates relacionados à publicidade

de bebidas alcoólicas, tendo sido designado, como relator da matéria, o Conselheiro Gilberto Leifert.

Considerando os trabalhos realizados e as comunicações já efetuadas por este Conselho, foi formalizado o presente Estudo do Conselho de Comunicação Social, nº 2 de 2005, que levamos ao conhecimento de V. Exª para ciência da posição atual sobre a matéria no âmbito deste Órgão Auxiliar do Congresso Nacional.

Aproveitamos a ocasião para apresentarmos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente, – **Arnaldo Niskier**, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 942, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, **a**, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada à Ministra de Estado da Casa Civil a seguinte solicitação de informações:

– todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativo desde janeiro de 2003; e

– as notas fiscais que suportam os referidos saques.

Justificação

Em informações obtidas a partir de auditoria realizada pelo TCU nos cartões de crédito corporativos da Presidência da República, verificou-se uma grande quantidade de recursos sacados em dinheiro na boca do caixa. Tal situação anômala tornou-se ainda mais suspeita quando se verifica que as notas fiscais que justificam os referidos saques dizem respeito a empresas desconhecidas e, até mesmo, sob investigação do Ministério Público como empresas que participam de um verdadeiro esquema de fornecimento de notas fiscais frias.

Uma dessas empresas aparece como fornecedora de cartuchos para impressoras, sendo que no cadastro de contribuintes da Receita Federal aparece como empresa de alimentos, além do mais a citada empresa dista mais de 40 quilômetros do Palácio. É

extremamente suspeito que a Presidência da República, podendo adquirir mercadorias de fornecedores credenciados e por cartão de crédito, opte por fazer aquisições em condições dúbias. Assim, faz-se necessário que esta Casa investigue os referidos gastos a fim de zelar pelo interesse público. Mesmo porque a Presidência da República não pode estar submetida a gastos suspeitos.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2001

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifesta sobre o Projeto de Lei do Senado de nº 86, de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2005.

– Senadora **Ana Júlia Carepa**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– O expediente que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Leomar Quintanilha. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, logo após, ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Edison Lobão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, li a entrevista de um cientista político mexicano, Alejandro Poiré, que, questionado a respeito da crise política por que atravessa o País, dizia que isso não era prerrogativa ou privilégio apenas do povo brasileiro. Segundo ele, o tipo de crise que estamos atravessando e a reforma político-partidária que se está a exigir são decorrentes das democracias em formação, das democracias novas. É claro que isso não serve de consolo,

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a situação que atravessamos no nosso País. E o apelo que se faz pela reforma política se dá em razão da grave crise político-partidária vivida pelo País.

Está claro para todos nós que uma das razões que têm provocado esse desvio de conduta, essa deformação no processo político-partidário está exatamente no elevado custo das campanhas.

Presidente Ramez Tebet, várias providências já foram sugeridas ao longo do tempo, e, inclusive, já tive oportunidade de defender desta tribuna a mesma data para eleições gerais no País, de Vereador a Presidente da República. Por que tem de haver um processo eleitoral a cada dois anos, envolvendo toda a população, parando o País? Porque o povo brasileiro gosta realmente de participar, de ter a sua vez, de fazer ouvir a sua voz, de participar do processo. E o povo se envolve, de forma apaixonada, nas políticas que se desenvolvem nos quadrantes do País.

Eu me recordo de quando defendia essa tese da coincidência das eleições desta tribuna. Fui contestado por pessoas com muito mais experiência, com muito mais propriedade, com muito mais competência e sabedoria política do que eu.

Lembro-me de um episódio, ocorrido num período de campanha, quando visitei um dos pequenos Municípios do Estado do Tocantins, um Município que deve ter cerca de três a quatro mil habitantes. Conversei com uma senhora sexagenária, razão por que detentora de muita experiência e de um conhecimento de vida largo e extenso. Porém, habitava um Município pobre e atrasado. Ela mostrava na face as marcas do sofrimento que o tempo lhe impunha. Vivía em uma cidade cuja região era semi-inóspita, atrasada, legada ao ostracismo e ao esquecimento, uma das mais pobres do Brasil. E são tantas as regiões pobres! Elas existem no meu Estado e na grande maioria dos Estados das Regiões Norte e Nordeste deste País.

Essa senhora me dizia: “Senador, o senhor acha que deveria haver eleições gerais somente de quatro em quatro anos? Argumentos contrários a isso existem, mas confesso ao senhor que eu gostaria que existissem eleições todos os anos”. Ela, com a sua sabedoria natural, com a sua experiência e com a sua vivência, tinha também o seu ponto de vista. Entendia que as eleições deveriam ocorrer todos os anos e me explicava o porquê: “Esta minha cidade, Senador, é pequena e atrasada. Só temos visitas, e visitas interessantes, com propostas bonitas, com **shows** musicais, com panfletagem, com cartazes que alegram a cidade, com gente cheia de novas idéias, no tempo das eleições. Nesse período, o Prefeito também trabalha mais, os Vereadores também trabalham mais. Então, entendo

que, por essas razões, as eleições deveriam ser todos os anos. Teríamos uma cidade sempre mais ativa, sempre mais atuante, sempre mais alegre, recebendo gente de fora, com os benefícios que o visitante traz, porque é um turista; e os agentes públicos, principalmente Prefeitos e Vereadores, trabalhando mais para a coletividade e para o povo”.

A contrapor-se à idéia dessa senhora, a quem o tempo ensinou o que defendia, há várias razões: primeiramente, a dificuldade que o povo teria de votar em eleições gerais, já que haveria um número enorme de candidatos. Discordo dessa tese, porque o povo sabe. O povo, quando quer, sabe. Até quem é analfabeto quando pega uma nota de R\$10,00 não a rasga, sabe que vale R\$10,00. Quando pega uma nota de R\$50,00, então, sabe que o valor é muito maior, e sabe calcular troco e manipular direitinho o dinheiro quando se trata de seus interesses.

O povo, que a cada dia está mais interessado em ser partícipe do processo de escolha de seu representante, sabe votar e escolher. Às vezes, fica frustrado por escolher mal, pois ninguém traz na testa as características e as informações individuais. Muitas vezes, as pessoas votam enganadas, pensando que estão escolhendo uma pessoa direita, honrada, dedicada, trabalhadora, que defenderá seus interesses, mas se frustram com os desvios de conduta e comportamento.

Na verdade, o sistema democrático é, efetivamente, o mais adequado e justo, tanto que povos mais antigos que os brasileiros a ele também se estão dedicando, permitindo a participação efetiva do cidadão na escolha de cada um de seus candidatos.

Tramitam nesta Casa algumas propostas, Sr. Presidente, que pretendem reduzir o tempo de campanha. Acredito que se trata de uma providência interessante, que ajudará a diminuir os gastos de campanha. É lógico que isso dificultará um pouco a identificação das propostas dos candidatos, mas, efetivamente, o custo-benefício é razoável e haverá redução dos gastos de campanha.

Os “showmícios”, Sr. Presidente, aqueles grandes empreendimentos artísticos, atraem as pessoas com o subterfúgio de verem, pessoalmente, artistas de renome nacional que, talvez, apenas por ocasião de campanhas eleitorais ou em outras raras ocasiões, elas, pessoas dos locais mais longínquos, atrasados e pobres do País, teriam essa oportunidade. A abstenção do uso desse artifício também vai contribuir para a redução do custo de campanha.

Uma outra proposta que tramita, Sr. Presidente, e que vale a pena ser considerada, embora haja resistência de alguns setores, é a verdadeira construção

da imagem, a sua montagem nos programas de televisão, que usam craques do *marketing*, os melhores homens da área, que desenvolveram essa atividade comercialmente, para vender um produto, mas passaram a utilizá-la na política, para vender o candidato como se fosse um produto.

Há programas de televisão em que o candidato até aparece pouco. Quando seus recursos e possibilidades pessoais de defender as suas propostas e idéias são limitados, arma-se um programa bonito, cheio de imagens bonitas, cheio de ...

(Interrupção do som.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– ...sons para vender a imagem do candidato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Senador Leomar Quintanilha, tão importante é o pronunciamento de V. Ex^a, que estamos prorrogando por cinco minutos o seu tempo, para que possa concluí-lo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Agradeço a deferência da Mesa, tão brilhantemente presidida por V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

Sei que a discussão que inicio não se vai esgotar nos próximos cinco minutos, mas em muitas sessões. Tenho certeza de que haverá de tomar conta da Casa, numa agenda positiva, quando nos afastarmos das dificuldades criadas pelas CPMIs, que espero cumpram a sua finalidade, aprofundem as suas investigações, encontrem quem realmente praticou os desvios e os punam, permitindo que o Brasil continue a discutir a sua agenda positiva. Afinal de contas, o desemprego é muito grande, o atendimento às demandas, às necessidades do povo, no que diz respeito a saúde e educação, são grandes. Precisamos continuar lutando e trabalhando no dia-a-dia para que o Brasil alcance um patamar de desenvolvimento onde possa realmente oferecer essas condições de prosperidade e de alegria para sua população.

Portanto, Sr. Presidente, entendo ser da maior importância a discussão que ora se trava com relação às propostas de alteração na legislação político-eleitoral. É claro que, pressionados pela crise – e dizem que a crise é a parteira das grandes decisões –, entendo que essa decisão, que haverá de consultar os interesses maiores do povo brasileiro, não poderá ser tomada de forma açodada. É preciso que tenhamos serenidade e a preocupação de fazer uma lei fundada, que atravessasse crises, gerações, para que possa, efetivamente, atender aos reclamos desse processo político-partidário que faz parte da vida social brasileira.

Era o que eu gostaria de registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A Mesa parabeniza V. Ex^a e concede a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu hoje retorno a um tema que me está causando muita preocupação. Trata-se do Projeto de Lei nº 62, de 2005, no Senado, que está colocado na imprensa como projeto da gestão das florestas públicas. Parece muito simples, da maneira como está colocado. Parece que se trata, realmente, de um projeto que só visa à exploração racional das florestas da Amazônia, principalmente, mas do Brasil como um todo. Na verdade, esse projeto embute muitas coisas seriíssimas, principalmente para a Região Amazônica.

A própria Confederação Nacional da Agricultura já nos alertou de que esse projeto beneficia os grandes madeireiros, os grandes exploradores e não os pequenos madeireiros e exploradores, que estão na Amazônia há muito tempo.

Segundo, não protege adequadamente essas nossas áreas de floresta da cobiça internacional. Nós, há pouco tempo, ouvimos o Sr. Pascal Lamy, que hoje está na Organização Mundial do Comércio e que já foi da União Européia, dizer, com todas as letras, que o Brasil não tinha capacidade de gerir as suas riquezas, principalmente as florestas da Amazônia, e que, portanto, precisava de um consórcio de países – leia-se aí, com certeza, o G-7, o grupo de países mais ricos do mundo – para gerir as nossas florestas. Gerir significa explorar. Esse sofisma é colocado justamente para iludir a mente dos brasileiros que estão no litoral do País e que não conhecem a realidade amazônica e, principalmente, para agradar aos estrangeiros que estão de olho nessas nossas riquezas há muito tempo.

Esse projeto não trata apenas da gestão das florestas. Cria um outro órgão dentro dessa área, que é o Serviço Florestal Brasileiro. Quer dizer, está-se criando, além do Ibama, mais um órgão para cuidar da questão das florestas. Os próprios funcionários do Ibama são contrários à criação desse órgão. É mais um cabide de emprego, mais um órgão que se vai criar, mais encargos, para quê? Sob o pretexto de que serão pessoas especializadas para cuidar especificamente da gestão da floresta. E, além disso, cria também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Trata-se, portanto, de um projeto complexo. Não estou dizendo que não seja necessário, mas é complexo e precisa ser analisado com cautela. Entrou este ano

na Câmara, onde foi aprovado a toque de caixa, e já está aqui, em caráter de urgência constitucional.

Podemos dizer que o Brasil passou 505 anos olhando e tratando a Amazônia e agora, de repente, se quer aprovar a toque de caixa um projeto dessa importância, que já podia estar sendo discutido aqui desde que o Presidente Lula assumiu o Governo. E vem agora, no ano de 2005, coincidentemente, com essa pressa toda, de maneira que não possamos sequer discutir, por exemplo, com os Governadores dos Estados essa questão, que é federativa. Afinal de contas, as florestas são públicas e onde elas estão? Nos Estados. E os Governadores não serão ouvidos? Nem citei os prefeitos e os deputados estaduais. Mas nem os Governadores dos Estados serão ouvidos, para dizerem se concordam ou não ou para darem sugestões? Porque, nesse regime de urgência constitucional, ninguém será ouvido. Ou, então, farão de conta que vão ouvir Governadores?

Defendo a autonomia das unidades da Federação. Os Estados e os Municípios têm que ter autonomia. Não é possível que só exista um ente na Federação, que é a União, onde ninguém vive; o cidadão vive é no Município, no Estado.

Então, preocupa-me muito essa situação. Sou Relator desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitei da Consultoria Legislativa uma nota técnica e estou procurando me informar para dar realmente um parecer que não se limite somente ao aspecto constitucional. Quero discutir a importância para a soberania e para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Quero discutir os aspectos que garantam aos pequenos que estão lá o direito também de participarem efetivamente da gestão das florestas – repito, um nome sofisticado –, mas nessa correria ninguém sequer tem uma idéia precisa, porque se vendeu um pacote, publica-se na imprensa dizendo tratar-se apenas de um projeto que vai cuidar da gestão das florestas públicas. Que florestas públicas? O que são florestas públicas? São florestas públicas municipais, estaduais ou federais? Como é que estão regulamentadas? Como será a garantia de que as grandes corporações financeiras internacionais não vão usar empresas de fachadas no Brasil para se apropriarem das nossas florestas? Coisa que há muito tempo eles vêm dizendo que querem fazer. Citei aqui o Sr. Paschoal Lamy, mas podia citar vários, como Margaret Thatcher, da Inglaterra; Gorbachev, da Rússia; Al Gore, dos Estados Unidos. Todos eles disseram, com todas as letras, que o Brasil precisa negociar a Amazônia para pagar a dívida externa. Todos eles têm dito que a Amazônia não é patrimônio do Brasil, mas patrimônio da Humanidade.

Então, não podemos fazer de conta que esse não é um assunto muito sério. É tão sério que não deveria merecer essa urgência constitucional, porque tantos outros projetos mais importantes para o próprio País estão mofando nas Comissões da Câmara ou não chegam ao Senado, ou, quando chegam, levam um tempo enorme.

Vejam o caso da reforma política. Há pouco, o Senador Leomar Quintanilha mencionou que há itens da reforma política que já foram aprovados pelo Senado e que estão na Câmara há mais de três anos. No entanto, nunca houve urgência nenhuma. O Governo nunca enviou um projeto também propondo alguma reforma política. Agora, vem com esse projeto, digamos, na correria, diante da crise que o Brasil está atravessando. Então, as pessoas não discutem, não examinam e aprovamos uma lei que, amanhã, Senador Ramez Tebet, entrará imediatamente em vigor e nós não teremos mais como corrigir.

Quando o Governo quer fazer as coisas na correria, faz. Utiliza ou medida provisória ou o recurso da urgência constitucional e passa realmente “o pé” em todos.

Registro que este é o segundo pronunciamento que faço sobre este assunto. Não estou de acordo com essa urgência constitucional, que, lamentavelmente, é um dispositivo quase autoritário e só quem pode retirá-la agora é o Presidente da República. Isso, portanto, não nos dá oportunidade para que debatamos com tranquilidade esse tema.

Mas não posso, como homem da Amazônia – nascido lá, não apenas ouvi falar ou li a respeito da região –, não posso concordar com essa forma com que estão querendo tratar esse projeto. Portanto, quero alertar todos os Senadores e Senadoras para a gravidade e a seriedade desse projeto, que não é um simples projeto de proteção da floresta, como essas ONGs gostam de dizer. Está-se protegendo muito mais interesses externos, colocando em risco os interesses do Brasil. Talvez, ao aprovar esse projeto, estejamos entregando nas mãos dos ricos do mundo o que eles sempre quiseram: o domínio sobre a Amazônia. Porque, amanhã, sob o pretexto de fazerem a gestão sustentável das florestas nacionais, eles vão pesquisar nossa biodiversidade e, portanto, farão, de uma maneira mais tranquila, a biopirataria que vêm fazendo ao longo do tempo.

Então, quero deixar este alerta de maneira muito consistente e dizer que, desapassionadamente, colo-me contra essa forma de pressa descabida para a análise de um projeto tão sério para a Nação, como é o caso desse.

Espero ainda, como Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, poder

fazer alguma coisa para que não digam amanhã que alguém não viu, que passou de forma muito rápida e que a Amazônia foi entregue por nós mesmos, Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena, sem prejuízo das demais inscrições. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em um momento de crise como este, tenho assistido a inúmeros debates e noto que vários intelectuais, pensadores, articuladores falam que o principal caminho para que o País não enfrente no futuro crises como esta passa pela reforma eleitoral e política e, principalmente, por investimentos na educação.

Está comprovado que países que chegaram ao nível de primeiro mundo – poderíamos citar uma dúzia, começando, talvez, pelos países asiáticos – investiram muito no processo de educação. Por isso, falo hoje aqui da Emenda Constitucional nº 415, que trata do Fundeb.

É do conhecimento de todos nós, Parlamentares, a importância da criação de um fundo de financiamento que alcance toda a educação básica. O Fundeb aumenta os recursos aplicados pela União, Estados e Municípios na chamada educação básica, além de aumentar a qualificação dos profissionais da educação e a melhoria salarial desses importantíssimos e incansáveis trabalhadores.

O Fundeb atenderá o ensino fundamental e médio e a educação de jovens e adultos; porém, Sr. Presidente – esta é a minha crítica –, ele não prevê o atendimento à criança de zero a seis anos de idade, a meu ver, uma falha.

Com o objetivo de garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos, foi aprovada, no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos – e ressalto que não foi nada combinado, uma vez que a Senadora Heloísa Helena está casualmente no plenário. A referida matéria foi aprovada, se não me engano por unanimidade ou, no mínimo, por ampla maioria e encaminhada à Câmara dos Deputados, onde aguarda votação.

Entendemos que o Fundeb é importante, mas a emenda que aperfeiçoa o projeto, conforme está na PEC nº 40, de 2000, de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, tem de ser aprovada conjuntamente, para que

efetivamente possamos dizer que estamos investindo em todas as instâncias do ensino, que para mim vai de zero ano de idade, como V. Ex^a menciona, até o nível universitário.

Sr. Presidente, encaminhei um projeto de lei que não tem a amplitude da emenda constitucional da Senadora Heloísa Helena, que garante a creche para crianças de zero a seis anos também na área privada, em todas as empresas.

Gostaria muito de receber o aparte de V. Ex^a, que é autora dessa emenda tão importante para as nossas crianças.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, parabeno V. Ex^a por trazer à Casa um tema tão importante como o da educação básica. Como bem disse V. Ex^a, a educação pode não transformar o mundo, mas transforma as pessoas, que, por sua vez, podem transformar o mundo. O tema é muito especial, muito precioso, essencial para a vida de milhões de meninos e meninas, de jovens, de mulheres e homens espalhados pelo Brasil. Talvez para alguns Senadores e Deputados – esse não é o caso de V. Ex^a nem o meu, nem o de vários outros Senadores – ou para algumas pessoas o tema da educação seja algo distante, até porque elas podem colocar seus filhos na creche, ver suas crianças acolhidas com dignidade. Muitas brasileiras podem escolher se deixam mais tempo sua filhinha ou seu filhinho em casa, com a babá ou alguém para acolhê-los, mas milhões de mulheres no Brasil, especialmente as mais pobres, não têm opção. Muitas estão a uma ou duas quadras da favela onde moram, cuidando das crianças de outras mulheres, enquanto as suas estão presas em casa, por um cadeado colocado do lado de fora da porta, para evitar que sejam tragadas pela marginalidade e pelo narcotráfico, que sofram estupro ou violência sexual ou que entrem no mundo adulto, sem terem vivido a condição de crianças. Isso é no mínimo escandaloso. Parabeno V. Ex^a por falar sobre isso. O Senador Cristovam Buarque, assim como vários outros Srs. Senadores já abordaram o assunto. Parece que amanhã haverá um ato pela introdução do direito à creche no Fundeb, que é uma vergonha na forma como veio. O Fundef, que trata do ensino fundamental, é uma luta histórica de todos nós; foi uma conquista da sociedade e não uma concessão de qualquer Governo, do Congresso Nacional ou do Executivo. Mas muito do dinheiro que deveria ser repassado foi usurpado, roubado pelos superávits e pelas outras formas mais de política econômica ou de corrupção mesmo. O Fundeb, mais do que um sonho, é uma luta coletiva. A forma como o Fundeb foi estabelecido já gerou briga em todas as categorias da educação básica no País, porque o ensino fundamental

não quer perder nada e tem esse direito. A creche foi deixada de fora; ficou o ensino de quatro a seis anos, a pré-escola. A educação profissionalizante, o ensino de jovens e adultos, o ensino médio, cada um fica brigando entre si, para disputar um percentual dessa migalha que cai do banquete farto dos banqueiros e das outras orgias de corrupção na política brasileira. Isso significará um bilhão; imagine V. Ex^a esse valor dividido para mais de cinco mil Municípios brasileiros: é uma vergonha. E vergonha maior é deixar de fora justamente a criança mais frágil e mais pobre, a que nem estrutura anatomofisiológica tem para defender-se, a que não tem possibilidade de entender e escolher o que é certo ou errado. Justamente a criança mais frágil, a mais fragilizada diante dessa sociedade que hierarquiza, de forma perversa, ricos e pobres, fica fora do acesso e do direito à educação infantil. O nome “creche” é formal; qualquer outro pode ser criado, mas o que se busca é um abrigo para acolher a menininha e o menininho pobres, de zero a seis anos, especialmente. Agradeço, de coração, a V. Ex^a a citação e espero que possamos levar adiante essa briga, que vai ser difícil. Sabe V. Ex^a que é uma dificuldade danada legislar sobre tudo aquilo que significa aumento de despesa – somos proibidos, porque isso é prerrogativa do Executivo. Ao introduzirmos a creche, já diminuiremos o percentual a ser destinado a outras áreas de educação básica, igualmente importantes, essenciais para uma sociedade que se queira civilizada. Estarmos no ano 2005, falando em creche, mudando a Constituição do Brasil, para garantir o direito à educação infantil é, no mínimo, um escândalo. Agradeço a lembrança que traz a esta Casa e parabeno V. Ex^a por tentar proteger as nossas menininhas e os nossos menininhos. É muito apropriado usá-los nos discursos, mas, na hora de uma ação efetiva, eles são os primeiros a serem abandonados, como todos os pobres, que não conseguem fazer **lobby** nesta Casa, ou como os negros e os aposentados, que são pauta de todo o trabalho de V. Ex^a. Entre os que não podem percorrer o Congresso, entre os que não conseguem fazer **lobby** estão as crianças, que ficaram de fora. Parabeno V. Ex^a por, mais uma vez, trazer a esta Casa a luta dos oprimidos, dos marginalizados, dos mais frágeis e, no caso específico do Fundeb, das menininhas e dos menininhos pobres do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, alguns dados aqui confirmam essa análise que estamos fazendo.

Segundo pesquisas, dos treze milhões de crianças brasileiras na faixa etária de zero a três anos, apenas 11,7% têm acesso às creches – ou seja, praticamente 90% não o têm – e somente 6% recebem

atendimento público. Então, se aprovada a emenda de V. Ex^a, sairíamos dos 6% para 100%, ou seja, alcançaríamos mais 94%.

Destaco que a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, entendendo, também, a importância do atendimento às crianças nos primeiros anos de vida, lançou um manifesto que defende a inclusão de creches que atendem crianças de zero a três anos no Fundeb. Isso vem ao encontro da análise de V. Ex^a contra o entendimento de que apenas a partir dos quatro anos de idade a criança deveria ser contemplada pelo Fundo.

Na verdade, o projeto que cria o Fundeb é, sem sombra de dúvidas, um passo primordial no âmbito do ensino médio urbano, do ensino médio rural, do ensino médio profissionalizante, da educação de jovens e adultos, da educação especial, como também da educação de indígenas e de quilombolas.

O Fundo será composto por percentuais oriundos de vários tributos estaduais, municipais e da União, que complementarão os recursos nos Estados que não alcançarem o valor mínimo nacional aluno/ano.

Um país que investe em educação é um país que acredita no potencial do seu povo e na importância da dimensão política do próprio processo educativo. Não devemos apenas conceber a educação como um direito fundamental de todas as pessoas, mas sim como uma estratégia essencial para a superação do subdesenvolvimento de um povo ou dos povos.

Investir em educação é adquirir um passaporte para um futuro mais próspero e, conseqüentemente, mais igualitário.

Não restam dúvidas de que o incentivo do Governo Federal com investimentos em novos programas no campo da educação pretende ampliar o acesso à educação pública brasileira.

Sonhamos todos com o dia em que todo filho de trabalhador possa ingressar na escola básica e chegar aos bancos de uma universidade, usufruindo assim do tão falado por todos nós ensino público e gratuito.

Termino, Sr. Presidente, com a fala do nosso grande educador Paulo Freire, que dizia que “nenhuma mudança profunda na sociedade poderia acontecer sem se levar em conta a educação que, por sua vez, não deve esperar os desdobramentos econômicos e políticos para mudar”. Para Freire, “educar é o duplo movimento da existência humana de ler e transformar o mundo”. Grande Paulo Freire!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, O Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, na última sexta-feira, ao recebermos uma auditoria do Tribunal de Contas sobre a utilização dos cartões corporativos da Presidência da República, identificamos desvios e verificamos que determinadas notas apresentadas como justificativa de despesas eram suspeitas.

Nossa assessoria investigou e constatou que uma empresa registrada como empresa de alimentos havia fornecido material de informática à Presidência da República. Em função dessa descoberta, a nossa assessoria procurou manter contato com o suposto proprietário dessa empresa. Ele próprio, por meio de um telefonema gravado, confessou que apenas forneceu as notas a um amigo de nome Edmilson que teria um relacionamento com funcionários da Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, houve uma confissão. O proprietário da empresa – pelo menos o suposto proprietário, porque agora se verifica que a empresa tem outro proprietário – passou uma procuração a esse cidadão. Mas, esse cidadão, procurador da empresa, informa que apenas forneceu a nota e que não vendeu os produtos.

Ocorre, no entanto, que a Casa Civil divulga nota defendendo os procedimentos adotados pelos servidores da Presidência da República. Informa que os produtos foram fornecidos, que foram recebidos e utilizados. Não me parece ser esse um procedimento correto por parte da Casa Civil, do Governo Federal.

Os procuradores de Goiás estão investigando a empresa usada para justificar gastos com a utilização do cartão corporativo da Presidência da República. Estão investigando porque essa empresa tem sido fornecedora de notas frias a determinadas prefeituras do entorno de Brasília. Esses procuradores de Goiás estranharam o endereço dessa empresa de nome FR Comércio e Representação, que apresentou como endereço um apartamento em Taguatinga. Fizeram buscas nos cartórios do Distrito Federal e apuraram que a empresa foi aberta em nome de Antonio Ambrósio Evangelista em 25 de janeiro de 1998. O suposto empresário trabalha como chapista no Bar e Lanchonete Tupã, situado na plataforma inferior da rodoviária no Plano Piloto. Portanto, o suposto empresário não é empresário. Ele teria passado uma procuração. O registro do cartório do Núcleo Bandeirante mostra que, em 25 de fevereiro de 1998, Evangelista tornou

Francisco Ramalho seu procurador. É exatamente o Francisco Ramalho que informa ter fornecido as notas para justificar despesas dos cartões corporativos da Presidência da República.

Enfim, Sr. Presidente, queremos que se investigue. Por isso, estamos apresentando um requerimento solicitando todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro dos cartões de crédito corporativo desde janeiro de 2003 e as notas fiscais que suportam os referidos saques. Estamos solicitando essa providência à Ministra de Estado da Casa Civil e esperamos recebê-la num curto espaço de tempo, para que possamos, enfim, concluir sobre os procedimentos adotados com os cartões corporativos da Presidência da República. O que não pode é ficarmos com essas dúvidas, com essas suspeitas.

Aliás, o **Correio Braziliense**, em matéria do competente jornalista Lúcio Vaz, sob o título “No rastro das notas”, mostra, inclusive com fotografia, onde mora o Sr. Francisco: num barraco de fundo de quintal de 24m² no Guará II. Esse é o fornecedor das notas para calçar certamente despesas fictícias, porque o Governo não teria naturalmente de buscar notas frias para justificar gastos da Presidência da República ou da Casa Civil ou da Secom ou de qualquer órgão, enfim. Essa empresa, portanto, está sendo investigada pelo Ministério Público de Goiás.

A nota da Casa Civil não me parece ser um procedimento correto. Foi um procedimento apressado. Não houve preocupação alguma com a verdade. Não se procurou investigar. Apenas procurou-se desmentir uma denúncia de que notas frias estavam sendo utilizadas para calçar despesas supostamente realizadas pela Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, além dessa providência que estamos solicitando, esperamos também do Tribunal de Contas da União uma auditoria mais aprofundada que investigue essas notas, para que se esclareça a opinião pública do País.

Aproveito, Sr. Presidente, o tempo que me resta para lamentar essa tentativa do Presidente Lula de tapar o sol com a peneira. No seu último discurso, afirmou o Presidente da República que não existe uma prova que possa responsabilizar quem quer que seja por corrupção no País! Fico impressionado com essa postura do Presidente da República. A impressão que prevalece é a de que estamos em países diferentes, pois as CPIs já revelaram inúmeras provas. Já armazenamos provas materiais imprescindíveis para uma avaliação do esquema de corrupção que se instalou no Governo Federal. As provas foram apresentadas por meio da movimentação financeira, com a investigação

dessa movimentação e a quebra de sigilos bancários. Também já há o envolvimento comprovado de Parlamentares, tanto que a Comissão deve encaminhar à Mesa da Câmara dos Deputados, nesta semana, a relação dos Parlamentares identificados como partícipes de um esquema que incluía o pagamento de propina, sobretudo saque de dinheiro na boca do caixa no Banco Rural, em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

As provas estão consubstanciando um relatório parcial a ser divulgado nesta semana pelo Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Deputado Osmar Serraglio.

Não bastassem essas provas atinentes à participação de Parlamentares no recebimento de propinas, a justificativa de alguns foi o pagamento de despesas de campanha eleitoral, o que, evidentemente, não constitui sentença de absolvição judicial para delitos e irregularidades praticados; isso não elimina a existência das provas cabais que podem ensejar a instauração de um processo com vistas à cassação de mandatos por quebra do decoro parlamentar.

E existem confissões: o Sr. Delúbio Soares confessou; o Sr. Marcos Valério confessou; o Sr. Duda Mendonça confessou; a Sr^a Simone confessou; o Sr. Roberto Jefferson confessou; o Sr. Valdemar da Costa Neto confessou. Existem, portanto, confissões, além de provas documentais já reunidas por esta CPMI.

Mas, para citar mais algumas provas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, logo no início dos trabalhos dessa CPMI, eu próprio apresentei documentos que comprovam a remessa de recursos para o exterior das agências do Sr. Marcos Valério, por uma operação de evasão de divisas e lavagem de dinheiro, já conhecida durante as investigações da CPI do Banestado. O Sr. Marcos Valério, a partir das suas agências, remeteu para o exterior recursos, por intermédio do Citibank, em Nova Iorque, da conta da Beacon Hill, e, a partir da Beacon Hill, para outras contas numeradas, também apresentadas por documentos que entregamos à CPMI. Esses documentos estão à disposição do Presidente da República, se assim o desejar. Trata-se de provas documentais.

Além desses, o Sr. Duda Mendonça encaminhou documentos bancários comprovando...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Presidente, apenas pedindo a condescendência de V. Ex^a para que eu possa enumerar essas provas.

Enfim, o Sr. Duda Mendonça apresentou à CPMI documentos que comprovam operações ilegais como evasão de divisas, crimes contra o sistema financei-

ro e contra a ordem tributária. Apresentou números de contas no exterior, bem como nomes de agências bancárias no exterior, isso por meio de documentos oficiais irrefutáveis. São provas materiais, portanto, de ilícitos praticados. Não pode o Presidente da República continuar afirmando que não existem provas.

Apresentamos também outro documento que mostra o envio de dinheiro para o exterior a partir também das agências de Marcos Valério – por intermédio da Garanhuns Export Trading, de Montevideu, até a MTB Bank, em Nova Iorque, ou Beacon Hill, em Nova Iorque, e finalmente uma conta numerada na agência do Banrisul nas Ilhas Cayman.

Documentos Sr. Presidente, não há como afirmar que não há documentos! A própria Corregedoria Geral da União auditou contratos e encontrou mais de 500 irregularidades nos contratos auditados nos Correios. E a Corregedoria Geral da União foi instituída exatamente para assessorar o Presidente da República, e essas irregularidades estão em relatório apresentado à Presidência da República, mas o Presidente Lula continua afirmando que não há provas; o Presidente Lula, na verdade, quer tapar o sol com a peneira, procurando isentar-se de responsabilidade. Em determinados momentos, transfere responsabilidades, afirmando que foi traído. Admite, portanto, que há corrupção e que já há comprovação da corrupção existente. Mas, em outros momentos, adota outra postura e tenta isentar-se, afirmando que não há uma prova sequer – foi a afirmativa do Presidente no seu último discurso.

Concluo, Sr. Presidente. Em que pese as limitações e a ineficiência em determinados momentos, as CPIs já apresentaram provas e já desmontaram esquema de corrupção existente no Governo Federal. As CPIs podem apresentar relatórios parciais, como o desta semana – que espero realmente seja encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados –, para ensejar a cassação de mandatos. Então, não está aí uma fábrica de pizza e, sim, uma Comissão trabalhando com as suas limitações, sem a necessária instrumentalização técnica, mas revelando fatos, colocando o mal à luz para que possa ser combatido; uma CPMI que não vai atender às expectativas maiores da população de forma absoluta, mas que vai cumprir o dever de oferecer ao Ministério Público densa documentação, com provas materiais, e que vai poder indiciar pessoas para responsabilização civil e criminal.

Sr. Presidente, lamentavelmente o tempo já se esgotou há alguns minutos.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, dizendo que realmente havia

um monumental esquema de corrupção. Já há provas suficientes para que pessoas sejam responsabilizadas. Já há provas suficientes para a cassação de mandatos parlamentares. Certamente, teremos de esperar um longo tempo para concluir esse processo na esfera judicial, a fim de que as pessoas possam ser convenientemente julgadas e certamente condenadas.

Isso é o que nós esperamos e o que o País deseja.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre orador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, pela Liderança do PL, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a já está inscrito após o Senador Ney Suassuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que confirme minha inscrição como orador.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Eu também estou inscrita como oradora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a assinou o livro?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PLF – PI) – Sr. Presidente, solicitei a inclusão do meu nome no início da sessão. Foi feito um aceno positivo de que eu estaria inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a pede a inclusão do nome para orador inscrito normalmente?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a precisa assinar o livro. Vamos incluir o nome de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma preocupação que percebo ser cada vez maior no seio da sociedade brasileira, que está inquieta, está perdendo a paciência, está olhando a classe política já com desconfiança. Isso determina

a minha convicção, Senador Ney Suassuna, de que o Congresso está vivendo um momento difícil, está num ponto de inflexão. Nós estamos na hora da verdade.

Senador Ramez Tebet, tenho a convicção absoluta de que V. Ex^a, eu, a Senadora Heloísa Helena e tantos outros Srs. Senadores, que nos sentimos absolutamente tranquilos com as investigações em curso, podemos ser nivelados por baixo se não chegarmos, e chegarmos rapidamente, a conclusões que eliminem mandatos e coloquem pessoas na cadeia. A sociedade está inquieta, Senadora Heloísa Helena, e, se não chegarmos a conclusões definitivas, nós vamos pagar o preço. V. Ex^a, com toda a sua brabeza, e eu, com toda a autoridade com que procuro falar, vamos pagar o preço. A responsabilidade de encontrar culpados é de todos, mas é, fundamentalmente, daqueles que estão na oposição. Está aí a minha preocupação.

Quero fazer uma proposta, aliás, quero antecipar a proposta que o meu Partido, por sugestão minha, fará na reunião de líderes amanhã.

O que é que está ocorrendo hoje? É uma super-produção, é um “ben-hur” de denúncias. Mal começamos as investigações do caso Palocci-Buratti e já se anunciam para a próxima semana três megaproblemas a serem investigados.

Um deles vem sob a forma dos cartões corporativos. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a sabe que não vamos investigar os cartões corporativos porque queremos fazer mal a alguém. Vamos fazer isso porque surgiu a informação de que, do Governo passado para este Governo, os gastos, os saques em dinheiro usando cartão corporativo triplicaram: saíram de dois para seis milhões de reais. E aparecem agora notícias sobre as notas fiscais frias para justificarem saques em dinheiro. Tem de investigar ou não tem de investigar? Claro que tem! É um assunto a mais.

Da mesma forma, assunto a mais será a vinda do irmão do ex-Prefeito Celso Daniel, que quer vir. Os depoimentos mais substantivos são aqueles das pessoas que querem vir, que não vêm aqui com **habeas corpus**, que não vêm aqui mentir, vêm porque querem vir e, assim fazendo, vêm dizer o que a sociedade quer ouvir.

Toninho da Barcelona é outro. Dizem que o Sr. Toninho da Barcelona é o banco central dos doleiros. Dizem que o Sr. Toninho da Barcelona era o repositório de recursos ao qual recorriam os doleiros periféricos, e dizem que ao Sr. Toninho da Barcelona, que remetia dinheiro para o exterior, está associada uma passagem no mínimo curiosa, que estou ansioso para ver se é verdadeira: que é o braço europeu de uma pessoa conhecida em São Paulo, conhecida em São Paulo. E eu quero ver se é verdade. Se for verdade, a

conexão com um partido político chamado Partido dos Trabalhadores ficará evidentiíssima.

Estamos com Buratti-Palocci e já três coisas monstruosamente perigosas estão anunciadas: Toninho da Barcelona, o irmão do Celso Daniel e os cartões corporativos. Surge, então, como surgiu neste fim de semana, a história de que as três CPIs estão competindo, estão trombando umas com as outras, e a ação de uma está prejudicando a outra. Eu conversava agora com a Senadora Heloísa...

(Interrupção do som.)

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) —...o raciocínio é dela e é meu. É ótimo que elas estabeleçam uma sadia competição entre elas, porque, quanto mais eficientes forem, mais resultados, mais constatações irão aparecer, mas desde que não se perca o foco. E, para não se perder o foco, é preciso entender que estamos inundados de denúncias a investigar.

Vou fazer, daqui a pouco, na Liderança do PFL, uma reunião com os companheiros Deputados e Senadores que participam das três CPIs para discutir mensalão, bingos e CPI dos Correios.

A CPI dos Correios, Senador Ney Suassuna, na minha opinião, tem de investigar a origem do dinheiro, dinheiro público ou privado, que ensejou gastos com compras de charutos, aluguel de jatinhos, aluguel de carros blindados, bem como Land Rover, bem como financiamento de campanha, bem como compra de partido político, tudo misturado. Mas precisamos identificar agora é a origem do dinheiro, onde é que o dolo foi praticado, onde é que a Administração Pública foi lesada, onde é que o tráfico de influência produziu o dinheiro que chegou — aí sim, o objetivo da CPI do Mensalão — aos destinatários. Não se pode perder o foco. Uma vai objetivar identificar destinatários, que é a CPI do Mensalão; a outra, a origem do dinheiro; e a CPI dos Bingos, o dinheiro obtido para os mesmos fins através do tráfico de influência que se operou para a concessão de jogos de forma ilegal.

Tenho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma preocupação muito grande com a eficiência e com a eficácia das investigações. Como são muitas as denúncias, como há muita coisa para investigar, é preciso focar corretamente, é preciso estimular a competição entre as comissões parlamentares de inquérito, tendo consciência de que uma existe para vigiar a outra.

Senador Heráclito, V. Ex^a se lembra da nossa luta para que a CPI dos Correios se instalasse. Primeiro, foi a tentativa de subtração de assinaturas: à meia-noite, neste plenário, a luta para que não se completassem as assinaturas; depois, a luta para que o requerimento a ela relativo não fosse lido — não nossa, a luta dos

governistas, que não queriam que esse requerimento fosse lido, mas o Senador Renan Calheiros o leu no Congresso –; depois, o recurso à CCJ; e, depois, a luta para eleger presidente e relator e fazer a CPI chapa branca. Tudo foi feito para evitar a CPI dos Correios. Nós tínhamos o direito legítimo de achar que o Governo não queria investigar coisa nenhuma.

Então, a CPI do Mensalão, dentro dos objetivos dela, teve também o de ampliar o rol das investigações, porque, pelo Governo, a CPI dos Correios investigaria só a questão “Correios”: Maurício Marinho e pouco mais ou nada, nada mais. Para que o leque fosse ampliado e o objetivo mantido é que instituímos a CPI do Mensalão. A CPI dos Bingos tem seu objetivo próprio, mas, na verdade, tem um objetivo maior, que é o de fiscalizar as duas outras. O que as duas não quiserem, a dos Bingos pode fazer. Agora, para fazer, é preciso eficiência.

Sr. Presidente, vou concluir porque quero apresentar a proposta que vou fazer. Vou discutir com os meus companheiros a objetividade no foco das três: cada qual com o seu foco e cada qual com a sua busca de eficiência para mostrar resultados.

Agora, tenho uma preocupação. As assessorias, que estão no subterrâneo, no andar de baixo da Comissão Parlamentar de Inquérito, têm tido grande dificuldade para encontrar as provas no meio de toneladas de papéis, porque são poucos os assessores do Senado, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e da Polícia Federal. São abnegados, mas são poucos.

Tenho a clara consciência, Senadora Heloísa Helena, de que cassar mandato é um ato político. Agora, para colocar culpado na cadeia, é preciso abrir um processo penal, e processo penal trabalha com prova, e prova está em papel. Se não encontrarmos os papéis, a sociedade brasileira vai se frustrar. Sei que vamos conseguir o que temos de conseguir custe o que custar, ou seja, cassar dez, quinze, vinte, trinta, quarenta, cinquenta, quantos forem os culpados, mas também é preciso colocar ladrão na cadeia e, para isso, é preciso identificar as provas, os papéis.

Vou propor algumas ações ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, que está com a melhor das intenções, a de convocar uma reunião de Líderes, de Relatores e de Presidentes das Comissões, para trabalhar no sentido do freio de arrumação.

Primeiro, interferir diretamente nos órgãos que estão demorando a remeter as informações solicitadas, por exemplo, os sigilos telefônicos. A Anatel e o Ministério das Comunicações têm de se manifestar, as informações solicitadas têm que chegar com urgência. Para isso, tem de haver a interferência direta do Pre-

sidente do Congresso, instituição cuja credibilidade está em jogo. Em muito boa hora o Presidente Renan Calheiros se coloca para auxiliar. Pois que S. Ex^a se mova – e vou fazer-lhe este pedido – para cobrar dos órgãos agilidade na remessa de informações.

Segundo, o Senado Federal tem verba para contratar uma consultoria de pessoal especializado para mergulhar nos papéis que estão no andar de baixo, que não foram ainda manuseados e têm de ser manuseados, porque parte das provas que vai condenar os desonestos está lá. Agora, com o pessoal de que os membros da CPML dispõem, pode ser que demorem dois meses, seis meses, dois anos, pode ser que a gente demore mais tempo do que possamos gastar, do que a sociedade agüenta esperar.

De modo que vou solicitar ao Presidente Renan Calheiros a contratação de uma consultoria especializada, composta de pessoas capazes de fazer a triagem dos papéis. Não quero que eles assumam a responsabilidade, porque esta é nossa, dos Parlamentares. Mas que façam a triagem com competência, numa equipe numerosa ou suficientemente numerosa, e ofereçam a identificação dos vestígios de prova. Membro do Ministério Público, membro do TCU, membro da Polícia Federal, Deputado A, Deputado B, olhem este papel, olhem esta prova, olhem isto aqui, este papel interessa. Se querem punir os culpados, aqui estão as provas.

Para tanto, vai a sugestão da contratação da consultoria. Vou dizer ao Presidente Renan Calheiros: Se quiser agilizar, adotar providências com consequência prática, tome essa providência. Mova-se no rumo de cobrar aquilo que foi solicitado, que venha com urgência. E contrate, por favor, uma consultoria para ajudar o Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e os Parlamentares na identificação de provas que coloquem ladrão na cadeia.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia anda bem. A inflação está paralisada, contida. Alguns índices esta semana mostraram até deflação em algumas áreas do País no que se refere à cesta básica.

Neste País ou neste mundo de hoje, Senadora Heloísa Helena, tudo é movido a energia elétrica. E, lamentavelmente, no nosso Nordeste, onde, por que

não dizer, esmagadoramente o maior contingente de salários pagos é o salário mínimo, dispara o preço da energia elétrica.

Na minha Paraíba, um aumento de 14,26% sobre a eletricidade cria um desequilíbrio para as empresas, para as indústrias e para as famílias. É uma grita geral. Não foi diferente no Estado vizinho, Pernambuco, onde a tarifa também disparou, causando um problema tão sério que a Justiça teve que intervir: o que era cerca de 18%, 19% foi fixado em 7%. E cria-se um desequilíbrio maior, porque precisa ser definido pela Justiça para não criar mais desemprego.

Não tenho as planilhas das empresas de eletricidade de Pernambuco nem da Paraíba. Mas quem vive de salário mínimo não tem, numa hora que está havendo deflação e em que tudo está contido, como agüentar um aumento de 14,26%, principalmente na indústria, porque as margens de lucro estão muito pequenas, e isso desequilibra a planilha.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a não está falando só pelo seu Estado e pelo Nordeste porque isso está ocorrendo no Brasil inteiro. No meu Estado, em Mato Grosso do Sul, também temos observado o aumento das tarifas públicas. Quem sofre as conseqüências é a classe assalariada e também a classe média, que está empobrecendo. A cesta básica tem deflação, assim como aquilo que está industrializado. Mas o povo não vive só disso; o povo vive de outras coisas: tem direito a sair, tem direito ao lazer. Como estamos falando que a economia vai bem? Vai bem em que sentido? Qual é o crescimento registrado no País? O que temos visto é o superávit primário sendo todo utilizado para o pagamento dos altos juros, enquanto isso nada é aplicado em infraestrutura, saneamento básico, habitação. A burocratização ainda é excessiva no País. Em suma, há uma paralisia administrativa em prejuízo da população brasileira. V. Ex^a faz muito bem, ainda mais como Líder do meu Partido, o PMDB, em abordar esses assuntos, porque interessam ao povo, interessam diretamente à sociedade, interessam àquele que tem quatro bicos de luz, uma tomada e uma geladeira. Tudo isso está tirando recursos que poderiam ser aplicados em outras áreas. Parabenizo V. Ex^a!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, quando digo que a economia vai bem, refiro-me a alguns aspectos: exportação, agroindústria, controle da inflação. No entanto, do ponto de vista de Governo, de povo, é óbvio que não digo o mesmo, tanto que esse é o objetivo do meu protesto.

Estou protestando e pedindo ao Governo que analise com calma esses índices, veja o que pode ser

feito, porque a indústria é incipiente na minha região e esse aumento irá quebrar os últimos industriais que ainda existem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago o registro da minha inconformidade com um aumento que está trazendo intranquilidade para todo o Nordeste e que não se resolve pelas planilhas. É preciso entrar na Justiça para se conseguir uma solução para o caso, como aconteceu em Pernambuco e provavelmente acontecerá também na Paraíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu permutei com o Senador Ramez Tebet, porque S. Ex^a vai precisar sair.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a autorização da nobre Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, por dez minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senadora Heloísa Helena, a quem sou muito agradecido, Senador Ney Suassuna, o País está dominado por uma crise política que se aprofunda. A cada dia surgem novos fatos, fatos estardalheiros, denúncias que escandalizam a Nação brasileira e, neste contexto, encaixa-se bem o discurso de V. Ex^a. Já se fala em “acordão”, e o povo não está acreditando, está revoltado com esses escândalos, com essas denúncias que aí estão. E o povo, Senador Ney Suassuna, está acossado pela alta do custo de vida, com seu salário achatado.

O Senador José Agripino veio a esta tribuna e reconheceu a gravidade da crise política e moral que vivemos, e V. Ex^a vem à tribuna e aponta outra crise, que atinge o estômago do povo brasileiro. Essa é a verdade verdadeira. As tarifas públicas estão subindo e isso está provocando o achatamento dos salários.

Sei que procedem as investigações sobre essa crise, sobre essas denúncias, sobre os fatos. Reconheço até que estão avançando, embora a cada dia surjam novas denúncias, confissões, descubram-se documentos, provas de corrupção escritas. Mas, vejo, Sr. Presidente, que o povo brasileiro tem razão. Sei que o povo brasileiro é paciente, mas ele não está agüentando mais. É preciso que o Congresso Nacional, o Ministério Público e a Justiça Federal entendam isso, porque, até agora, decorrido todo esse tempo de investigações, feitas pelo Ministério Público, pelas três CPIs do Congresso Nacional, ninguém foi mandado para a cadeia, nenhum parlamentar perdeu o mandato. Houve até prisão preventiva decretada em razão disso.

Isso deixa o povo descrente e isso é perigoso para a democracia. O povo não pode perder a esperança. O povo tem de acreditar nas suas instituições.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, tenho esperança de que o Brasil vencerá essa crise moral e política. Tenho esperança de que o Brasil esteja sendo passado a limpo. Tenho essa convicção, até porque há um julgamento muito sério, que é o julgamento moral. A sociedade já está julgando moralmente aqueles que ela elegeu. Muitos dos que ela elegeu já estão sendo repudiados pela opinião pública. Tenho convicção de que haverá punições até de altos figurões da República. Eu tenho essa convicção. Mas a população está duvidando, porque, até agora, não está acontecendo absolutamente nada.

Sr. Presidente, sabemos que a democracia é o governo de leis. Ninguém compreende um julgamento em 24 horas. Não é isso. A situação está, como disse o Senador José Agripino, por parte do Ministério Público... e eu venho do Ministério Público e tenho orgulho do Ministério Público do Brasil, quero confessar, mas não é possível que não haja nenhum pedido de prisão preventiva para réus confessos, que compareceram aqui e depuseram perante o próprio Ministério Público. Não temos visto nada disso.

Quando se prendeu alguém neste País a pretexto de sonegação fiscal, de não pagamento de tributos, prendeu-se pela manhã e soltou-se à noite! Alguns ficaram cinco ou seis dias e foram soltos. E não há denúncias. Aonde vamos chegar com isso? É preciso que haja credibilidade. A população precisa sentir confiança nas suas instituições. Não se pode agir assim arbitrariamente, como nos exemplos que acabei de citar, nem podemos ser levados pela demora. Temos que cumprir os prazos da lei! Que cumpramos os prazos da lei!

Se as CPIs estão se sobrepondo umas às outras, como o noticiário está revelando, que cada uma coloque-se dentro de suas efetivas atribuições, para evitar essa superposição. Caso contrário, vamos chegar ao mês de dezembro, ao ano de 2007, e nada haverá acontecido. Será possível?! Não acredito nisso de maneira nenhuma. Só haveremos de superar a crise que estamos vivendo com as conclusões das nossas CPIs. Essas conclusões não precisam ficar lá para o final.

Muita coisa ela já devia ter concluído. Por quê? Dirão alguns: V. Ex^a está criticando as CPIMs? Não, estou apenas sugerindo que peguem os documentos e encaminhem, e digam ao País que encaminharam ao Ministério Público. Aliás, a encaminhar o que o Ministério Público já sabe! Porque quem depôs aqui depôs também perante o Ministério Público! Essa é uma verdade verdadeira. Em suma, precisamos agilizar.

Acaba de chegar um Senador que tem dado tudo de si para apurar fatos, que é o Senador Efraim Moraes, que preside uma dessas CPIMs e preside com competência. Mas elas não podem se sobrepor umas às outras. E aí fico satisfeito e esperançoso com a reunião que será realizada amanhã com o Presidente do Congresso Nacional, que demonstra a nossa preocupação com a superação da crise. É preciso realmente que haja isso.

E penso que, às vezes, não tem nada demais uma pessoa prestar um depoimento em uma Comissão e depois prestar em outra. As pessoas falam: “Ah, mas ele falou perante o Ministério Público e agora vem falar na CPMI!” Mas muitos falaram no Ministério Público e aqui não repetiram; e outros não falaram lá e aqui confessaram seus delitos. Então, as coisas têm que ir caminhando.

Até quero fazer uma observação: não me preocupo que as pessoas, Senador Efraim – e me dirijo a V. Ex^a pela nossa amizade, pelo respeito que lhe tenho e pelo trabalho que V. Ex^a vem realizando –, venham munidas de **habeas corpus** para não falar. Por quê? Porque acho que o fato de não falar é quase uma confissão. Por que não quer falar?

Isso me lembra – permita-me V. Ex^a, porque quero desconstrair meu pronunciamento – algo que não sei se já contei aqui, mas que já contei em vários lugares. É uma piada que ouvi no avião, retornando de Mato Grosso do Sul para Brasília. Fala daquele marido que chegou em casa com marca de batom na roupa. A mulher começou a “infernizá-lo” com perguntas e perguntas, massacrando-o.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

E o marido ficava quieto, quieto. E ela, então, pergunta: “Você vai ou não vai falar?” E ele responde: “Você não tem assistido as CPIs? Eu invoco o meu direito de ficar calado”.

Então, Sr. Presidente, isso não tem importância, desde que terminemos logo, o mais rapidamente possível, e encaminhemos aos órgãos competentes aquilo que já está comprovado.

Não posso encerrar sem dizer que o Governo Federal está tomando uma atitude errada, ao dizer que não será ele que vai agir. É claro que o Governo Federal tem de agir, sim. Ele tem de agir politicamente. É claro que ele não pode interferir aqui, mas, politicamente, ele tem de agir. Ele tem de dizer ao seu Partido, por exemplo, que cumpra a sua missão partidária, já que está havendo processos dentro do seu Partido. Ele tem de dizer ao seu Partido, aqui do Congresso

Nacional, que toque o barco para frente imediatamente, mas, sobretudo, a par disso, que aja neste sentido: não ficar se defendendo. É isto o que quero dizer ao Governo Federal ao encerrar este pronunciamento: não fique só se defendendo das acusações imputadas aos seus membros; não se esqueça de administrar o País, de realizar obras de infra-estrutura em benefício da nossa população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não está havendo obras neste País – eu já disse isso outro dia; não está havendo obras de saneamento básico. A burocracia não permite que se tire o dinheiro que está parado na Caixa Econômica para que sejam construídas casas populares para o povo. Vamos administrar este País.

Digo ao Governo Federal: não fique focado apenas na sua defesa; toque o barco para frente, pois o povo requer melhor qualidade de vida.

Ouç o Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartear-lo e lhe agradeço também a referência ao nosso nome. Na condição de Presidente da CPI dos Bingos, estou tranquilo e tenho que parabenizar o Senado Federal pela vitória que obteve, primeiro por intermédio do Supremo, para que pudéssemos instalar a CPI dos Bingos. Trata-se de uma CPI do Senado Federal. Em nenhum momento a CPI dos Bingos saiu do roteiro que foi traçado. Não estamos disputando, confesso a V. Ex^a. Ouvi alguns comentários de alguns companheiros do Congresso Nacional sobre a disputa de holofotes. De forma nenhuma! A CPI dos Bingos está caladinha, trabalhando; as Sr^{as} e os Srs. Senadores estão fazendo um trabalho sério. Só para que V. Ex^a tenha uma idéia, de todos os requerimentos que foram apresentados e aprovados, nenhum foi a voto, a disputa de voto. O que houve foi entendimento entre o Governo e os representantes da Oposição. Quero louvar, por exemplo, o Senador Tião Viana, que tem sido uma espécie de intermediário, representando o Governo. Assim, temos andado. Quem é que se lembrava do Sr. Rogério Buratti neste País? Ninguém! E ele foi preso. Quem é que se lembrava do Sr. Waldomiro Diniz? Ninguém! Ele já estava esquecido, mas foi indiciado. Quem é que se lembrava do Sr. Carlos Cachoeira? Ninguém! E ele foi indiciado também. O que não ocorre dentro da nossa CPI é a disputa entre Parlamentares para se saber quem aparece mais. Pelo contrário, estamos no caminho correto. O nosso companheiro do PMDB, Senador Garibaldi Alves Filho, como Relator, está fazendo um trabalho seriíssimo com aquela paciência que Deus lhe deu. Estamos no caminho e seguindo exatamente em busca da verdade, que

é isso o que queremos. Não queremos mais do que a verdade. E vamos buscá-la. Posso garantir uma coisa a V. Ex^a e à sociedade brasileira: na CPI dos Bingos, não vai haver *pizza* não; na CPI dos Bingos, vamos apurar o que tiver de ser apurado, doa a quem doer. Disso aí não tenham dúvida, porque essa não é uma decisão do Presidente, mas dos Parlamentares, das Senadoras e dos Senadores que compõem a CPI dos Bingos. Quero deixar bem claro que a CPI dos Bingos vai no caminho certo. Daqui a pouco vão até dizer que o Presidente é da Oposição e que está querendo ir longe demais! Não. Vou em busca da verdade com os companheiros do Governo e da Oposição. E pode ter certeza V. Ex^a de que este é o objetivo da CPI: levar a verdade à sociedade brasileira.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Efraim Morais, se as minhas modestas palavras, nesta tribuna, não tiverem servido para nada, já serviram para ouvir de V. Ex^a o que acabou de dizer – e o que a sociedade brasileira quer ouvir: “doa a quem doer”. E isso não é retórica, porque é dito por V. Ex^a. Temos plena, absoluta confiança nisso. As minhas palavras não podem ser interpretadas como condenação às CPIs, porque fiz alusão às indagações que o povo está fazendo e ao que a imprensa está publicando.

Tenho os ouvidos colados aos da sociedade. Venho lá do meu Mato Grosso do Sul e tenho ouvido o que o povo está falando, ansioso para que o País saia dessa crise e saia com honra, saia com outra feição, de respeito ao dinheiro desse mesmo povo, que, desgraçadamente, nunca foi tão esbanjado, surrupiado como agora.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou encerrar, Sr. Presidente. O Senador Ney Suassuna quer fazer um aparte de um minuto só, e vou conceder-lhe.

Quero dizer que, na história republicana do Brasil, os cidadãos nunca viram isso, assim como nenhum Senador que está aqui. Creio que a maioria da classe política que está sendo injustiçada talvez não pudesse imaginar que fosse a tanto o que está acontecendo de maldade em nosso País.

Cumpra a nós assumirmos a responsabilidade de punir, de dar uma outra feição à nossa Pátria e de não deixar que a esperança morra no coração do povo brasileiro, especialmente no das nossas crianças e no da juventude, que, outro dia, ocuparam os espaços reservados aos Senadores da República.

Ouç o nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Ramez Tebet, gostaria de parabenizar V. Ex^a não só pela veemência com que defende as suas idéias,

mas porque V. Ex^a está exatamente no caminho que o PMDB tem feito e quer que se faça: que todas as coisas erradas sejam clarificadas e que as pessoas que merecerem sejam punidas. Não vamos deixar de fazer nenhuma das duas. Vejam a CPI, na qual o PMDB está representado na figura do Relator: estamos fazendo tudo como devemos; e nas outras CPIs também. Não deixamos de votar uma matéria que tenha sido necessária. Muitas vezes, a Oposição, no aqodamento, quer votar hoje e agora. Não pode ser assim. Há uma linha de investigação. Quando chega o momento, a hora certa, votamos. Não estamos em tempo de aqodamento, estamos querendo que haja punições, que se apure tudo com muita transparência e com muita seriedade. V. Ex^a está expressando exatamente a opinião do nosso Partido, o PMDB, que quer transparência, seriedade e punição no desenvolvimento dos trabalhos das CPIs.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Por isso é que não vou encerrar sem dizer, mais uma vez, à Senadora Heloísa Helena: muito obrigado.

Quero também cumprimentar o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, pela reunião que vai realizar amanhã com os Presidentes e Relatores das CPIMs e das CPIs – e não sei se também com os Líderes dos Partidos políticos. O importante é que possamos agilizar os trabalhos e que surja dessa reunião aquilo que a população está esperando: celeridade nos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena por dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, vários colegas já tiveram a oportunidade de externar a sua preocupação em relação aos procedimentos investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito. Estou entre aqueles que também estão muito preocupados, extremamente preocupados com a possibilidade de uma grande “operação abafa”, onde duas instituições, desmoralizadas de fato perante a opinião pública, acabam acobertando uma à outra por falta de legitimidade moral para se investigarem mutuamente. É isso que está acontecendo no Brasil.

Sabemos todos nós que só não vê quem é inocente, ingênuo e incapaz de observar a realidade objetiva ou quem está apaixonado, pois a paixão nos cega a ponto de não vermos exatamente como as coisas são. Esses podem não estar querendo ver. Outros, que fazem de conta que não estão a ver, são aqueles que estão relacionados ou que são parte da

camarilha de ladrões que roubam os cofres públicos, parasitam o aparelho de Estado, comportam-se tal e qual ratos de terno e gravata e andam pelos tapetes azuis do Senado, pelos tapetes verdes da Câmara e pelos tapetes do Palácio do Planalto com alegria, com desenvoltura e com a certeza da impunidade, de que nunca serão pegos.

Fora esses, quem realmente quer investigar sabe que as coisas estão muito graves. Nem vou falar sobre as CPIMs dos Bingos e do Mensalão ou sobre as Comissões de Ética instaladas na Câmara dos Deputados, mas quem analisa a CPMI dos Correios – falo de quem quer cumprir a sua obrigação constitucional –, com rigor ético implacável e com independência técnica, como a legislação vigente obriga, quem lá está para investigar e não faz parte da base de bajulação – a qual vende a alma e a honestidade para se lambuzar no banquete farto do Poder – sabe que a podridão está diretamente relacionada ao Palácio do Planalto e à metade do Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, a chance de tudo acabar em *pizza* é muito grande; por isso, a chance de tudo terminar numa vergonhosa “operação abafa” é muito grande. Qualquer pessoa de bom senso que analisa o procedimento investigatório sabe que existe o envolvimento direto do Presidente da República, da linha sucessória e da metade do Congresso Nacional. Então, o risco de uma grande, vergonhosa e abominável “operação abafa” existe de fato.

Está claramente demonstrado que duas instituições estão desmoralizadas e que o Presidente da República está diretamente envolvido. É evidente – qualquer pessoa de bom senso o sabe – que seria impossível montar-se um esquema de corrupção com tantas ramificações como esse, durante dois anos e meio, sem o conhecimento do Palácio do Planalto.

O Presidente da República nada faz para estabelecer procedimentos investigatórios para identificar os corruptos da sua base de bajulação. É óbvio que não vai fazer isso, porque as gangues partidárias que estão nas sete áreas do gestor operacional dos Correios são da base de bajulação do Governo. Não estou fazendo generalização quanto aos membros do PT, do PTB e do PMDB, mas essas três gangues partidárias atuavam no gestor operacional dos Correios e agiam em conluio com empresários apaniguados, fornecedores de propina e de financiamento de campanha do Palácio do Planalto, que, por sua vez, criaram esse gigantesco esquema de corrupção.

O Palácio do Planalto, comprometido com a corrupção, nada faz para investigar as gangues partidárias que roubam os cofres públicos, as quais são parte da sua base de bajulação. O Congresso Nacional tam-

bém nada faz para investigar o Palácio do Planalto e as gangues partidárias aqui representadas, porque se trata de uma instituição desmoralizada acobertando outra igualmente desmoralizada.

Quem perde de fato? Perde a já combalida democracia representativa.

Não vivemos em uma democracia. Hoje, pela manhã – não tive oportunidade de chegar a tempo – houve aqui uma saudação extremamente importante, em comemoração pelos 26 anos da Anistia. Aqui estavam pessoas lutando pela quebra do sigilo dos documentos relacionados aos anos que tanto envergonharam a todos os democratas do País. No entanto, não temos uma democracia. Democracia sem justiça social não é democracia. Não é democracia representativa aquela em que muitos que aqui estão comprem os seus respectivos mandatos.

A desmoralização é maior diante não das denúncias de corrupção, mas dos indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública.

Senador Efraim Morais, quando aparece nos jornais essa história de guerra de vaidades, de um Parlamentar que quer aparecer mais do que o outro, de uma CPI que quer aparecer mais do que a outra, isso realmente não me incomoda, porque, sendo as CPIs apresentadas ao vivo, quando um Parlamentar quiser aparecer mais do que o outro em uma CPI, o povo brasileiro tem a oportunidade de desligar a televisão ou o seu radiozinho.

O ruim é o que acontece nos esgotos da política do Congresso Nacional, nos subterrâneos do Palácio do Planalto, aquilo que a população não sabe. Dos acordos nos esgotos do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto a sociedade brasileira não tem nem dimensão, porque o povo brasileiro não consegue entender o nível de suborno, de chantagem, de patifaria, de demagogia, de roubalheira do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto.

Então, se alguém quer aparecer mais do que o outro, se uma CPI quer chamar a atenção mais do que a outra, que o façam mais ainda! Quanto mais pessoas forem chamadas, melhor será a capacidade de investigação. Se a sociedade brasileira se cansar de tantos depoimentos, não há problema: é a vida. O mais importante é que haja, realmente, o aprofundamento das investigações.

O povo brasileiro está cansado não de um Parlamentar querendo falar mais do que o outro e de uma CPI querendo aparecer mais do que a outra, mas da roubalheira, da camarilha que está roubando e parasitando os cofres públicos e que comemora isso.

Veja só aonde chegamos, Senador Efraim Morais! Todo mundo diz: “Isso vai dar em *pizza*”. A roubalheira é tanta, que esse risco é muito grande!

É muito importante quando V. Ex^a diz: “A minha CPI não vai dar em *pizza*.” Naquela em que estou trabalhando, Senador Efraim Morais, isso pode até acontecer, porque o Governo tem maioria, mas vou estrebuchar com todas as minhas possibilidades para não dar em *pizza*. Mas isso até pode acontecer.

É fundamental que o povo brasileiro fiscalize e controle seus Parlamentares, inclusive nos Estados, para que tudo isso não dê em *pizza*. O risco de isso acontecer é muito grande, o risco de haver uma “operação abafa” é muito grande, porque a elite política e econômica está muito contente. Os banqueiros estão muito contentes. O capital financeiro nunca chafurdou com tanta alegria na pocilga do capital como agora. Se existe uma banda da direita que está na Oposição, existe uma outra banda da direita que está no Governo também.

Evidentemente, a chance de dar “operação abafa” é muito grande, e, por isso, é essencial que o povo brasileiro fiscalize e controle o Congresso Nacional.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Efraim Morais, para que eu possa concluir.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a V. Ex^a. Serei rápido. A tese de V. Ex^a é correta: não nos devemos preocupar por que estamos convocando pessoas que estão envolvidas com corrupção. Não sei por que o Governo está com essa preocupação toda. São três CPIs.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E o Governo trabalhou para pulverizar as CPIs.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Nas três CPIs, dois Presidentes e três Relatores são da base do Governo. Então, não têm o que reclamar. Entendo que os Presidentes das três CPIs estão fazendo seu trabalho. Agora, o Governo é interessante: na hora em que nos aproximamos, cria fatos. Na hora em que estamos bem próximos, sabemos o que acontece. Se formos buscar os convocados, a maioria deles parte da base do Governo e não da Oposição. A Oposição sabe aonde quer chegar. Sabemos aonde vamos chegar. Não precisamos convocar em excesso. Quero deixar claro que o Governo não deve se preocupar com o trabalho do Senado Federal. A pauta não está trancada, os projetos foram votados. O Senado trabalha normalmente. Todos os projetos são votados. Por que o Governo vem reclamar do Senado? Não, essa história não está bem contada. Entendo que o Governo deve se preocupar em fazer o que disse há pouco o Senador Ramez Tebet: investir no País, fazer obras de infra-estrutura, pensar no social, o que não tem feito até agora. Parabenizo

V. Ex^a e concordo plenamente: essa tese é verdadeira. Então, vamos avançar e continuar investigando. O Governo vai continuar se escondendo, e nós vamos em busca da verdade. Pode ter certeza V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador. E digo uma coisa que eu dizia no Governo passado também, antes de o Presidente Lula entregar o tributo da honestidade pública ao Presidente Fernando Henrique Cardoso – batíamos tanto aqui no Presidente Fernando Henrique e eu continuaria a bater, e continuo a fazer do mesmo jeito, infelizmente o Presidente Lula entregou ao Presidente Fernando Henrique o tributo da moralidade pública do seu Governo, já que foi incapaz de abrir uma única auditoria, um único procedimento investigatório para apurar o que esbravejávamos aqui: as denúncias de corrupção no processo de privatização. Então, só tem medo de CPI quem é ladrão, rato de terno e gravata, a camarilha que rouba e se faz representar no Congresso Nacional ou no Palácio do Planalto. CPI pode entregar o tributo da inocência para quem é inocente, mas espero que possa também encaminhar, para que a Justiça leve ao presídio, aqueles que efetivamente são ladrões dos cofres públicos, como aqueles que estão sendo investigados na Comissão Parlamentar de Inquérito.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto que me traz aqui, quero dizer que concordo com o pronunciamento feito pela Senadora Heloísa Helena.

Neste fim de semana, visitei duas regiões completamente distintas no Brasil. Na sexta-feira, em missão desta Casa, estive em Florianópolis, participando, como Relator, da discussão sobre a convenção-quadro que define e discute a questão do plantio de tabaco no Brasil. E, no sábado, participei, em caráter pessoal, de um leilão de caprinos e ovinos na cidade de Gravata, no interior de Pernambuco. E, nas duas cidades, havia um sentimento generalizado – e aqui, Senador Efraim Morais, abro um parêntese para parabenizar a sempre crescente audiência da nossa TV Senado – de que estamos aqui articulando, urdindo um “acordão” para livrar cabeças ou para deixar essa apuração por menos. Esse sentimento me assustou porque, Senadora Heloísa Helena, várias e várias pessoas me abordaram, mostrando uma frustração antecipada do que estaria por acontecer nesta Casa. Tive, em todas

as ocasiões, a oportunidade de desfazer esse sentimento, dando ênfase de que é impraticável que isso ocorra, porque a sociedade brasileira não aceitaria fatos dessa natureza.

É verdade que o Governo tem pressionado de maneira insistente para que a CPI não convoque, Senadora Heloísa Helena, algumas pessoas, e tem conseguido, porque tem maioria, algumas manobras que não engrandecem a Comissão. Por exemplo, colocar o Sr. Gushiken para depor no dia 6 de setembro, véspera de um feriado. É uma tentativa de se evitar, primeiro, que o depoimento aconteça pela falta de número; segundo, que seja um depoimento em que esteja a Comissão repleta de seus participantes, para que possam de maneira tranqüila e segura pedir os esclarecimentos necessários para que se apurem esses fatos. Há também a pressão que o Governo vem fazendo para que não se cumpra a convocação na Comissão do Presidente do Citibank Brasil. É outro absurdo. Ele precisa ser ouvido, sim. Aliás, o PT perderia toda sua autoridade ao se configurar de maneira clara esse trabalho, porque, ao longo dos anos em que foi oposição, quem mais acusava esse banco americano era o PT, pelo fato de ser o maior credor brasileiro, de ser um banco que estrangulava a nossa economia, as nossas finanças, e que trabalhávamos para aquele conglomerado financeiro americano.

De forma que penso que nos agacharemos a partir do momento em que haja uma concordância de quem quer que seja na CPI para evitar essa convocação. Aliás, concordo com V. Ex^a: o nosso problema não é quantidade de convocados, o nosso problema é exatamente chegarmos aos fatos. Se temos de convocar pessoas com participação importante nesses episódios, por que não convocá-las? O que desgasta uma CPI não é a convocação de pessoas, mas a embromação, a perda de tempo, são as questões de ordem propositais exatamente para procrastinar o trabalho. Quem vive o dia-a-dia da CPI sabe muito bem distinguir quando uma questão de ordem tem o objetivo de esclarecer fatos ou colocar ordem nos trabalhos e quando ela tem o sentido de procrastinar.

Daí por que penso que temos que ter cuidado com relação a esse sentimento de frustração que vem tomando conta da sociedade brasileira e não concordar, por nenhuma hipótese e em nenhuma circunstância, que tal fato possa vir a acontecer.

Mas o que realmente me trouxe a esta tribuna foi a matéria de **O Estado de S. Paulo** de domingo, que diz: “PPP demora para sair do papel”. Nós estamos quase no terceiro ano do Governo do Presidente Lula, que tinha como carro-chefe exatamente alavancar o progresso brasileiro com a participação da iniciativa

privada, e esse fato, Sr. Presidente, alardeado, prometido, cantado em prosa e verso, continua parado na burocracia. O fundo garantidor não foi definido ainda. Os investidores internacionais começam a perder a credibilidade na intenção real do Governo de dar prosseguimento a esse investimento.

Portanto, penso que é chegado o momento de Sua Excelência, o Presidente da República, usar sua autoridade para alertar contra a burocracia que cerca a sua equipe e fazer com que essas obras deslanchem. Há recursos das PPPs destinados para várias partes do Brasil, e já existe, mais ou menos, a formatação de financiamento de investimentos em vários desses projetos. É preciso apenas uma decisão de Governo, para que a largada seja dada.

Para dar apenas um exemplo, há o início da construção da ferrovia Transnordestina, que vai ligar o Piauí, partindo de Eliseu Martins, ao porto de Pecém, no Ceará, e ao porto de Suape, em Pernambuco, fazendo com que o escoamento da soja e dos grãos do Estado do Piauí seja fácil, barateando o custo e agilizando essas remessas.

Em meu Estado, teremos a oportunidade de beneficiar a produção de níquel, de Capitão Gervásio Oliveira; de mármore, da região de São Raimundo Nonato; e de outros produtos que compõem a nossa riqueza, de forma que é preciso que essas PPPs sejam iniciadas rapidamente.

Por fim, o jornal cita a questão da PPI, acordo internacional feito entre o Governo brasileiro e o FMI. No primeiro ano, o ano em que estamos, 2005, seriam destinados R\$2,9 bilhões. Mas de algumas das estradas, das obras escolhidas sequer existe projeto. O Governo decidiu a toque de caixa, sem consultar os órgãos técnicos – a decisão partiu do Gabinete Civil – e destinou recursos que não podem sequer ser aplicados. Será lastimável, uma pena para o País a perda de dinheiro para recuperação de estradas, que é o segundo ponto estranho na destinação desse projeto. Noventa por cento são para recuperar estrada, a famosa operação tapa-buraco. De acordo com o projeto, verifica-se claramente que houve uma intervenção prestigiada do empreiteiro em detrimento da necessidade do Brasil. Se se for ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério dos Transportes, ao Ministério do Turismo, que são importantes vetores do processo de desenvolvimento do Brasil, verificar-se-á que eles não foram consultados.

O projeto da eclusa de Tucuruí, por cuja aprovação a Bancada do Pará lutou tão bravamente no Senado, também não está concluído.

Neste ano, só espero que a burocracia brasileira não se junte às empreiteiras e, para cumprir as metas,

não deixe para definições de última hora um volume de obras que não cumprirá o interesse do desenvolvimento do Brasil. É muito estranho e esquisito: estamos entrando no mês de setembro, e as substituições ainda não foram feitas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um alerta sobre a possibilidade de mandarem, por meio de mecanismos, sem aprovação do Congresso, essas modificações. Elas têm de passar pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e por votação no Congresso Nacional. A Lei Orçamentária, depois da Constituição brasileira, é a mais importante que temos. Não podemos permitir que modificações sejam feitas por intermédio de decreto, desrespeitando-se o que há de mais importante nas decisões das duas Casas do Congresso.

É muito esquisito que, a esta altura do ano, não tenha havido, ainda, por parte do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão nenhum projeto de remanejamento desses recursos.

Quero fazer um alerta para as Bancadas que tiveram, na primeira etapa desse projeto, recursos destinados a seus Estados: primeiro, para que não permitam a perda de recursos e o seu remanejamento para outros Estados; segundo, para que olhem atentamente se esses recursos, principalmente no que diz respeito a estradas, são realmente prioridade para o escoamento da produção, para o fomento do turismo, em cada um dos Estados da Federação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram esses os dois assuntos que, nesta segunda-feira, gostaria de trazer à tribuna do Senado. Tenho certeza, Senadora Heloísa Helena, de que haveremos de nos esforçar – juntamente com alguns que fazem parte da Base do Governo, mas que não concordam com essas manobras que estão sendo feitas –, para que realizemos na CPI um trabalho isento, que não seja – como vem sendo ou como estamos tentando evitar que seja – de patrulhamento partidário, mas sim um trabalho para defender os interesses do Brasil. E defender os interesses do Brasil neste momento é, mais do que nunca, esclarecer realmente os envolvidos nas corrupções de que o País todo tomou conhecimento e com as quais está estarecido. É preciso determinação de todos nós para apurar os fatos, punir os culpados e tirar dos inocentes essa mancha que carregam momentaneamente, no correr das investigações.

O trabalho da CPMI é esse, duro. Mas, para que a Nação compreenda sua dureza, é preciso ser justo; não se pode cometer injustiça, nem deixar impunes os culpados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, Líder do PL, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano, após uma série de debates e audiências públicas, com a participação da sociedade brasileira, de cientistas e de empresas privadas, num longo caminho percorrido, conseguimos aprovar a Lei de Biossegurança no Congresso Nacional.

No entanto, seis meses após a aprovação, essa importante lei, que trata da pesquisa das células-tronco embrionárias e do plantio e comercialização de transgênicos, ainda aguarda a regulamentação pelo Governo Federal, infelizmente.

Por isso, ocupo esta tribuna hoje para fazer um apelo ao Governo no sentido de agilizar a regulamentação da Lei de Biossegurança, que representa um grande avanço na área científica do nosso País.

Entendo que a relevância do tema, aliada aos grandiosos interesses existentes na área de biotecnologia, exige uma condução rápida e transparente do processo de regulamentação, sobretudo em questões importantes da lei que ainda não saíram do papel.

As pesquisas na área de biotecnologia estão estagnadas. Projetos que antes esbarravam em falta de verbas agora estão parados simplesmente pela não-regulamentação da lei. Nossos cientistas, infelizmente, encontram-se de braços cruzados, sem poder iniciar ou dar seguimento a nenhum tipo de estudo. Universidades, institutos de pesquisas e empresas privadas aguardam uma sinalização positiva do Governo, para continuar os seus trabalhos.

Com isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o projeto já teve o tempo necessário para ser devidamente concluído. Inúmeras polêmicas foram geradas, debatidas e solucionadas aqui, no Congresso Nacional, de maneira democrática e transparente. Por isso, o texto da lei deveria seguir o curso normal da regulamentação, sem mais delongas.

A Lei de Biossegurança permitirá, pela primeira vez, em nosso País, a pesquisa com células de embriões humanos, mas, somente após a sua efetiva regulamentação, serão estabelecidas as regras para a seleção, registro e distribuição desses embriões para os institutos de pesquisas, clínicas e universidades.

O que temos definido, até agora, é que as pesquisas devem ser aprovadas pelos conselhos de ética de cada instituição e os embriões a serem usados serão produzidos por fertilização **in vitro** e congelados há pelo menos três anos.

Enquanto uma comissão interministerial chefiada pela Casa Civil não conclui os trabalhos para a regulamentação, o Ministério da Ciência e Tecnologia está prestes a anunciar os projetos de pesquisa científica com células-tronco que irão receber recursos do Governo Federal. A previsão é de que cerca de R\$11 milhões sejam investidos em pesquisas na área de biotecnologia. Mas a falta de regulamentação da lei poderá atrasar o início dessas pesquisas.

A verdade é que, se por um lado, o Governo sinaliza com o incentivo às pesquisas, liberando recursos, por outro, erra ao retardar a regulamentação. Insisto neste ponto porque 106 projetos foram entregues à comissão da Casa Civil para serem apreciados, demonstrando que este assunto precisa e deve ser analisado com maior importância e agilidade.

A Casa Civil que é a responsável pelo processo prevê para setembro a conclusão dos trabalhos, e é nossa obrigação cobrar que isso seja efetivamente realizado. Sem a regulamentação da lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) está impedida de se reunir e definir sobre início, continuação ou conclusão de pesquisas. Como o órgão foi ampliado de acordo com a nova lei, só a partir da regulamentação é que serão definidos critérios de seleção de novos integrantes.

Quero concluir, Sr. Presidente, conclamando todos os parlamentares, especialmente aqueles que participaram ativamente de toda discussão e aprovação da Lei de Biossegurança, a se empenharem na aceleração de sua regulamentação. Não temos mais o poder de decisão, mas não podemos nos omitir diante da paralisação de centenas de projetos de biotecnologia. É preciso fazer com que o Governo Federal compreenda a necessidade e tome providências para eliminar rapidamente os entraves legais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR AELTON FREITAS.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que acompanham os trabalhos da casa pela Rádio e TV Senado, este ano, após uma série de debates e audiências públicas com a participação da sociedade, de cientistas e de empresas privadas,

num longo caminho percorrido, conseguimos aprovar a Lei de Biossegurança no Congresso Nacional.

No entanto, seis meses após a aprovação, esta importante lei, que trata da pesquisa de células tronco-embrionárias e do plantio e comercialização de transgênicos, ainda aguarda a regulamentação do Governo Federal. Por isso, ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao Governo no sentido de agilizar a regulamentação da Lei de Biossegurança, pois a mesma representa um grande avanço na área científica do nosso País.

Entendo que a relevância do tema, aliada aos grandiosos interesses existentes na área de biotecnologia, exige uma condução rápida e transparente do processo de regulamentação, sobretudo em questões importantes da lei que ainda não saíram do papel.

As pesquisas na área de biotecnologia estão estagnadas. Projetos que antes esbarravam em falta de verbas, agora estão parados simplesmente pela não-regulamentação da lei. Nossos cientistas estão de braços cruzados, sem poder iniciar ou dar seguimentos aos estudos. Universidades, institutos de pesquisas e empresas privadas aguardam uma sinalização positiva do Governo para continuar os seus trabalhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o projeto já teve o tempo necessário para ser devidamente concluído. Inúmeras polêmicas foram geradas, debatidas e solucionadas no Congresso, de maneira democrática. Por isso, o texto da lei deveria seguir o curso normal da regulamentação, sem mais delongas.

A Lei de Biossegurança permitirá, pela primeira vez em nosso país, a pesquisa com células de embriões humanos. Mas só após a sua efetiva regulamentação é que serão estabelecidas as regras para a seleção, registro e distribuição desses embriões para os institutos de pesquisas, clínicas e universidades.

O que temos definido, até agora, é que as pesquisas devem ser aprovadas pelos conselhos de ética de cada instituição e os embriões a serem usados serão produzidos por fertilização *in vitro* e congelados há pelo menos três anos.

Enquanto uma comissão interministerial chefiada pela Casa Civil não conclui os trabalhos para a regulamentação, o Ministério da Ciência e Tecnologia está prestes a anunciar os projetos de pesquisas científicas com células-tronco que irão receber recursos do Governo Federal. A previsão é que cerca de R\$11 milhões sejam investidos em pesquisas na área de biotecnologia. Mas a falta de regulamentação da lei poderá atrasar o início destas pesquisas.

A verdade é que, se por um lado, o governo sinaliza com o incentivo às pesquisas, liberando recursos, por outro, erra ao retardar a regulamentação. Insisto

neste ponto porque 106 projetos foram entregues à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para serem apreciados, demonstrando que esse assunto precisa e deve ser analisado com maior importância e agilidade.

A Casa Civil, que é a responsável pelo processo, prevê para setembro a conclusão dos trabalhos e é nossa obrigação cobrar que isso seja efetivamente realizado. Sem a regulamentação da lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) está impedida de se reunir e definir sobre início, continuação ou conclusão de pesquisas. Como o órgão foi ampliado de acordo com a nova lei, só a partir da sua regulamentação é que serão definidos critérios de seleção de novos integrantes.

Quero concluir, Sr. Presidente, conclamando todos os parlamentares, especialmente aqueles que participaram ativamente de toda a discussão e aprovação da Lei de Biossegurança, a se empenharem na aceleração de sua regulamentação. Não temos mais o poder de decisão, mas não podemos nos omitir diante da paralisação de centenas de projetos de biotecnologia. É preciso fazer com que o Governo Federal compreenda a necessidade e tome providências para eliminar rapidamente os entraves legais.

Era o que eu tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, por dez minutos, como orador inscrito.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o tempo de que disponho for suficiente, procurarei tratar de dois assuntos nesta tarde. O primeiro, que considero mais urgente, trata daquilo que está em curso no Congresso Nacional: a discussão sobre o veto do Executivo à reposição salarial de 15%, concedida aos servidores do Legislativo Federal. Contra esse veto, um tipo execrável da ingerência do Executivo nas decisões do Legislativo, é que pretendo discutir com os Srs. Senadores nesta tarde.

A discussão de ajustes salariais aos funcionários é um daqueles assuntos-tabu, injustamente criminalizados por noticiários preconcebidos, propagados pela mídia no Brasil e pouco refletidos pelo conjunto dos cidadãos.

É preciso desmistificar o assunto, fazendo ver à opinião pública que o tema é completamente normal e que, de quando em quando, será rediscutido no Parlamento por força das normas contidas na Constituição Federal.

O Planalto argumenta no veto presidencial ao ajuste que cumpre o art. 169, da nossa Constituição

Federal da República. Segundo o art. 169, a dotação orçamentária prévia faz-se necessária na concessão de qualquer vantagem ou aumento aos servidores públicos. O Presidente da República, cioso do seu papel de defensor da Constituição, supõe preservar o seu estrito cumprimento ao vetar o ajuste pretendido, porém, Sr. Presidente, o argumento que consta do veto é totalmente absurdo.

No Senado Federal, o Presidente Renan Calheiros e eu, como Primeiro-Secretário, manifestamo-nos favoravelmente ao reajuste, uma vez que a Casa previu, em seu orçamento, o benefício aos servidores.

O Presidente da República devia agir como “bastião da democracia” e propor ajustes lineares para todas as categorias. Mas age, seletivamente, favorecendo alguns, em detrimento de outros. Não satisfeito em sua sanha populista, o Presidente veta, pura e simplesmente, a reposição salarial prevista pelo Congresso, prejudicando o conjunto dos seus servidores para, como se diz popularmente, “sair bem na foto” na opinião pública, missão esta, ao que parece, impossível, em face dos vigentes padrões morais do Planalto.

O cinismo da medida só poderia mesmo causar repulsa a Legislativo, já que o Presidente, em uma mensagem construída com argumentos inaceitáveis, discrimina o servidor da Câmara e do Senado, enquanto nega vigência à Constituição.

Sr. Presidente, conforme sabemos, consta do malferido texto constitucional, no art. 37, inciso X, que a proposta de revisão geral anual da remuneração dos servidores é de competência do Presidente da República. Como o Planalto não assegurou ao conjunto dos servidores a revisão geral, desrespeitou a Carta, por omissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o clima de desconfiança na palavra empenhada que este Governo estabeleceu merece uma categórica resposta do Poder Legislativo. O Planalto teve o desplante de oferecer aos servidores um reajuste salarial de ridículo 0,1%! Vou repetir: 0,1%.

São esses os auto-intitulados paladinos da moralidade pública que ofertam à burocracia do Estado esse presente de grego.

Ao aprovar a módica revisão de um milésimo de aumento salarial, repito, o Presidente cumpriu formalmente a Constituição, para descumpri-la no plano material. Com a absurda atitude, bem demonstra o apreço que nutre pelo servidor legislativo e pelo Congresso Nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Presidente, estou certo de que a necessidade de derrubarmos o veto presidencial é imperiosa, fundamental e incontornável,

sob pena de vermos a Casa do Povo uma vez mais atropelada pelo populismo rasteiro do Planalto.

A arte da política baseia-se no valor da palavra empenhada, que merece ser cumprida. E, se o Poder Executivo comprometeu-se com a sanção do reajuste, o acordo deveria ser honrado.

A decisão da Presidência nega direito ao servidor do Legislativo, e o veto presidencial merece ser derrubado por esta Casa!

Portanto, Sr. Presidente, na condição de 1º Secretário desta Casa, na condição de Senador da República, na condição de membro do Congresso Nacional, devo dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o próprio Poder Executivo já não deixa este Congresso, ou seja, o Poder Legislativo, legislar, enchendo-nos de medidas provisórias. E, agora, trata-se de uma decisão tomada por unanimidade, uma posição tomada por aqueles Senadores e Senadoras que realmente reconhecem o valor e a necessidade do funcionário desta Casa, aprovada com base naquilo é constitucional. Há orçamento previsto para o pagamento do funcionalismo.

E aqui mesmo desta Presidência que V. Ex^a, Senador João Batista Motta, ocupa neste momento, estava eu presidindo a sessão quando fui contestado pelo Líder do Governo, que dizia ser um ato de irresponsabilidade da Mesa desta Casa e do Poder Legislativo. Nada de irresponsabilidade! Nada de atitude irresponsável da Mesa nem desta Casa! Irresponsabilidade, sim, de um Governo que não tem compromisso com o trabalhador brasileiro, nem com o funcionalismo público. E já demonstrou isso. E mostrei ao Líder do Governo e ao Brasil inteiro que este Senado Federal tem recurso, tem dinheiro disponível no seu orçamento para pagar os 15% do funcionário público, que recebeu o ajuste naquele momento e que recebeu o veto de Sua Excelência, o Presidente da República.

Portanto, farei um apelo, a começar pelos funcionários: funcionários da Câmara e do Senado, visitem os gabinetes dos Senadores e dos Deputados, a partir de hoje, para que, na quarta-feira, os nossos Deputados e Senadores dêem uma prova à Nação de que não estamos totalmente fora do reconhecimento do povo; que o que está acontecendo neste País e dentro do Congresso Nacional não significa que não podemos tomar uma decisão com a cabeça levantada, voltada para os interesses dos trabalhadores. Daí eu convocar todos os funcionários, de todos os gabinetes, de todos os setores da Câmara e do Senado, para que visitem os Parlamentares, pedindo para que votem com vocês, para que votem com os funcionários desta Casa, derrubando o veto do Presidente, que não cumpriu a palavra empenhada, que manteria os 15% de reajuste para os funcionários.

Ouçõ V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Efraim Morais, quero saudar o seu pronunciamento e compartilhar da mesma preocupação de V. Ex^a. Sabem todos que sou uma defensora dos trabalhadores do setor público, porque defendo o Estado brasileiro.

O SR EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu não concordo com V. Ex^a. V. Ex^a é uma defensora dos trabalhadores brasileiros.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente. É isso mesmo! É dos trabalhadores de um modo geral, do mesmo jeito que nós – e V. Ex^a também – brigamos aqui na reforma da Previdência. Lutávamos aqui para garantir direitos para os desempregados; para aqueles que estão completamente fora do mercado de trabalho; para os trabalhadores do setor privado, que também foram atingidos por aquele “faz-de-conta” de reforma da Previdência; para os trabalhadores do setor privado pobres, que foram obrigados a trabalhar mais dez anos para não ter uma perda de até 45% de sua aposentadoria; para os trabalhadores de setor público de um forma geral, dos Municípios, dos Estados; para os trabalhadores pobres, que, como sabe V. Ex^a, ganhando um salário mínimo, foram obrigados, com esse “faz-de-conta” da reforma da Previdência, a mais oito anos de serviço para não terem um corte de até 35% em suas aposentadorias; os trabalhadores do setor público federal do Executivo, que tiveram uma infâmia, um faz-de-conta de aumento de 0,1%. É bom colocarmos esse panorama, porque há mentirosos e vigaristas que não querem enfrentar o debate como deve ser enfrentado e utilizam os outros trabalhadores do setor público federal, os outros trabalhadores do setor público municipal e estadual, para dizer que não é possível viabilizar o aumento para os trabalhadores do setor público aqui do Congresso Nacional. Não quero compartilhar dessa farsa – isso é uma farsa! Muitos dos que usam esse discurso foram incapazes de defender os trabalhadores do setor público – pobres, miseráveis, das prefeituras do Brasil, dos governos estaduais, do Executivo – e, hoje, usam esses trabalhadores pobres para dizer: “Ora, por que vou dar um aumento maior para o Legislativo se não dei para os outros do Executivo?” Então, cara-de-pau, para não ganhar um vidro de óleo de peroba, dê para o Executivo também. Lute pelos trabalhadores do setor público do Executivo também. Agora, não podemos compartilhar com esse falso moralismo, esse moralismo farisaico mentiroso, de dizer que não há dinheiro para ser disponibilizado, o que é a maior farsa contábil, financeira, orçamentária! É uma farsa dizer que não há recurso para ser disponibilizado. Espero que os homens e mulheres deste Congresso Nacional tenham vergonha e digni-

dade, porque vai ficar muito feio: aprovaram e, depois do chicote do Presidente, ficam mansinhos e não derrubam o veto presidencial! Portanto, saúdo V. Ex^a e o parabenizo pelo pronunciamento, compartilhando deste conselho: que vão lá os funcionários, pois são eles que fazem esta Casa trabalhar; quem faz esta Casa trabalhar não somos só meia dúzia. Até no dia de hoje, não estão aqui. Veja que, hoje, há aqui meia dúzia de Parlamentares, mas todos os funcionários estão aqui. O funcionário público que não trabalha é o acobertado por político safado e, por isso, não trabalha. No entanto, a maioria dos trabalhadores, a gigantesca maioria, está trabalhando, enquanto poucos Parlamentares aqui estão. Então, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, parabenizando-o pela coragem e, do mesmo jeito, aconselho os funcionários e os trabalhadores do setor público a pressionar os Srs. Parlamentares, que fizeram discurso, aprovaram a medida e, agora, têm a obrigação de derrubar o veto do Sr. Presidente, a não ser que estejam recebendo mensalão para isso também. Portanto, parabéns a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, sempre em defesa do trabalhador brasileiro, do funcionário público. O Governo não tem nem como justificar, Sr. Presidente, por que não dá aumento, pois é o maior superávit da história deste País. Dinheiro é o que não falta no Governo do PT – de todos os lados, de todo jeito, de toda a natureza e de toda a origem. Onde pensar, da forma que pensar; limpo, sem ser limpo; com indício, sem indício de malversação de recurso. Da forma que quiser, encontra-se. Tem de sobra para tudo, para todo o gosto. Só não tem para o funcionário público, para o trabalhador brasileiro.

Agora, renovo a convocação aos funcionários, para que visitem até a próxima quarta-feira os gabinetes dos Senadores e dos Deputados. Eles mesmos, funcionários desses Parlamentares, peçam a derrubada desse veto, em nome do Poder Legislativo e em nome da sua independência. Se já não estamos bem diante da opinião pública, Senador Garibaldi Alves Filho, imagine se, na quarta-feira, não derrubarmos esse veto ao projeto que nós mesmos aprovamos! Fomos nós, Senadores e Deputados. Nós aprovamos isso. E amanhã, não. É como diz a Senadora. O chicote do Planalto bateu e, então, aqui, vai-se baixar a cabeça.

Faço ainda um apelo aos companheiros do PT, Senadores e Deputados: peço que fechem os olhos e voltem um pouquinho ao passado. Lembrem-se daquelas greves, quando iam a praças públicas, quando vinham ao plenário e desfilavam com grandes discursos, dizendo que eram os grandes defensores dos trabalhadores brasileiros. Fechem os olhos, voltem

um pouco ao passado e sejam coerentes pelo menos nessa votação. Tenham, pelo menos, respeito àqueles que trabalham com V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, do PT e da base do Governo. Todos nós, da Oposição, vamos votar, sem exceção, para derrubar esse veto.

Apelo, portanto, aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados: vamos dar uma prova ao Brasil de que este Poder é independente, sob pena de continuarmos não merecendo a confiança do povo brasileiro. Estamos, mais ou menos, no mesmo nível do Presidente Lula. A queda é quase a mesma; estão descendo os dois, bem juntinhos, um ao lado do outro. Nem o Presidente diz qual o caminho que deve ser seguido para sair dessa crise, nem o Poder Legislativo respeita seus funcionários. Então, é queda livre, e não há quem segure.

Aos que ainda pensam em dizer amém ao Presidente da República, ao Sr. Ministro do Planejamento e ao Ministro da Fazenda, faço um apelo em nome dos funcionários públicos federais do Poder Legislativo: respeitem pelo menos os que trabalham com V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista Motta, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Garibaldi Alves Filho, quero aqui refletir sobre decisão que para nós, do Partido dos Trabalhadores, é de grande importância: a que tomou nesta tarde o Presidente interino Tarso Genro, ao desistir de ser candidato à Presidência do nosso Partido nas eleições do próximo 18 de setembro.

Que eu saiba, o Partido dos Trabalhadores é o único dos partidos brasileiros que promove a eleição direta de seu Presidente com a participação de todos os seus filiados. Hoje, no Brasil, há aproximadamente 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores, pessoas que, portanto, têm condições de votar em 18 de setembro. É importante que façam valer o seu direito e que cumpram o seu dever. Trata-se de voto voluntário, não há a obrigação em nossos estatutos de, efetivamente, comparecer, não é por lei, mas é uma responsabilidade e um direito de todos os filiados.

Queria recordar alguns fatos recentes que dizem respeito ao PT. O Campo Majoritário tinha como seu candidato o ex-Presidente José Genoíno, que, há pouco mais de um mês, resolveu deixar de ser o Presidente e também renunciou à candidatura para as eleições de 18 de setembro. Atendendo uma solicitação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Tarso Genro, que era Ministro da Educação, deixou de ser Ministro

para assumir a Presidência do Partido dos Trabalhadores. Isso aconteceu em circunstâncias tão difíceis como as que envolveram a saída de Delúbio Soares como Diretor-Tesoureiro, de Silvío Pereira como Secretário-Geral e de Marcelo Sereno como Secretário de Comunicação. Para assumir esses postos, deixaram suas atribuições no Governo do Presidente Lula e vieram assumir, respectivamente, a Presidência, a Diretoria de Finanças, a Secretaria-Geral e a Secretaria de Comunicação as seguintes autoridades: Tarso Genro; José Pimentel, Deputado Federal; Ricardo Berzoini e o ex-Ministro da Saúde e Deputado Humberto Costa. Essa decisão envolve importância tão grande que foi tomada pelo próprio Presidente Lula, que fundou o Partido dos Trabalhadores e que é Presidente de honra da agremiação que constitui o principal suporte de apoio ao seu Governo.

Surgiram algumas diferenças de opinião entre o Presidente interino Tarso Genro e o Deputado José Dirceu, que, como parte de sua estratégia de defesa junto ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e, eventualmente, perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – S. Ex^a já disse no Conselho de Ética que tem toda a disposição de comparecer às CPIs –, decidiu permanecer na chapa do Campo Majoritário.

Eu vinha recomendando a Tarso Genro que dialogasse com os demais candidatos à Presidência do Partido dos Trabalhadores, como Plínio de Arruda Sampaio, Walter Pomar, Raul Pont, Maria do Rosário e Marcos Socol, enfim, os que estão à frente das diversas chapas, representando as tendências e as organizações do Partido dos Trabalhadores. Ele vinha se empenhando para ter tal diálogo, mas ainda não havia chegado a um entendimento que pudesse conferir um passo significativo, quem sabe, para que o Partido superasse toda a problemática que estamos vivendo hoje.

Gostaria também de fazer uma reflexão sobre o Deputado José Dirceu. Gostaria até de falar pessoalmente com S. Ex^a – vou procurá-lo, já o fiz durante o dia –, para transmitir-lhe algo que vou tornar público nesta minha fala no Senado Federal.

Sei que o Deputado José Dirceu tem afirmado que algumas coisas precisariam ser resolvidas internamente no Partido dos Trabalhadores, mas há certos aspectos de nossas decisões que, agora, envolvem a transparência de nossos atos e, inclusive, o conhecimento da opinião pública.

Sr. Presidente, trago esta minha reflexão à tribuna do Senado Federal tendo em conta que, por exemplo, da tribuna da Câmara dos Deputados, o Deputado André Costa, do PT do Rio de Janeiro, anunciou hoje que está saindo do Partido dos Trabalhadores em função

de seu desencanto com algumas das medidas, estratégias e metas do Governo do Presidente Lula.

Na Fiesp, em São Paulo, o Senador Cristovam Buarque anunciou que muito provavelmente sairá do Partido dos Trabalhadores, por considerar que o Governo do Presidente Lula não atendeu a certas metas ou programas que S. Ex^a considera importantes, até mais importantes do que a própria questão ética que preocupa a tantos filiados e membros do Partido. Disse S. Ex^a que falta ao Governo do Presidente Lula realizar algumas metas programáticas que deveriam ser buscadas.

Sinto-me com a responsabilidade – até por ser membro fundador do Partido dos Trabalhadores – de permanecer no PT e de dizer a esses meus companheiros, como tenho dito ao Senador Cristovam Buarque, que considero responsabilidade nossa procurar corrigir os erros cometidos pela nossa organização. Somos uma organização constituída de seres humanos que podem a qualquer momento cometer erros – alguns graves –, e, quando eles são cometidos, temos a responsabilidade de corrigi-los, de superá-los.

Qual é a observação que gostaria de fazer ao Deputado José Dirceu? Nas circunstâncias presentes, tendo em conta, inclusive, a defesa e o empenho de S. Ex^a perante o Conselho de Ética, as comissões de sindicância, as CPIs e perante o próprio Partido, no sentido de esclarecer inteiramente todos os episódios que hoje são objeto da preocupação de nós, petistas, e da opinião pública, quem sabe possa S. Ex^a ter a atitude generosa e companheira de dizer que não participará da chapa do Campo Majoritário.

Falo isso como uma das pessoas que estava na chapa do Campo Majoritário, mas fui comunicado pela coordenação que não fazia mais parte em função de ter assinado o requerimento da CPML. Depois, todo o Partido considerou importante apoiar essa Comissão e todos os treze Senadores, logo após as entrevistas do Deputado Roberto Jefferson, consideraram imprescindível apoiá-la para a apuração dos fatos.

Eu, que não estou na chapa do Campo Majoritário ou em qualquer outra, recomendo ao Deputado José Dirceu abrir mão.

Proponho àqueles que são candidatos à Presidência do PT que dialoguem, nesta semana, com o Presidente interino, Tarso Genro, para que, no próximo sábado, dia 3, na reunião do Diretório Nacional, em Brasília, cheguemos a uma solução que possa ser referendada pelos 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores que comparecerão às urnas. Portanto, Senador Garibaldi Alves Filho, fica aqui a minha sugestão.

Essa observação poderia ser feita aos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, se fosse

hoje a reunião do Diretório Nacional. Trata-se de uma questão que vai além do Partido dos Trabalhadores, pois tornou-se de interesse nacional. Assisti, há pouco, à entrevista do ex-Ministro e Presidente Interino do PT, Tarso Genro, para toda a Nação.

Quero também registrar que o Presidente Lula solicitou hoje ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que faça um relatório sobre tudo aquilo que já foi apurado. Creio que é um passo importante, inclusive para que o Presidente se certifique mais de todos os fatos e, quem sabe, possa fazer um pronunciamento à Nação. Sugiro, inclusive, que seja realizado aqui mesmo, em diálogo com o Congresso Nacional. Sua Excelência poderá dar sua contribuição para a verdade que deseja ver apurada, esclarecida. Vindo à tona toda a verdade, daremos um enorme passo para resolver grande parte dos problemas que foram registrados.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por cinco minutos, como Líder da Minoria, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a novidade deste final de semana é uma questão que já venho debatendo no Senado há mais de um ano. Desde 2004, fiquei admirado – não só eu, mas muitos Senadores – com o aumento dos gastos nos cartões de crédito corporativos do Governo do Presidente Lula, principalmente os da Presidência da República.

Naquela época, fizemos um requerimento pedindo para que esses cartões fossem abertos para que pudéssemos examinar as despesas feitas, mas infelizmente naquele momento fomos derrotados. Nosso requerimento de pedido de informação foi derrotado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Líder Aloizio Mercadante levou um parecer dizendo que era inconstitucional sabermos como o Governo gastava esses recursos dos cartões de crédito. Admirei-me, Senador Marco Maciel, e propus que se trouxesse qualquer Constituição do mundo que proibisse o conhecimento dos gastos do dinheiro público. Na realidade, isso não tem nada de inconstitucional, mas, infelizmente, o Governo tinha uma ampla maioria no Senado Federal e conseguiu derrotar o requerimento. É uma coisa rara um requerimento de informações ser derrotado, mas, naquele tempo, eles estavam derrotando até requerimento de voto de pesar, pela maioria que tinham no Senado Federal.

Apesar de meu requerimento ter sido derrotado, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, continuamos insistindo. Fizemos uma série de requerimentos, que foram agora aprovados e já estão no Ministério.

O que verificamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que é muito importante que tomemos conhecimento desses gastos com os cartões de crédito.

A mídia, de uma maneira geral, como a revista **IstoÉ** e o jornal **O Valor**, tem mostrado uma série de absurdos praticados por meio desses cartões, antes mesmo de eles serem abertos. Por exemplo, o Ministro Gushiken ficou hospedado em um hotel por dois dias, pagando uma diária de mais de R\$1.200,00, dos quais gastou R\$231,00 no restaurante e R\$347,00 no bar executivo. Era uma despesa que, na realidade, não devia ser paga pelo Governo.

Por outro lado, com um exame inicial das notas, verificou-se que uma empresa de alimentação fornecia papel e material de escritório para o Palácio do Planalto, exatamente porque eram pagos em dinheiro. Também se verificou que mais de 50% do que era gasto com o cartão eram retirados em dinheiro, quando, na verdade, o cartão foi implantado exatamente para impedir o uso do dinheiro, porque, antes de sua implantação, o que se dava era um adiantamento aos funcionários para que eles pagassem as despesas. Achou-se que isso não era bom, porque os funcionários tinham que andar com dinheiro no bolso, e o dinheiro não era deles. Então, resolveu-se implantar o cartão. E, assim, o cartão foi implantado. E, na prática, o que aconteceu? Estão usando o cartão para sacar dinheiro, que é gasto como se quer, evidentemente com notas como as que estavam examinando.

Portanto, Sr. Presidente, em boa hora, esta Casa aprovou os mencionados requerimentos e, na quarta-feira, o Tribunal de Contas da União vai, de certa maneira, abrir essas contas, para que a população brasileira possa saber como o dinheiro é gasto.

Também agora, Sr. Presidente, acabamos de saber que o Presidente do PT, o ex-Ministro Tarso Genro, renunciou à candidatura para disputar a Presidência do Partido. Isso é preocupante porque, na realidade, ele representava uma forma nova de ver o Partido. Era ele que estava liderando o movimento para que aqueles que erraram no PT fossem punidos. Então, sua renúncia significa dizer que a maioria do PT é constituída dos que não querem punir os que erraram. Ou seja, a pizza começou a ser assada no PT, pois, se o próprio Presidente do Partido que ia assumir com a missão específica de refundar o PT, como ele mesmo disse, e, para tanto, iria punir todos aqueles que colocaram o PT onde está, se ele não se sente em condições políticas de continuar com sua candidatura, é

porque, na verdade, ninguém será punido e o PT não será renovado, o que, pelo menos a meu ver, é mais preocupante do que a questão do Governo Lula, que, bem ou mal, dentro de um ano e pouco, vai acabar. Enquanto o PT é um Partido importante, permanente e que tem que ser renovado. E, dessa forma, ele não apenas não será renovado, como vai, cada vez mais, afundar na corrupção que lá se instalou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, por dez minutos, como orador inscrito.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Marco Maciel, também por dez minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última quinta-feira, a ONU divulgou um relatório traçando um panorama sobre as desigualdades no mundo inteiro. É um relatório, Sr. Presidente, amplo que revela que a globalização ainda não foi capaz de distribuir riquezas e difundir conhecimentos de maneira uniforme em todo o Globo.

O estudo analisa a desigualdade de renda e de riqueza no mundo inteiro, além de avaliar outras áreas importantes que são indicativas da qualidade de vida de um povo, como saúde e educação.

O texto indica, infelizmente, que a desigualdade no mundo atual é maior do que a que existia há dez anos. Essa observação ocorreu embora tenha se verificado um crescimento econômico expressivo em algumas regiões do mundo. Mas não ocorreu, na verdade, um desenvolvimento que pudesse ser revertido para todos os países. Ainda segundo a ONU, a Organização das Nações Unidas, os benefícios do desenvolvimento mundial, em sua maior parte, foram revertidos para os países ricos, para os países industrializados. Sempre os mesmos.

O estudo constata o que o nosso grande mestre Celso Furtado já nos ensinava desde a década de 50, que o crescimento econômico sozinho não é capaz de promover o desenvolvimento econômico e social.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Marco Maciel, com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Serei breve, desejo dizer que, como aconteceu com V. Ex^a, também tive oportunidade de ler nesse fim de semana o relatório da ONU, ainda que numa versão preliminar. E a constatação que eu tiro do referido documento é a mesma que V. Ex^a traz aqui

hoje à tarde. Ou seja, se o processo de globalização, de alguma forma, permitiu avanços no campo da fruição da liberdade e até de modo mais geral na difusão do processo democrático, de outra parte, fica evidente que a globalização tem contribuído, infelizmente, para ampliar não somente a pobreza como a desigualdade. São fenômenos distintos, ambos altamente graves. Isso ficou visível no documento da ONU e me pareceu, pelo que li, um documento muito bem elaborado. Foi essa visão que levou, certa feita, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a dizer que estávamos vivendo um processo provocador de novas assimetrias, isto é, que, se de um lado tinha a vantagem de permitir um melhor intercâmbio no campo das informações e até o crescimento econômico, de outra parte tinha grande desvantagem de provocar desigualdade, aumento da pobreza, agravando, conseqüentemente, as disparidades que já observamos em todo o mundo. Por isso, junto a minha voz à de V. Ex^a para dizer que esse documento da ONU merece uma ampla reflexão de todos nós, quer numa perspectiva especificamente brasileira, mas sobretudo numa perspectiva de como o País pode ou deve se inserir nesse processo de globalização.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, o seu aparte, que vem conferir ao meu discurso uma maior autoridade, um caráter de maior profundidade, porque sei que V. Ex^a é um estudioso dessas questões e sabe que a ONU hoje está muito debruçada sobre essa problemática. Não resta dúvida de que este relatório merece um exame da parte do Senado Federal, das autoridades brasileiras. Trata-se de um documento que deve realmente ficar não apenas para ser inserido nos Anais do Senado, mas é um documento que merece ser refletido que merece a nossa maior atenção. Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Sr. Presidente, países em desenvolvimento como a China e a Índia, apesar de se encontrarem em situação de crescimento econômico invejável, apresentam índices de desenvolvimento econômico e social que atestam que esse crescimento não está se constituindo em verdadeira ascensão na qualidade de vida de seus povos.

E como nos encontramos nesses nesse estudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? O Brasil ainda é o país campeão da desigualdade social. Os 10% mais ricos possuem uma renda 32 vezes superior aos 10% mais pobres. Constatamos também uma grande desigualdade entre etnias e diferenciação salarial entre pessoas do mesmo sexo que ocupam a mesma função.

No entanto, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é, ainda, como sempre, a indignação com o

tratamento desigual que se dá às diversas regiões do Brasil. O Nordeste se constitui, ainda, na região que recebe o pior tratamento pelos órgãos governamentais federais. Devemos, de uma vez por todas, cobrar do Governo uma real política de desenvolvimento regional que contemple todas as regiões, com as suas peculiaridades e potencialidades.

O Senado, inclusive, deu um passo importante nessa direção, no momento em que criou a Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão esta que se depara com o seguinte fato: o Nordeste possui algo em torno de 27% da população brasileira. É mais de um quarto do total da nossa população, o que corresponde a quase 50 milhões de habitantes. Somos ainda, apesar das nossas enormes possibilidades, a região que possui o pior PIB **per capita** do Brasil. Enquanto concentramos 27% da nossa população, o nosso PIB corresponde a 13% do Produto Interno Bruto nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em vez de o Governo se voltar para essa realidade para diminuir essas desigualdades, o que se constata? Constata-se que o BNDES, justamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – agora ele é o BNDE; acrescentou-se um “S”, mas esse “S”, de Social, não chegou ao Nordeste – investiu em nossa região algo em torno de 9% no ano 2003. E pasmem os senhores: 7% no ano de 2004! A porcentagem que o referido Banco investiu no ano passado no Nordeste não corresponde nem a um quarto da nossa população; chega a ser quase a metade do nosso PIB.

Como então – pergunto – podemos contemplar um verdadeiro desenvolvimento para o País, se as regiões são tratadas desta forma: quanto mais pobres menos recursos?

Aprofundando ainda a análise, chegamos a outra constatação estarrecedora: o BNDES aumentou o seu volume de investimentos, de 2003 para 2004, de trinta e três milhões e quinhentos mil reais para 39 milhões e oitocentos mil reais (um acréscimo de seis milhões e trezentos mil).

Um número alto, Sr. Presidente,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – ...trinta e nove bilhões. Mesmo assim, o volume destinado ao Nordeste caiu de R\$3.112.239.000,00 para R\$2.737.280.000,00. Enquanto, em números absolutos, o investimento global do Banco subiu, no Nordeste, ele caiu em quase 400 mil (uma queda de mais de 12% no valor do investimento).

O argumento dado pelo Presidente do BNDES, o ex-Ministro do Planejamento Guido Mantega, ao

ser questionado pelo Senador Sérgio Guerra, é que o BNDES não aporta mais recursos para o Nordeste, porque não existem projetos suficientes.

O Presidente do BNDES vai me desculpar, mas o seu argumento, como representante governamental, lembra, de certa forma, o “lava-mão” de Pilatos: se a iniciativa privada e os governos municipais e estaduais não apresentam os seus projetos, o Governo Federal nada deve à opinião pública? Ora, um Governo que se comprometeu com a diminuição das desigualdades como o presente não pode se utilizar de subterfúgios ou de escapismos para a não-promoção do desenvolvimento regional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, vou terminar, colaborando com V. Ex^a, que se está mostrando tolerante.

Digo a todos que estão participando deste discurso, ouvindo-o ou assistindo a ele, que está mais do que no momento de a Bancada nordestina nesta Casa se unir, fazer valer a sua presença, fazer valer a sua força, fazer valer inclusive a sua sensibilidade, esquecendo-se das divergências partidárias e pensando grande, porque as nossas potencialidades são muitas e já foram cantadas em verso e prosa, mas o nosso povo ainda não usufrui de maneira devida das nossas riquezas.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB

– ES) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta; Sr^{as} e Srs. Senadores, foi lançado, em cerimônia realizada no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, na quarta-feira da semana passada, o livro **O Congresso em meio século** (Editora Plenarium), contendo o depoimento prestado pelo Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira ao jornalista Tarcísio Holanda, um dos decanos da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, trata-se de excelente contribuição à memória nacional, especialmente da vida parlamentar da última metade do século passado, pois sabemos que a memória tem sede na alma, como disse, certa feita, Santo Agostinho e, na medida em que preservamos a nossa memória, estamos enriquecendo a história brasileira.

O Dr. Paulo Affonso faleceu em meados deste ano e foi durante 42 anos funcionário da Câmara dos Deputados, dos quais 23 no exercício da privilegiada e

estratégica função de Secretário-Geral da Mesa. Exerceu, posteriormente, as funções de Ministro do Tribunal de Contas da União e, após a sua aposentadoria, desempenhou atividades advocatícias em Brasília, em escritório integrado pelos também ex-Ministros Walter Costa Porto (TSE) e José Carlos da Fonseca (TST), este, por sinal, Deputado em várias legislaturas e conterrâneo de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – SE) – Nobre Senador Marco Maciel, estou interrompendo neste momento o seu pronunciamento para prorrogar a sessão por mais seis minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu discurso.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, Sr. Presidente, o gesto de V. Ex^a.

É de se notar que Paulo Affonso secretariou nada menos que 13 Presidentes da Câmara dos Deputados. De Bilac Pinto, em 1965, a Ulysses Guimarães, em 1989, a mim inclusive, uma vez que tive a honra de dirigir a Câmara dos Deputados no período de 1977-1979. Participou da tramitação de três Constituições e de suas respectivas emendas (1946, da Constituição de 1967 com a Emenda de 1969 e, finalmente, da Constituição de 1988) e foi personalidade ativa, conquanto muitas vezes não visível, de graves crises institucionais, como a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, até a reaquisição integral do Estado de Direito, por meio da Carta de 1988, produto de pacto político que tornou possível a eleição da chapa Tancredo Neves – José Sarney e prescreveu a convocação da Constituinte.

Durante muito tempo, confessa o autor, tergiversou em tornar públicos fatos e conversações de que tomara conhecimento em razão do ofício, mas rendeu-se, afinal, às instâncias de amigos, especialmente do arguto e competente Tarcísio Holanda, já referido, e dos igualmente jornalistas Rubem Azevedo Lima, escritor e historiador, e Clóvis Sena, poeta e cinéfilo.

O Dr. Paulo Affonso revela fatos e tece valiosos comentários a respeito de tudo quanto assistira e participara. Disse ele:

Muitas vezes, indagava-me se teria o direito de revelar fatos de que tomei conhecimento e dos quais participei em razão de ofício, de um lado, e de outro, graças à honrosa confiança que em mim depositaram aqueles com os quais tive o privilégio de trabalhar. Não se trata, portanto, de livro de memórias, mas do testemunho de alguém que viveu intensamente período político de grande relevância para a compreensão da história política contemporânea.

A maioria dos políticos, Sr. Presidente, mormente aqueles que exerceram mandato de Deputado Federal ou Senador, tiveram a oportunidade de dele hau-

rir lições de vida pública, ouvir sua interpretação dos textos constitucionais e do Regimento da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Ademais, mercê de seus recursos nemônicos, oferecia sugestões de como superar crises e impasses, alguns de natureza institucional, com base nos exemplos do passado. O seu testemunho era valioso por ser uma pessoa de elevado conceito, reputação inatacável e excelente formação intelectual. Enfim, um cidadão republicano com notável “*instinto de nacionalidade*”, a que se referia Machado de Assis, assíduo freqüentador das sessões do Senado no tempo do Segundo Reinado.

Faço este registro, Sr. Presidente, assinalando o fato de o Dr. Paulo Affonso não haver disputado eleições ou sequer se filiado a partido político. Isso, contudo, não nos deve deixar de salientar a sua intuição política e a consciência da importância das instituições representativas, a ponto de lapidarmente afirmar: “*Congresso e democracia não vivem um sem o outro*”.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando a devoção cívica que ele possuía pelo Congresso Nacional, no qual conviveu a maior parte do tempo de sua vida. Ele a expressa, entre outros trechos do livro, ao transcrever excerto de conferência do sempre lembrado João Mangabeira:

Não se deve maldizer o Poder Legislativo, tão exposto a censuras injustas e calúnias imerecidas. Ele é o mais popular dos poderes; é o único que representa o povo em todas as suas correntes de opinião, em todos os seus aspectos de vida. O Poder Legislativo deve ser amado pelo que faz e, sobretudo, pelo mal que evita ser feito.

Desejo, pois, Sr. Presidente, com este pronunciamento, igualmente homenagear todos aqueles que, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, exercitaram ou exercitam, de forma competente e proba, o relevante ofício de Secretário-Geral das Mesas, função imprescindível ao andamento das atividades legislativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Alvaro Dias e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a legitimação política pela intervenção do Estado no setor habitacional, não é mais objeto de contestação no Brasil. Em que pese a avassaladora onda de privatizações nos anos noventa, o modelo pú-

blico de financiamento da casa própria dispõe, na sua essência, de um sentimento anuente de unanimidade nacional. Não é para menos, pois o déficit de moradias vem de longa data e atinge em cheio as camadas urbanas mais pobres, de longe a faixa populacional mais densa do país.

Fatalidade histórica quase inescapável às economias subdesenvolvidas – apesar das inúmeras iniciativas governamentais –, o sentido de “casa própria” para a ampla maioria de brasileiros adquire apenas a dimensão restrita e frustrante do onírico. No mundo real, contudo, onde as restrições orçamentárias pautam crescentemente a economia das famílias, é cada vez mais remota a realização do sonho habitacional.

Por tudo isso, uma incursão ligeira pelo modelo que rege as políticas habitacionais no Brasil não seria, em absoluto, obsoleta ou destituída de validade reflexiva e revisória. Pelo contrário, vale a pena aprofundarmos o conhecimento sobre a relação do Estado com o financiamento de moradias, na expectativa de que o modelo em curso seja revestido de periódicos exames de checagem e aperfeiçoamento.

Para tanto, não seria por demasiado restaurar o debate, recordando que o financiamento público de moradia no Brasil, por definição, lança mão de quatro principais estruturas de intermediação: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, por último, o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). No entanto, segundo os especialistas, a despeito das diversificadas fontes, a articulação sistêmica entre tais estruturas não tem, historicamente, funcionado a contento, suscitando desconfiância generalizada no setor.

Vamos por parte. Em 2003, estimava-se que o gasto social por ano no setor girava em torno de 150 bilhões de reais, dos quais apenas um quarto era apropriado pelos mais pobres. Tal fenômeno requer explicação. Por mais irônico que seja, a função social da habitação ainda provoca insegurança jurídica para os investidores, em virtude da eventual suspensão ou revogação de cláusulas contratuais pelo Judiciário. Além disso, outra alegada distorção no sistema brasileiro repousa sobre o fato de se abusar da concessão de benefícios à população de classe média, em flagrante detrimento dos realmente necessitados.

Em princípio, o mercado deveria ser o mecanismo prioritário por meio do qual a demanda habitacional brasileira deveria ser equacionada. Acontece, porém, que a cruel realidade social não autoriza o controle mercadológico de um bem tão indispensável ao cidadão. As imorais distorções na curva distributiva da renda nacional impõem ao Estado inevitáveis intervenções

no sistema de moradia, corrigindo injustiças e deficiências estruturais.

O alto custo unitário da habitação requer a existência de financiamentos de longo prazo para viabilizar a aquisição. Os saldos devedores, as prestações e a própria capacidade de pagamento dos mutuários são muito sensíveis às flutuações macroeconômicas, aí incluídas as variações nas taxas de inflação e de juros. Por esse perfil, justifica-se a implementação de um aparato institucional sólido, capaz de preservar o interesse dos mutuários, instituições financeiras e investidores.

Segundo os especialistas, é bastante aceita a idéia de que a aquisição de moradia induz a comportamentos socialmente valorizados. Nesse contexto, julga-se pertinente a correlação entre aquisição de imóvel e melhoria da saúde, via medicina preventiva configurada na água tratada e no esgoto sanitário. Nessa linha, além do bem-estar propiciado ao proprietário, desencadeia um processo multiplicador de vantagens sociais.

Outro fator de não menos relevância é a vantagem potencial que a aquisição da moradia produz em termos de comportamento econômico nos agentes sociais, sobretudo em termos de formação de poupança familiar. Para os economistas, além do efeito benéfico da formação de poupança familiar, uma política habitacional popular funcionaria como um eficiente instrumento para a redução das desigualdades de renda e riqueza no Brasil.

Em resumo, não há como discordar da tese maior, segundo a qual a intervenção estatal no setor de habitação pode ser plenamente justificada como meio de superação de falhas no mercado. Mais que isso, pode operar como instrumento de distribuição de renda e riqueza na sociedade, minimizando uma realidade já saturada de injustiças e tragédias.

A bem da verdade, para se obter êxito no projeto, ao Estado, no entanto, compete uma intervenção pautada nas considerações explícitas e objetivas das medidas que implementarão efetivamente as políticas habitacionais. Vale frisar que, em caso de não atendimento dessas considerações, os riscos de ineficiências no mercado crescem, intensificando a ocorrência de desvios em relação às metas previamente fixadas para redução de desigualdades.

Como havia mencionado, no âmbito do Governo Federal, desenvolvem-se simultaneamente diversos programas e ações relacionados à provisão ou financiamento de habitação, todos previstos no Plano Plurianual. Todavia, embora a maioria significativa seja destinada ao atendimento da população mais desvalida, estão reservados, de maneira não muito compre-

ensível, alguns empreendimentos às outras camadas do espectro social.

Para alguns pesquisadores, talvez esta seja a causa para que vultosos recursos do Erário sejam indevidamente direcionados às demandas das classes médias, em prejuízo dos mais carentes. A ausência de foco explícito na aplicação do FGTS e da poupança – fontes principais de financiamento habitacional – pode resultar em distorções inaceitáveis no sistema, transformando subsídios concedidos pelo Estado em moeda ilegitimamente apropriada por setores de alta renda da população.

Por isso mesmo, algumas recomendações por parte dos especialistas devem ser seriamente observadas pelas autoridades. A primeira delas diz respeito à eliminação da isenção de imposto de renda sobre os depósitos de poupança. Isso se justifica à medida que a utilização dessa preciosa receita deveria ser alocada para programas de subsídio à habitação popular.

Uma outra recomendação – segundo os estudiosos – repousa na hipótese de que, a continuarem os subsídios, o Estado deveria eliminar as brechas na legislação e na regulamentação. Em função dessas insuficiências legais, o sistema acaba por permitir a transferência de recursos subsidiados para setores de renda média e alta, desfocalizando o alvo popular do projeto político.

Nessa linha, para tentar contornar o problema do financiamento, advoga-se, por outro lado, o envolvimento de recursos orçamentários nos programas habitacionais. Providos de tais fontes, os custos de gerenciamento se reduziriam substancialmente, em comparação com os sistemas tradicionais de financiamento, para cujo efetivo funcionamento administrativo têm demonstrado inquietante incapacidade.

Enfim, Sr. Presidente, trata-se, aqui, de passar em revista as políticas nacionais destinadas à habitação popular, com o objetivo de suscitar uma discussão mais crítica sobre o atual sistema de financiamento. Mais que isso, visou-se à apreciação de um enfoque mais contemporâneo, que explora os efeitos sociais multiplicadores de uma política habitacional comprometida com as classes menos privilegiadas. Em suma, corrigindo presentes distorções, o modelo brasileiro vai, de fato, contribuir para um perfil distributivo de renda mais eqüitativo, garantindo a todos, por fim, a tão sonhada casa própria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado pelo

jornal **Folha de S.Paulo**, de 24 de agosto de 2005, com o título: "Silêncio fúnebre".

O artigo relata a pergunta feita ao Presidente interino do PT, Tarso Genro, durante a sabatina de que participou no dia 23 de agosto. Quem perguntou foi uma menina de 17 anos que só queria argumentos que a convencessem a votar no PT no ano que vem. A resposta, segundo o autor, foi de uma franqueza corajosa e surpreendente; o presidente "admitiu que não tinha um só argumento a oferecer, neste momento".

Por fim, Sr. Presidente, requiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Silêncio fúnebre

SÃO PAULO - A primeira pergunta do auditório ao presidente interino do PT, Tarso Genro, durante a sabatina de que participou ontem, foi de uma menina de 17 anos que só queria argumentos que a convencessem a votar no PT no ano que vem.

Genro, com uma franqueza corajosa e surpreendente, admitiu que não tinha um só argumento a oferecer. "Neste momento", ressaltou.

É o definitivo atestado de óbito de um partido. Se, há dois anos e meio, algum garoto/a pedisse argumentos a qualquer dirigente petista, ele se levantaria da cadeira, ofereceria a estrelinha vermelha ao jovem e levaria seu voto, mesmo que não acrescentasse um só argumento. O PT passou a vida vendendo sonhos. Entregou o mais nefando pesadelo em apenas dois anos e meio de governo.

É um caso de estudo para a ciência política universal. Já escrevi neste espaço uma e outra vez que o PT fez a mais radical e rápida guinada para a direita de que se tem notícia na história partidária do planeta.

Agora, suicida-se a uma velocidade

igualmente incomparável.

Genro bem que tentou, na sabatina de ontem, citar outros partidos de esquerda que foram vítimas de processo semelhante de esclerose múltipla e relativamente rápida (o PS italiano, o partido socialista espanhol), mas não há termo de comparação entre os problemas em que se envolveram lideranças desses partidos e o apodrecimento do PT.

Apodrecimento a olho nu, constatado não só pela oposição e por uma parcela importante da opinião pública, mas pelo próprio presidente interino do partido.

A única defesa, assim mesmo relativa do PT, está dada pelo fato, igualmente apontado pelo seu presidente interino, de que nenhum partido de esquerda foi até agora capaz de pôr de pé alguma coisa que faça sentido e seja diferente das políticas que o governo Lula implementou e são de um conservadorismo tão infernal que deixa sem argumentos até um dos poucos teóricos que restam no PT.

@ → crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

Conspiração

BRASÍLIA - Quem denunciou Antonio Palocci foi seu amigo e ex-assessor na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), Rogério Buratti, garantindo que o chefe tirava R\$ 50 mil por mês dos ricos para dar aos pobres. Quer dizer: das empresas de lixo para o PT.

Quem primeiro atingiu José Dirceu foi Waldomiro Diniz, que era seu braço-direito no Planalto e foi filmando levando propina de bicheiro.

Quem botou a boca no trombone contra o esquema Marcos Valério foi o deputado Roberto Jefferson, do PTB, aliado do governo Lula e frequentador do Planalto.

Quem ganhou um Land Rover da GDK, empresa da área de petróleo que disputa licitações milionárias com o governo, foi o então secretário-geral do PT, Sílvio Pereira.

Quem recebeu um pacote inocente com R\$ 327 mil e aproveitou para comprar um apartamento um mês depois foi Henrique Pizzolato. Em 2002, ele desfilava com cartão de visitas do comitê financeiro de Lula. Depois, vultou para o Banco do Brasil.

Quem assinou os empréstimos de milhões para o PT com aval de Mar-

cos Valério foi o à época presidente do partido, José Genoíno.

Quem abriu o bico foram Marcos Valério, sobre os saques, e Duda Mendonça, sobre o envio de dólares para paraísos fiscais.

Quem fazia fila no Banco Rural de Brasília para pegar R\$ 20 mil, R\$ 50 mil, R\$ 400 mil eram os líderes e alguns importantes deputados do PT e da base aliada (PL, PTB, PP).

E quem estava por trás de tudo era o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Que devia ter alguém por trás dele...

Para mim, os Waldomiros, Burattis, Silvinhos, Valérios e Delúbios são do PSDB e do PFL e estão conspirando descaradamente para derrubar o governo. Só inimigo faz tanto estrago.

Aliás, o tucanão Buratti depõe amanhã na CPI dos Bingos, e o governo está apreensivo. Buratti sabe das coisas e só contou um pedaço para os promotores paulistas. Pode ter deixado o filé suculento para a TV, ao vivo e em cores? Cores vermelhas.

@→ elianec@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Adivinhe quem vem para jantar?”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 12 de agosto do corrente.

Mesmo com as denúncias de Duda Mendonça, na CPMI dos Correios, dizendo que possuía conta em paraísos fiscais para receber dinheiro de Marcos Valério, o Presidente Lula ainda acha que a crise está longe dele. Segundo a articulista, “ele nem é PT nem é parlamentar. Aliás, nem mesmo é um político tradicional e está acima de tudo isso”. E, para mostrar o seu total

desligamento do problema, no mesmo dia da denúncia o Presidente jantou com Hugo Chávez.

Sr. Presidente requiero que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Adivinhe quem vem para jantar?!

BRASÍLIA - Os milhões do PT para as contas de Duda Mendonça em paraísos fiscais, passando pela central Marcos Valério em Minas, implodiram de vez o Congresso e isolaram ainda mais o Palácio do Planalto.

Enquanto isso... Lula continua no outro mundo, convencido de que a economia está supimpa e a crise ética só atinge em cheio o PT e o Congresso. Ele nem é PT nem é parlamentar. Aliás, nem mesmo é um político tradicional e está acima de tudo isso.

Em outras palavras: Lula está certo de que as ruas que derrubaram Collor é que vão salvá-lo.

É nesse contexto que a casa caiu ontem, com os depoimentos de Duda, mas Lula despachou normalmente no Planalto, tirou a gravata e foi jantar na Granja do Torto com o presidente Hugo Chávez e com uma penca de ministros e altos funcionários.

Pela agenda oficial —só distribuída tarde da noite pelo Planalto, depois que a imprensa descobriu por acaso a vinda de Chávez—, o encontro foi “de trabalho”, para discutir petróleo e infra-estrutura.

Nestes tempos de tantas mentiras, ninguém acreditou. Mais crível é que, depois da ruína do PT, da corrosão da imagem nos formadores de opinião, das cuecas, malas e pacotes, Lula queira aperfeiçoar com Chávez a tecnologia de se manter no poder à custa das classes “C”, “D” e “E”, lixando-se para o resto.

Nesse contexto, alguém precisa ir lá e explicar para o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) que vai ficar esquisito o governo Lula vetar justamente o salário mínimo de R\$ 384 em favor de outro, de R\$ 300.

O “povão”, para quem Lula não cansa de falar, pode não ler jornal, ver revista e assistir aos depoimentos pelos canais fechados. Mas vê e entende tudo direitinho pela TV aberta. Principalmente quando a palavra-chave é “equilíbrio fiscal”, de um lado, e “salário”, de outro.

Lula pode não se sentir ladeira abaixo, mas está cada vez mais a caminhar da Venezuela, de Chávez, do populismo e do salve-se como puder.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado *Lula's Trial by Fire*, de autoria de Mac Margolis, publicado na revista **Newsweek**, edição de 8 de agosto do corrente ano.

O autor, em seu artigo, relata a crise política instalada no país, avaliada como a mais grave em duas décadas. Comenta o alastramento dos escândalos e cita o ex-Ministro José Dirceu, a cúpula do PT, a renúncia de José Genoíno do cargo de presidente do PT, o vexame do “caso da cueca”, assim como a franquias dos jogos de computador do filho de Lula. Menciona o discurso de posse do Presidente Lula, quando declarou ser os principais objetivos do seu governo a luta contra a corrupção e a defesa da ética na esfera pública. No entanto, tão logo

assumido a presidência, ter criado uma dúzia de novos ministérios e secretarias e dobrado o salário de alguns cargos pontuais. Ao concluir o artigo, diz que Lula está aprendendo a lição da pior forma: quanto maior o governo, mais difícil controlá-lo e monitorá-lo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Teste de Lula

Será que o atual presidente do Brasil irá dar as costas para a reforma?

Assediado: O discurso de Lula está se tornando cada vez mais populista.

A prova de fogo de Lula

Será que os intensos escândalos de corrupção irão ajudar o presidente a retroceder com relação às reformas duramente conquistadas?

Por MAC MARGOLIS

Os brasileiros geralmente têm um fraco por novelas, mas nem a melhor delas poderia competir com a confusão que tem entretido Brasília ultimamente. Mal se passaram três meses desde que um servidor de nível médio dos Correios foi filmado aceitando uma propina de R\$ 1.300,00 de um possível fornecedor do governo, e isso já parece fichinha. Três comissões do congresso estão investigando se alguns dos mais altos funcionários governamentais do Brasil conspiraram para comprar legisladores federais, receber subornos para assinar contratos e colocar as mãos no dinheiro. Espionagem, caixa dois, roubos típicos de Hollywood e montes de dinheiro escondidos em carros-fortes, malas e até mesmo em cuecas – a pior crise política do país em duas décadas tem agitado o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o âmago, e os brasileiros não têm perdido um episódio.

Até agora, o presidente não foi incriminado, e seus índices de popularidade permanecem em torno de 60%. Contudo a agenda do governo, cheia de corajosas reformas econômicas e políticas, está paralisada. À medida que as manchetes trazem, a cada dia, revelações mais catastróficas – na semana passada, investigadores pediram a prisão de um financiador clandestino do Partido dos trabalhadores (PT), Marcos Valério – um Lula abalado se parece cada vez mais com os demagogos ‘de mão no peito’ que assombraram a política da América Latina durante décadas. Da mesma maneira do volátil presidente da Venezuela, Hugo Chaves, Lula tem respondido aos seus críticos se apoiando em multidões devotas de trabalhadores rurais, colocando capacetes em reuniões com sindicalistas e atacando verbalmente a imprensa sensacionalista e a “elite”. “Ainda está pra nascer um brasileiro que possa me dar lições de ética,” rosnou num recente discurso para os metalúrgicos de São Paulo. Alguns investidores começam a temer que, faltando apenas 15 meses para a reeleição, o ex-torneiro mecânico possa voltar atrás nas reformas que tem alavancado até então, revertendo para uma agenda populista com o objetivo de salvar a pele.

A pressão para que o faça vem aumentando dia a dia. Embora ainda faltem provas sólidas, cerca de três dúzias de altos funcionários públicos já foram arrastados para o meio do crescente escândalo; incluindo-se o Ministro-Chefe da casa Civil, José-Dirceu, e toda a liderança do PT. José Genuíno renunciou à presidência do partido após um assistente de seu irmão, deputado estadual, ter sido preso tentando embarcar num avião com 100.000,00 dólares escondidos em sua cueca. Até mesmo a família do presidente começou a ser investigada quando se descobriu que uma companhia telefônica, em parte estatal, tinha dado preferência a uma franquia de jogos de computadores, de propriedade do seu filho, Fábio, oferecendo um investimento generoso. Um Lula na defensiva reestruturou seu

gabinete e atribuiu a vários ministros a tarefa de controlar o PT, que está em farrapos. Valério insiste que só fez empréstimos para a campanha, e não subornos; mas a quantidade de políticos que embolsou envelopes de dinheiro provenientes de contas bancárias em seu nome já ultrapassa os 50.

O escândalo foi rastilho para uma revolta civil, de proporções raramente vistas na América Latina. Comerciantes, industriais e prestadores de serviço formaram uma “Frente Brasileira” para pressionar o governo a diminuir a carga fiscal excessiva, argumentando que essa seria a única maneira de acabar com o desperdício e o roubo numa burocracia arrogante. A imprensa do país, embora surpresa com a corrupção, tem seguido obstinadamente o rastro de dinheiro sujo, almoços de poderosos e legisladores movidos a dinheiro e malas. Estudantes universitários irreverentes fizeram do escândalo um carnaval, desfilando com máscaras do obscuro tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e do principal denunciante do escândalo, o rebelde congressista Roberto Jefferson. Até mesmo o Congresso, apesar de bastante manchado, começou a investigar agressivamente contas bancárias e gravações telefônicas.

Presidentes decadentes são uma velha síndrome na América Latina. Mas o desenrolar do governo de Lula tem sido bastante desagradável. Mais do que um herói da classe operária, cuja ascensão do proletariado ao comando da quarta maior democracia do mundo fez dele uma celebridade internacional, Lula se tornou um símbolo de governo justo e honesto. “Mudança, é a palavra chave”, declarou ele em seu discurso de posse em janeiro de 2003. “Os principais objetivos de meu governo são a luta contra a corrupção e a defesa da ética pública”. Não menos importante, ele tem conseguido dominar uma das artes políticas mais difíceis, se manter na corda bamba, mantendo-se popular mas sem se tornar um presidente populista.

Não teve muitas opções. Fala-se muito do carisma de Lula e sua maneira de governar “com o coração”. Mas muito mais importante foi ele saber reconhecer as limitações de seu cargo. No curto espaço de duas décadas desde que o Brasil restaurou as eleições livres, importantes instituições democráticas se estabeleceram e se desenvolveram no país. O judiciário não está mais sujeito aos caprichos de Brasília. A imprensa nacional é uma das mais agressivas da América do Sul. O Congresso, apesar de infestado de oportunistas, passou de um mero salão vazio à uma engrenagem de reformas.

Mais importante, talvez, seja o fato de que a política econômica é controlada pelas leis do mercado livre, e não pelos caprichos de burocratas. O Banco Central, apesar de não ser formalmente autônomo, tem funcionado de forma independente. O mesmo tem acontecido com as agências reguladoras, que atuam diretamente sobre o mercado de prestação de serviços públicos. Apesar da retórica inflamada, Lula manteve o apoio a Antônio Palocci, seu realista Ministro da Fazenda, cujo orçamento rigoroso e contenção de gastos tem irritado os membros do PT, mas parece ter agradado bastante aos credores do Brasil. E talvez seja por isso que a maioria dos analistas quer evitar uma reviravolta abrupta em Brasília.

Surpreendentemente, a maioria dos investidores estrangeiros e locais não deram importância ao escândalo de suborno e o interpretaram como uma guerra política e não como uma crise de confiança nacional. Há duas semanas atrás, a Darby Overseas Investment, um dos maiores fundos de investimento dos Estados Unidos, anunciou que iria investir 100 milhões de dólares no Brasil, e o Tesouro brasileiro convenceu os investidores a trocar uma dívida antiga por um total de 7,4 bilhões de dólares em títulos de longo prazo com taxas de juros menores. “Nem o mercado nem a sociedade brasileira aprovavam aventuras”, disse o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, da empresa de consultoria

Tendências. “O resultado seria um fuga instantânea de capital, enquanto eleitores inseguros certamente puniriam o governo nas próximas eleições”.

Não se sabe se o Brasil é capaz de combater a corrupção; um problema endêmico que pode abalar até mesmo as mais sólidas economias. A corrupção no governo desenvolveu-se durante a ditadura militar entre 1964 e 1985, quando um denunciante podia ser preso ou até pior. Mais tarde, em 1992, um Congresso mais corajoso expulsou Fernando Collor de Mello do cargo de presidente por este ter conseguido uma fortuna em subornos. Embora Collor não tivesse sido preso, o legislativo expulsou dúzias de colegas desonestos, criou leis rígidas para evitar a lavagem de dinheiro e agiu com mais rigor em relação ao altos gastos com financiamento de campanha. De acordo com uma lei de responsabilidade fiscal criada recentemente, funcionários do governo podem ser presos por realizarem gastos acima de seus orçamentos. A polícia federal lançou e modernizou imensas operações de busca e investigações secretas.

No entanto, a corrupção continua crescendo. Especialistas especulam sobre as razões, mas um consenso crescente aponta para uma aplicação da lei negligente ou casual. Com frequência, os auditores fazem parte da burocracia que inspecionam. A unidade de investigação de lavagem de dinheiro do Ministério da Fazenda tem 11 analistas para investigar o maior sistema financeiro da América Latina. É claro que isso não explica como os legisladores e seus “homem da mala” conseguiam sacar repetidamente milhões de dólares em dinheiro dos bancos sem uma investigação da polícia, dos auditores da receita, ou da imprensa. “Nós temos todos os mecanismos para descobrir a corrupção e punir os culpados”, declara o consultor político Amaury de Souza. “Mas de que servem estes mecanismos se não os colocamos em prática?”

Talvez a razão principal dos escândalos de corrupção crônica no Brasil seja o próprio governo. Após sua vitória nas eleições, Lula criou imediatamente uma dúzia de novos ministérios e secretarias e aumentou para mais do dobro os salários de cerca de 120 mil cargos de nomeação política. Pior ainda, muitos destes cargos foram entregues aos ministérios mais influentes e às empresas estatais prestadoras de serviços, onde o roubo grassa. Não admira que os brasileiros paguem ao governo quatro de cada dez reais que ganham- quase duas vezes a carga fiscal da maioria dos países latino americanos. “Não é que o Brasil precise de mais pessoas honestas em cargos públicos”, diz o economista Roberto Fendt. “ O problema é que o governo é grande demais e poderoso demais, o que cria uma noção de impunidade.”

Diminuir o tamanho da máquina governamental poderá ser a única forma de salvá-la. No final do mês passado, Lula praticamente reconheceu esse fato quando extinguiu uma série de ministérios e reduziu outros. Anunciou também que reservaria 7 mil cargos de nomeação política para funcionários públicos da área técnica e não para protegidos. “Quanto maior for o governo mais difícil é controlá-lo e monitorá-lo”, diz Ives Gandra Martins, um advogado especialista em gastos públicos. “A corrupção grassa no escuro.” Lula aprendeu a lição da forma mais dura.

LONDON: INSIDE THE INVESTIGATION

Newsweek

Lula's Test

Will Brazil's
Embattled
President
Turn His Back
On Reform?

Lula's Trial by Fire

Will a mushrooming corruption scandal push the president to backtrack on hard-won reforms?

BY MAC MARGOLIS

BRAZILIANS HAVE A SOFT SPOT for soap operas. But not even the most piquant *telenovela* could compete with the tynbro-glio that has gripped Brasília lately. Barely three months have passed since a midlevel postal-service bureaucrat was filmed taking a fistful of reais worth \$1,300 from a would-be government contractor. That hic of graft looks almost demure now: three separate congressional panels are investigating whether some of Brazil's highest officials conspired to buy off federal legislators, squeeze businesses for kickbacks and help themselves to the public till. Spying, slush funds, an opera-singing switch and bricks of cash stuffed into armored cars, suitcases, even underpants—the country's worst political crisis in two decades has shaken the administration of President Luiz Inácio Lula da Silva to its core, and Brazilians haven't missed an episode.

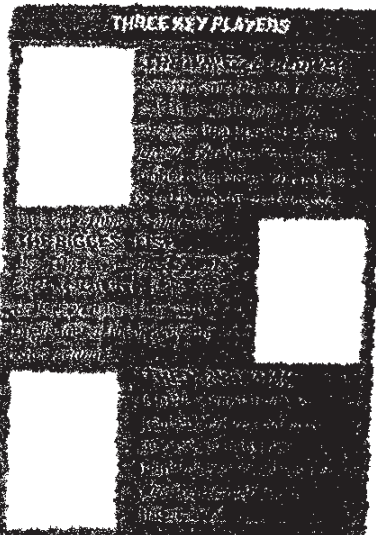
So far the president himself has not been implicated, and his popularity ratings remain about 60 percent. But the government's bold agenda of economic and political reforms has been all but paralyzed. As each day's headlines bring ever more damaging revelations—last week investigators petitioned for the arrest of a clandestine Workers Party (PT) barstooler named Marcos Valério—a wounded Lula has been sounding eerily like the sort of chest-thumping demagogue that has haunted Latin American politics for decades. Like Venezuela's mercurial

President Hugo Chávez, he has answered his critics by wading into adoring crowds of peasants, donning hard hats with union workers and bashing out at the rumor-mongering press and the 'elite.' "There is yet to be born a Brazilian qualified to give me lessons in ethics," he growled in a recent speech to São Paulo steelworkers. Some investors are beginning to worry that the former lathe worker, facing re-election in just 13 months, may backtrack on the reforms he has pushed through thus far, reverting to a populist agenda to save his skin.

Pressure to do so has been growing by the day. Though hard criminal evidence is still patchy, some three dozen public officials have been dragged under by the spreading scandal, including Lula's former chief of staff José Dirceu and the entire leadership of the ruling PT. José Genoino resigned the party's presidency after an aide to his brother, who is a regional lawmaker, was arrested trying to board a flight with \$100,000 allegedly tucked into his underpants. Even the *First Family* came under scrutiny when word got out that a telephone company, partly owned by the government, had favored a tiny computer-game franchise owned by the president's son Fábio with a generous investment. A defensive Lula has overhauled his cabinet and reassigned several ministers to take over the PT, which is in tatters. Valério insists he made campaign loans, not bribes, but the number of politicians who pocketed envelopes of cash drawn from his accounts has already surpassed 50.

The scandal has ignited a civic revolt of

proportions rarely seen in Latin America.



Merchants, manufacturers and service workers have formed a "Brazilian front" to pressure the government to slash the country's onerous tax burden, arguing that's the only sure way to stop waste and theft in the lordly bureaucracy. The national press, while surprised by the scam, has doggedly pursued the trail of funny money, power lunches and cash-and-carry lawmakers. Irreverent university students have turned the scandal into carnival, parading with masks of shadowy PT treasurer Delúbio Soares and the scandal's chief whistle-

blower, renegade congressman Roberto Jefferson. Even the Congress, though badly tarnished, has begun aggressively scouring bank accounts and telephone records.

Perishable presidents are an old Latin American syndrome. But the unraveling of Lula has been especially jarring. More than a workingman's hero, whose rise from the shop floor to the commanding heights of the world's fourth-largest democracy made him an international celebrity, Lula had become a symbol of fairness and honest government. "Change—that's the key word," he declared in his Inaugural speech in January 2003. "Fighting corruption and upholding ethics in the public sphere will be central and permanent objectives of my government." Just as important, he appeared to have mastered the rarest of political balancing acts, remaining hugely popular without turning into a free-spending populist.

headed Finance minister, whose spartan budgets and tight money have irked the PT faithful but pleased Brazil's creditors to no end. That may be why most analysts rule out an abrupt about-face in Brasília.

Tellingly, most foreign and local investors have shrugged off the payola scandal as a political quarrel rather than a crisis of national confidence. Two weeks ago Darby Overseas Investment, a giant U.S. investment fund, announced it was pouring \$100 million into Brazil, and the Brazilian Treasury persuaded investors to swap old debt for \$7.4 billion in new long-term bonds with gentler interest rates. "Neither the markets nor Brazilian society would stand for adventures," says former Finance minister Máilon da Nóbrega, of the economic think tank Tendências. "The result would be instant capital flight, while insecure voters

ble over the reasons, but a gathering consensus points to lax or haphazard enforcement. Auditors too often are beholden to the same bureaucracies they inspect. The Finance Ministry's money-laundering detection unit has 11 analysts to monitor Latin America's biggest financial system. Of course, that doesn't explain how lawmakers and their bagmen repeatedly withdrew millions of dollars in cash from banks without a single query from the police, government tax inspectors or the press. "We have the mechanisms to detect corruption and punish the culprits," says political consultant Amaury de Souza. "But what good are they if we don't enforce them?"

→ Perhaps the deeper reason for Brazil's chronic corruption scandals is the government itself. After his victory, Lula promptly created a dozen new ministries and secretariats and more than doubled the salaries

“We have the mechanisms to detect corruption. But what good are they if we don't enforce them?”

He had little choice. Much is made of Lula's charisma and his quality of ruling "from the heart." Far more important is his recognition of the limits of his office. In the scant two decades since Brazil restored free and open elections, key democratic institutions have set root and matured. The judiciary is no longer beholden to the whims of Brasília. The national press is one of the most combative on the continent. Congress, though packed with opportunists, has evolved from a mere chamber of winds to become an engine of reform.

More crucially, perhaps, economic policy is regimented by the rules of the free market, not by the whims of bureaucrats. The Central Bank, though not formally autonomous, has operated independently. So have the economic regulatory agencies, which keep the playing field level in the market for utilities and public services. Despite the heated rhetoric, Lula has stood solidly behind Antonio Palocci, his hard-

would be certain to punish the government the next time they went to the polls."

Less certain is whether Brazil can beat corruption—an endemic ailment that can undermine even the soundest economics. Official corruption thrived under the military dictatorships that ruled between 1964 and 1985, when a whistle-blower could face prison or worse. Then in 1992, an emboldened Congress threw Fernando Collor de Mello out of office for taking a fortune in kickbacks. Though Collor escaped prison, lawmakers expelled dozens of crooked colleagues, drafted tough laws to curb money laundering and cracked down on spongy campaign financing. Under a recent "fiscal-responsibility law," public officials can go to jail for busting (or raiding) their budgets. The federal police force has modernized and launched huge dragnet and sting operations, rarely tipping its hand.

Still, corruption thrives. Experts quib-

for some 120,000 politically appointed positions. Worse, scores of these were assigned to the biggest ministries and state-owned utilities, where thieving is rife. Little wonder that Brazilians pay the government four of every 10 reais they earn—nearly twice the tax burden of most Latin American countries. "It's not that Brazil needs more honest people in office," says economist Roberto Fendt. "The problem is that government is too big and too powerful, and that creates a sense of impunity."

Shrinking government may be the only way to save it. Lula tacitly acknowledged as much late last month, when he shut down and downsized a handful of ministries. He also announced that some 7,000 patronage jobs would be reserved for professional civil servants, not cronies. "The bigger the government, the harder it is to control and monitor," says Ives Gandra Martins, a lawyer specializing in government spending. "Corruption thrives in the dark." Lula has learned that lesson the hard way. ■

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO LIDO EM 23-8-2005 E PENDENTE DE VOTAÇÃO

Votação, em turno único, do Requerimento nº 915, de 2005, do Senador Alvaro Dias, *que requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União solicitação para que realize auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em relação à sua carteira de financiamentos ao exterior, especialmente no que diz respeito aos comprovantes de destino dos recursos aplicados e à relevância dos projetos em relação aos interesses nacionais.*

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60*

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Ar-*

madras e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro

signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

(OS Nº 15936/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



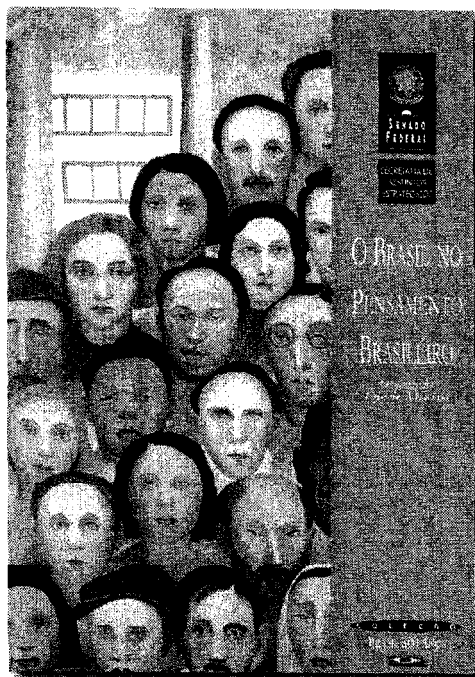
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 116 PÁGINAS